



**SECRETARIA DE PORTOS - SEP
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

FORTALEZA-CE., MAIO/2016



**SECRETARIA DE PORTOS - SEP
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à sociedade como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e da Portaria CISET nº 06/2016.

**DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
FORTALEZA-CE., MAIO/2016**



LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aéreos
ASSPRE	Assessoria do Presidente
ASSTEC	Assessoria Técnica
CAP	Conselho de Autoridade Portuária
CDC	Companhia Docas do Ceará
CGU	Controladoria Geral da União
CISET	Secretaria de Controle Interno
COADMI	Coordenadoria de Administração
COAUDI	Coordenadoria de Auditoria Interna
CODCMS	Coordenadoria de Comunicação Social
CODCOL	Coordenadoria de Compras e Licitações
CODCON	Coordenadoria de Controle
CODCVT	Coordenadoria do Centro Vocacional Tecnológico Portuário
CODFIN	Coordenadoria de Finanças
CODGEN	Coordenadoria de Gestão de Negócios
CODGEP	Coordenadoria de Gestão Portuária
CODGUA	Coordenadoria da Guarda Portuária
CODINF	Coordenadoria de Infraestrutura Civil
CODJUR	Coordenadoria Jurídica
CODMAK	Coordenadoria de Marketing
CODMEM	Coordenadoria de Manutenção Elétrica e Mecânica
CODPLA	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
CODREH	Coordenadoria de Recursos Humanos
CODSMS	Coordenadoria de Segurança, Meio Ambiente e Saúde
CODTEI	Coordenadoria de Informática
COELCE	Companhia Energética do Ceará
CONFIS	Conselho Fiscal
CONSAD	Conselho de Administração



CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIAFIN	Diretoria Administrativa e Financeira
DIEGEP	Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária
DIRCOM	Diretoria Comercial
DIREXE	Diretoria Executiva
DIRPRE	Diretoria da Presidência
EVA	Estudo de Viabilidade Ambiental
EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica
FCPC	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura
GABPRE	Chefe de Gabinete
LAI	Lei de Acesso à Informação
MPLOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PBA	Plano Básico Ambiental
PDV	Plano de Demissão Voluntária
PPA	Plano Plurianual
PR	Presidência da República
PUC	Participação da União no Capital
SEA	Saldo de Exercício Anterior
SENAI/SC	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Santa Catarina
SEP	Secretaria de Portos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIGEP	Sistema de Gestão Portuária
SINCOV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União



TMP Terminal Marítimo de Passageiros

UECE Universidade Estadual do Ceará

UFC Universidade Federal do Ceará



LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ANÁLISE DE DESPESAS	20
TABELA 2 – NORMAS E REGULAMENTOS	25
TABELA 3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	31
TABELA 4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	34
TABELA 5 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	37
TABELA 6 – AÇÃO 26.784.2074.20HL.0001	46
TABELA 7 – AÇÃO 26.784.2074.20HM.0001	46
TABELA 8 – AÇÃO 26.784.2074.142Z.0023	47
TABELA 9 – AÇÃO 26.784.2074.147D.0023	47
TABELA 10 – AÇÃO 26.784.2074.147E.0023	48
TABELA 11 – AÇÃO 26.784.2074.143A.0023	48
TABELA 12 – AÇÃO 26.784.2074.12LM.0023	49
TABELA 13 – AÇÃO 26.784.2074.12LO.0023	49
TABELA 14 – AÇÃO 26.784.2074.14KJ.0023	50
TABELA 15 – AÇÃO 26.784.2074.14KL.0023	50
TABELA 16 – AÇÃO 26.784.2074.14KM.0023	51
TABELA 17 – AÇÃO 26.784.2074.14RC.0023	51
TABELA 18 – AÇÃO 26.784.2074.7U33.0023	52
TABELA 19 – AÇÃO 26.784.2074.15CN.0023	52
TABELA 20 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	58
TABELA 21 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DE DESEMPENHO	60
TABELA 22 – COMPOSIÇÃO DA DIREXE	80
TABELA 23 – COMPOSIÇÃO DO CONSAD	80
TABELA 24 – COMPOSIÇÃO DO CONFIS	80



TABELA 25 – COMPOSIÇÃO DO CAP	81
TABELA 26 – AUDITORIAS E/OU FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO	89
TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA	92
TABELA 28 – DEMONSTRATIVO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INSTAURADOS	109
TABELA 29 – REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	115
TABELA 30 – REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	116
TABELA 31 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.....	117
TABELA 32 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	118
TABELA 33 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	119
TABELA 34 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA	120
TABELA 35 – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO	132
TABELA 36 – RELATÓRIO DO COMPARATIVO DE ENTRADAS X SAÍDAS	132
TABELA 37 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC	138
TABELA 38 – DISTRIBUIÇÃO LOTAÇÃO EFETIVA DA UPC	138
TABELA 39 – ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS E GRATIFICAÇÕES TÉCNICAS DA UPC ..	139
TABELA 40 – ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS E GRATIFICAÇÕES TÉCNICAS DA UPC ..	139
TABELA 41 – CUSTOS DO PESSOAL.....	142
TABELA 42 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	146
TABELA 43 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	146
TABELA 44 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	148
TABELA 45 – BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UPC ..	148
TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	149
TABELA 47 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	174
TABELA 48 – DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2015	180
TABELA 49 – APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	187



TABELA 50 – DESPESAS COM PATROCÍNIO	189
TABELA 51 – CONTRATOS BENEFICIADOS COM A DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	190
TABELA 52 – DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	191



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ	30
FIGURA 2 – ENDEREÇO ELETRÔNICO DA COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ	128
FIGURA 3 – LINK DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	128
FIGURA 4 – MENU LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	129
FIGURA 5 – MENU AUDITORIAS/RELATÓRIO DE GESTÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	129
FIGURA 6 – MENU PROCESSOS DE CONTAS ANUAIS	130
FIGURA 7 – GRÁFICO DO COMPARATIVO DE ENTRADAS FINANCEIRAS X SAÍDAS FINANCEIRAS ...	133



LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

- ANEXO 1** Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/1976, incluindo Notas Explicativas
- ANEXO 2** Previdência Complementar Patrocinada - PORTUS



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	3
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES	10
CAPÍTULO 2: APRESENTAÇÃO	14
PALAVRA DA DIRETORIA	15
CAPÍTULO 3: VISÃO GERAL DA UPC	22
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	23
3.2 NORMAS E REGULAMENTOS.....	25
3.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	27
3.4 ORGANOGRAMA	31
3.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	34
3.6 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL DA CDC	37
3.7 PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO	39
CAPÍTULO 4: PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	40
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	41
4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	44
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	45
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	59
4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	60
CAPÍTULO 5: GOVERNANÇA	76
5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	77
5.2 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	80
5.3 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLÉIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E DE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	87



5.4	ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	88
5.5	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	109
5.6	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	111
5.7	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DOS COLEGIADOS	113
5.8	INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	121
5.9	POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE	122
5.10	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE	124
	CAPÍTULO 6: RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	125
6.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	126
6.2	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A TUAÇÃO DA UNIDADE	128
	CAPÍTULO 7: DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	131
7.1.	DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO.....	132
7.2.	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	135
7.3.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 E NOTAS EXPLICATIVAS	136
	CAPÍTULO 8: ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	137
8.1	GESTÃO DE PESSOAS	138
8.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	148
8.3.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	169
8.4.	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	174
	CAPÍTULO 9: CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	178
9.1.	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	179
9.2.	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	185
9.3.	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	187



9.4.	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO AO ART. 5º DA LEI Nº 8.666/1993.....	188
9.5.	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PATROCÍNIO	189
9.6	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	190
9.7.	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	191
CAPÍTULO 10: OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES		193
10.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	194
CAPÍTULO 11: ANEXOS E APÊNDICES		196



CAPÍTULO 2: APRESENTAÇÃO



PALAVRA DA DIRETORIA

Em cumprimento a sua missão institucional, a Companhia Docas do Ceará – CDC, visando cumprir o que preconiza seus dispositivos legais e estatutários, leva à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Gestão, referente ao Exercício de 2015.

O Porto de Fortaleza, inserido na Política Nacional de Revitalização e Modernização Portuária proposta pela Secretaria de Portos - SEP da Presidência da República, vem capacitando sua gestão, bem como modernizando sua infraestrutura com o firme objetivo de continuamente atuar como agente garantidor do crescimento do Estado do Ceará e do Brasil.

Merecendo destaque ações mais significantes desenvolvidas no Exercício, relataremos adiante, brevemente, algumas:

INFRAESTRUTURA E GESTÃO PORTUÁRIA

- Terminal Marítimo de Passageiros:

Ressaltamos a conclusão das obras de construção do Terminal Marítimo de Passageiros - TMP. O empreendimento compreende uma nova Estação de Passageiros no Porto de Fortaleza, e um novo Cais de Atração em uma retroárea compreendendo 40.000 m² para o armazenamento de cargas, estando seu pátio ocupado atualmente por contêineres. O TMP ainda, em operação desde junho de 2014 - antes mesmo de sua completa conclusão - até o final de 2015, acumula em seus registros o desembarque de 9.134 (nove mil, cento e trinta e quatro) passageiros em trânsito por sua Estação.

O TMP, quando de seu possível arrendamento após procedimento licitatório, assegurará a Companhia Docas do Ceará - CDC avolumado incremento financeiro anual, que segundo Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTE equivalerá à monta de R\$ 1.858.219,00 (um milhão, oitocentos e cinqüenta e oito mil, duzentos e dezenove reais), além das tarifas portuárias de atração de praxe. A Secretaria de Portos - SEP e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ estão à frente da condução do processo licitatório para a efetivação do arrendamento. Até a conclusão dos trâmites legais para o procedimento licitatório, a Companhia otimiza os espaços do Terminal Marítimo de Passageiros para a realização de eventos sociais, o que vem gerando uma arrecadação extra.

- Substituição da Pavimentação do Porto de Fortaleza:

A pavimentação de pátios e arruamentos do Porto, com elementos pré-moldados, otimizará a movimentação de equipamentos pela ausência de lombadas existentes na pavimentação anterior, que acarretavam grandes prejuízos com custos para a CDC referentes à recuperação. O aumento da resistência do pavimento possibilita empilhar, por exemplo, vários contêineres sem o risco de afundamento



do piso, otimizando assim o aproveitamento das áreas de armazenagem. A obra assinala 71,44% (setenta e um vírgula quarenta e quatro por certo) concluída, com previsão para o seu fim em Setembro de 2016.

ESTUDOS E PROJETOS

Em se tratando da ação Estudos e Projetos, temos a destacar a conclusão dos estratégicos trabalhos a seguir:

- Elaboração do desdobramento da Gestão Estratégica da CDC, com Planos de Ação;
- Consultoria especializada para a regulamentação dos registros do Alfandegamento do Porto de Fortaleza;
- Elaboração do Relatório de Acompanhamento de Monitoramento Ambiental - RAMA; e
- Elaboração do projeto de Sinalização Náutica da Bacia e do Canal de Acesso.

Em fase licitatória encontra-se a contratação de consultoria para elaboração da avaliação de risco das instalações portuárias e a atualização do Plano de Segurança do Porto de Fortaleza.

MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE

A divulgação do Índice de Desempenho Ambiental - IDA, indicador instrumentalizado pela ANTAQ, que abrange os aspectos econômico-operacional, sócio-cultural, físico-químico e biológico-econômico visando conhecer e avaliar o atendimento à legislação e a adoção de boas práticas ambientais por parte dos portos, conferiu ao Porto de Fortaleza a segunda colocação entre os portos situados no Nordeste com a nota 82,15 (oitenta e dois vírgula quinze), refletindo assim, o propósito da CDC em continuamente agregar ao Porto valores ambientais e sociais, comprometendo-se com a sustentabilidade.

A Universidade Federal do Ceará - UFC/Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC, concluiu o monitoramento ambiental da obra de Dragagem do Porto e o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos - IEPRO da Universidade Estadual do Ceará - UECE continua executando o monitoramento ambiental do Plano Básico Ambiental - PBA do Terminal Marítimo de Passageiros.

Em atendimento a Instrução Normativa nº 01/2010 e a Portaria nº 02/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de Tecnologia da Informação e na contratação de serviços ou obras foram instituídos, assim como as informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto Presidencial nº 5.940/2006.

Relativamente ao Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos, E-fluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica, executada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro -



UFRJ, em convênio firmado com a SEP, com estudos concluídos em 2015, a CDC implementará as ações prioritárias previstas no Programa considerando a disponibilização dos recursos pelo Governo Federal.

A CDC mantém a prática de realização de simulados de abandono de área e de emergência, permitindo a avaliação de respostas às emergências na área portuária. No Exercício, especificamente, o simulado com vazamento de derivado de petróleo foi realizado em parceria com a TRANSPETRO, através do Centro de Resposta à Emergência.

No âmbito da saúde, a CDC juntamente com o Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO, participou do programa Semana de Saúde nos Portos, evento promovido nacionalmente pela SEP, em conjunto com o Ministério da Saúde, SEST/SENAT e Polícia Rodoviária Federal.

GESTÃO EMPRESARIAL

O Planejamento Estratégico (2015 - 2018) e o Mapa Estratégico da Companhia Docas do Ceará - CDC, resultante de trabalho elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SC, foi concluído.

Com a implementação do Planejamento Estratégico, a CDC implantou o acompanhamento dos Indicadores de Gestão Estratégica/Desempenho, com índices distribuídos em Financeiro e Social; Comercial; Clientes; Processos Internos; Pessoal, Tecnologia e Inovação. A apuração da série histórica de 2015 e a fixação da meta a ser atingida, em 2016, determinada pela Diretoria Executiva, visa o acompanhamento da evolução dos resultados e o gerenciamento da Gestão.

GESTÃO DE PESSOAS

Buscando atender uma antiga reivindicação dos Empregados aposentados na ativa, a CDC implantou o Programa de Demissão Assistida, tendo a adesão primeira, ao final do Exercício, de 08 (oito) Empregados, o que alcança uma redução de 7,72% (sete vírgula setenta e dois por cento) da despesa com pessoal e encargos. Em 2016 outras adesões serão concretizadas, conforme interesse já demandado por outros Empregados.

Com vistas à difusão do conhecimento e a necessária atualização do seu Corpo Funcional, a CDC disponibiliza em seu planejamento o Programa de Treinamento Anual. Em 2015, foram registradas 581 (quinhentas e oitenta uma) horas/aula de capacitação, contemplando ainda a participação de 03 (três) Empregados que concluíram, com despesas totalmente custeadas pela CDC, MBA's Executivos na área de Gestão Portuária.



O Acordo Coletivo de Trabalho entre a CDC e o Sindicato dos Empregados, teve suas cláusulas financeiras aprovadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e implantadas com reajuste de 8,47% (oito vírgula quarenta e sete por cento) com data base em Junho de 2015 e mais 2,00% (dois por cento), a título de complementação no reajuste firmado, a partir de Janeiro de 2016.

CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO - CVT PORTUÁRIO

O Centro Vocacional Tecnológico - CVT Portuário possibilita a Empregados, Colaboradores e a comunidade em geral, principalmente a do entorno portuário, capacitação tecnológica objetivando a difusão do conhecimento.

As atividades do CVT Portuário, distribuídas em palestras, seminários, conferências, visitas institucionais e treinamentos envolveram, no Exercício, mais de 3.050 (três mil e cinqüenta) pessoas, possibilitando o estreitamento da relação Porto-Cidade.

OUVIDORIA

A CDC dispõe do serviço de Ouvidoria instalado em conformidade ao Termo de Ajuste de Conduta ANTAQ nº 007/2010-SPO. Objetivando estreitar a comunicação e, por consequência, ampliar o atendimento aos usuários externos e internos do Porto de Fortaleza, disponibilizando um canal eficaz para tal, a Ouvidoria constantemente desenvolve campanhas educativas de cunho motivacional com as devidas explicativas de como se utilizar o serviço, alcançando resultados proeminentes. A Ouvidoria também responde pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC regulamentado pela Lei de Acesso à Informação - LAI que possibilita ao cidadão o acesso a informações do serviço público, significando importante avanço na consolidação democrática.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da CDC realizou várias ações no intuito de agregar valor à Gestão e contribuir para a melhoria dos processos e controles da Empresa, propondo ações preventivas e saneadoras. Buscou, ainda, junto aos demais setores, a implementação das recomendações de órgãos de Controle Interno, Externo e Conselhos.

AÇÕES COMERCIAIS

A performance da CDC relativamente à movimentação de cargas, muito embora não tenha atingido a meta estabelecida para o Exercício, tendo em vista a situação econômica mundial e brasileira, foi resultante de uma ação comercial eficiente para a manutenção das parcerias já existentes e na busca por novos clientes, destaque para as ações:

- Promoção de articulações comerciais estimulando a manutenção do cliente no Porto de Fortaleza;
- Celebração de contratos operacionais como forma de fidelizar o cliente ao Porto;
- Visitas a empresas para a divulgação de atrativos e facilidades do Porto e estreitamento de laços comerciais;
- Qualidade no atendimento ao cliente, sempre disponível à prospecção de novos negócios;
- Bom relacionamento com os trabalhadores portuários traduzido na mediação de impasses e, ainda, intermediando negociações entre novos clientes junto aos Sindicados, Armadores e Operadores Logísticos;
- Divulgação em regime de parceria com Operadores Portuários e Armadores das linhas de navegação de longo curso e cabotagem, de suas rotas e conexões intermodais, locais e destinos;
- Divulgação das facilidades e atrativos do Porto, em feiras de negócios; e
- Divulgação do Índice de Produtividade, diferencial atrativo, concernente ao tempo de espera para atracação de Navios de Contêineres que, em 2015, foi em média de 4,24 horas, apontando uma melhora em relação ao ano anterior de 16,69% (dezesseis vírgula sessenta e nove por cento).

DESEMPENHO

Conforme dados do Sistema de Desempenho Portuário da ANTAQ, a CDC alcançou em 2015, uma movimentação de cargas no montante de 4.675.410 (quatro milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e dez) toneladas. Muito embora registremos a queda do Produto Interno Bruto - PIB, bem como a quebra da safra de produtos agrícolas, a diminuição do consumo de derivados de petróleo e também o aumento do dólar refletindo diretamente nas importações, observando a característica eminentemente importadora do Porto de Fortaleza, ainda assim validamos como mérito a movimentação pontuada no Exercício. O que reflete o empenho do Corpo Diretivo, voltado a resultados eficazes, elevando permanentemente o padrão de manutenção das estruturas físicas como forma de garantir a modernização e, consequentemente, o alcance de maior atratividade de cargas, confirmado a eficiência do Porto de Fortaleza, mesmo em meio à crise estabelecida mundialmente.

Relativamente à execução orçamentária do Orçamento de Investimentos, a CDC obteve êxito com a segunda maior execução orçamentária dentre as Companhias Docas, ficando entre as três primeiras colocadas pelo terceiro ano consecutivo, conforme informações disponibilizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPLOG, registrando o numerário de R\$ 31.245.523,00 (trinta e um milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e três reais) executados em obras e projetos, o que representa um percentual de 59,84% (cinqüenta e nove vírgula oitenta e quatro por cento), considerando o total de R\$ 52.208.430,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos e oito mil, quatrocentos e trinta reais) aprovado para o Exercício.



Ao rol de dispêndios, outros fatores são contribuintes para o volume apurado deficitariamente no resultado econômico de R\$ 18.833.687,22 (dezoito milhões, oitocentos e trinta e três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) evidenciado; a exemplo, temos a contabilização das variações monetárias advindas dos valores recebidos da União para o Aumento de Capital que perfez, em 2015, um total de R\$ 5.664.553,29 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e cinqüenta e três reais e vinte e nove centavos). Calculados ao resultado ainda, pesa o valor de R\$ 1.044.963,85 (um milhão, quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos) referente às amortizações e mais R\$ 3.419.238,87 (três milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos) equivalente à depreciação, influindo assim ao total, negativamente, o acumulado de R\$ 10.128.756,00 (dez milhões, cento e vinte e oito mil, setecentos e cinqüenta e seis reais).

Finalizando, ressaltamos que analiticamente ao expugarmos os valores retromencionados - variações monetárias, amortizações e depreciação - encontraremos um valor em definitivo para o resultado financeiro da CDC, no Exercício em questão, negativo em R\$ 8.704.931,20 (oito milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e trinta e um reais e vinte centavos).

Para explicitar, vejamos a seguir graficamente:

TABELA 1 – ANÁLISE DE DESPESAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
ITEM	RESULTADO ECONÔMICO	VALOR EXERCÍCIO
Amortizações	1.044.963,85	
Depreciação	3.419.238,87	
Variações Monetárias	5.664.553,29	
	10.128.756,00	
		RESULTADO FINANCEIRO 2015, APÓS EXPURGOS
		(8.704.931,20)

Necessário registrar que a Companhia, mesmo em condição financeira desfavorável, legitima suas ações em correta ordenança zelando sobremaneira com o cumprimento de suas responsabilidades, bem como se pôde comprovar no atendimento ao pleiteado por seus Empregados, com intermediação do Sindicato da categoria, no que se refere ao reajuste salarial referendado no Acordo Coletivo e, ainda, na recepção à demanda antiga dos Empregados aposentados na ativa no que concerne à implantação do Programa de Demissão Assistida que, além de atendê-los no conjunto de suas reivindicações, propiciará a redução de despesas no afã do enquadramento do desembolsado às receitas geradas.

Outro exemplo dessa lisura dar-se-á pela repactuação anual em todos os contratos de serviços, especialmente os de Engenharia, Informática, Administração e Vigilância Ostensiva, celebrados



com a CDC, seguindo a conformidade da Lei. Importante ainda ressaltar que além das repactuações firmadas, as despesas com Serviços de Terceiros, no Exercício, foram reduzidas em sua globalidade no total de 5% (cinco por cento) em relação ao ano de 2014, representando cerca de R\$ 934.000,00 (novecentos e trinta e quatro mil reais), cumprindo assim, a meta do Plano de Redução de Despesas supervisionado pelo Corpo Diretivo.

Várias ações, identificadas como possíveis dentro do nível de competência da CDC, foram deflagradas pela Administração no sentido de corrigir o adverso rumo que se nos apresenta no momento, notoriamente a redução, em todos os níveis, de despesas com serviços, onde somente são autorizados os de estrita necessidade para o eficiente funcionamento do Porto de Fortaleza.

Conclusivamente, os principais acontecimentos que marcaram as atividades da Companhia Docas do Ceará - CDC no ano de 2015 aqui expressivamente elencados, confirmam que a CDC em conciliação ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Portos - SEP, progressivamente tem atingido seu objetivo de contribuir para o processo de modernização da estrutura e gestão portuária do país.

Registrados como legítimo o apoio irrefutável que nos emprestou os que fazem a SEP na garantia dos recursos para o prosseguimento e conclusão das obras de investimento de modernização do Porto de Fortaleza, propiciando agilidade nas decisões e presteza nas relações institucionais.

Reconhecemos ainda, a expressiva colaboração de todos os Empregados, Entidades Vinculadas, OGMO, Sindicatos Obreros, Operadores Portuários e membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e de Autoridade Portuária.

Fortaleza/Ce, Maio de 2016.

**CESAR AUGUSTO PINHEIRO
DIRETOR PRESIDENTE**

**MÁRIO JORGE CAVALCANTI MOREIRA
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E
GESTÃO PORTUÁRIA**

**JOSÉ ARNALDO CRUZ BEZERRA DE
MENEZES
DIRETOR COMERCIAL**

**JOSÉ ILÁRIO GONÇALVES MARQUES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS**



CAPÍTULO 3: VISÃO GERAL DA UPC



3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A finalidade e as competências da Companhia Docas do Ceará - CDC, em conformidade com seu Estatuto Social (última modificação do Estatuto aprovada na 113^a Assembléia Geral Extraordinária em 15/10/2015, com Ata publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 17/11/2015), estabelece no Capítulo II - Do Objeto Social e Competência, nos artigos 3º e 4º, o que se transcreve a seguir:

“Art. 3º A CDC tem por **objeto social** exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Ceará, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria de Portos da Presidência da República.

Art. 4º Para a realização de seu objeto social, **compete** à CDC, sem exclusão de outros casos atribuídos em lei, e à Administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 2013, e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013:

[...]

II. assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do Porto ao comércio e à navegação;

III. pré-qualificar os Operadores Portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;

[...]

VI. fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

[...]

X. suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do Porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;

[...]

XIII. prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho de Autoridade Portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;

[...]

XV. organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente;

[...]

XVIII. fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da CDC;



[...]

XX. estabelecer, se necessário, escritórios ou representações;

[...]

XXIII. decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no Porto Organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;

XXIV. explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério da Secretaria de Portos da Presidência da República;”

3.2 NORMAS E REGULAMENTOS

TABELA 2 – NORMAS E REGULAMENTOS

Normas de criação e alteração da UPC
<p>O Decreto nº 23.606, de 07 de julho de 1937 determinou, mediante concorrência pública, a construção do Porto de Fortaleza, com 426 metros de cais acostável.</p> <p>A Companhia Docas do Ceará foi constituída em 09 de abril de 1965, nos termos da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963 e do Decreto nº 54.046, de 23 de julho de 1964, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações e com prazo de duração indeterminado.</p>
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UPC
<ul style="list-style-type: none">- Estatuto da CDC (49^a AGO e 113^a AGE, de 15/10/2015);- Regimento Interno da CDC (Deliberação do CONSAD nº 011/2013, de 02/08/2013);- Regimento Interno do CAP (Deliberação do CAP nº 004/2009, de 21/07/2009);- Regimento Interno do CONSAD (Deliberação do CONSAD nº 010/2011, de 27/06/2011);- Regimento Interno do CONFIS (Ata da 375^a Reunião Ordinária do CONFIS, de 28/06/2002);- Regulamento de Exploração do Porto de Fortaleza (Resolução da DIREXE nº 342/2014, de 05/12/2014);- Regulamento Interno de Pessoal (Resolução da DIREXE nº 024/2016, de 21/01/2016);- Regulamento Interno da COAUDI (Deliberação do CONSAD nº 013/2011, de 30/09/2011);- Regulamento Interno da Guarda Portuária (Resolução da DIREXE nº 048/2015, de 13/03/2015);- Plano de Cargos, Carreiras e Salários (Deliberação do CONSAD nº 006/2010, de 19/04/2010);- Plano de Funções e Gratificações Técnicas (Deliberação do CONSAD nº 001/2011, de 07/02/2011);- Estrutura Organizacional (Deliberação do CONSAD nº 001/2011, de 07/02/2011);- Norma de Utilização do Terminal Marítimo de Passageiros (Resolução da DIREXE nº 253/2015, de 03/12/2015);- Norma de Viagens à Serviço (Resolução da DIREXE nº 004/2013, de 11/01/2013);- Norma de Estágio (Resolução da DIREXE nº 191/2015, de 18/09/2015);- Norma de Controle de Frequência (Resolução da DIREXE nº 012/2016, de 07/01/2016);- Norma de Registro Cadastral para Licitantes (Resolução da DIREXE nº 182/2008, de 08/09/2008);- Norma de Elaboração de Contratos Operacionais (Resolução da DIREXE nº 270/2015, de 17/12/2015);- Norma de Contratação Direta (Resolução da DIREXE nº 185/2014, de 10/09/2015);- Norma de Distribuição e Utilização de Serviço Móvel Celular (Resolução da DIREXE nº 118/2012, de



TABELA 2 – NORMAS E REGULAMENTOS

23/05/2012);

- Norma de Transportes (Resolução da DIREXE nº 192/2015, de 18/09/2015);
- Norma de Suprimento de Numerários (Resolução da DIREXE nº 224/2011, de 01/12/2011);
- Norma de Faturamento e Cobrança de Serviços Portuários (Resolução da DIREXE nº 214/2011, de 04/11/2011);
- Norma de Elaboração de Projetos, Fiscalização e Construção de Obras de Engenharia (Resolução da DIREXE nº 246/2008, de 21/11/2008);
- Norma de Operação de Guindaste MHC (Resolução da DIREXE nº 046/2009, de 18/03/2009).



3.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Porto do Fortaleza, também conhecido como Porto do Mucuripe, é um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Caribe, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de Cabotagem.

A área de influência do Porto de Fortaleza, administrado pela Companhia Docas do Ceará, abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco.

No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores polos trigueiros do país e uma infraestrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em granéis sólidos (grãos, cereais, etc.), granéis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e conteinerizada. Castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

Apesar da crise econômica no ano de 2015, com o agravante da alta do dólar, retração da economia e redução do consumo em geral, o Porto de Fortaleza encerrou o ano de 2015 com uma movimentação de 4.675.410 (quatro milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e dez) toneladas de mercadorias importadas e exportadas, registrando apenas uma redução de 12% em relação a movimentação de mercadorias em 2014, ano este que apresentou recorde histórico de movimentação. A importação de mercadorias no Porto do Mucuripe no ano de 2015 representou 92,29% de tudo que foi movimentado, refletindo a sua grande vocação e 7,71% referente a cargas exportadas. Vale destacar que a movimentação de frutas liderou as atividades de exportação de longo curso no Porto de Fortaleza, em 2015, registrando um incremento de 7,79% em comparação ao movimentado em 2014.

Um dos pontos fortes do Porto é a movimentação de trigo, cuja retroárea do mesmo é composta por três moinhos que juntos, resultam em um alto índice de processamento de trigo por m². Este fato fortalece a aptidão do Porto como um dos maiores polos moageiros do país.

Nos últimos anos, o Porto de Fortaleza também vem se consolidando na movimentação de carga conteneirizada. Somente em 2015, foram movimentados 90.195 TEUS. A produtividade atual é de até 50 movimentos/hora, graças à utilização de dois guindastes MHCs existentes no Porto. Um dos guindastes foi recentemente adquirido pela Empresa Termaco - Terminais Marítimos de Conteiner e Serviços Acessórios Ltda. em consórcio com a Operadora Brandão Filhos FortShip Agência Marítima Ltda. O investimento de outras empresas no Porto de Fortaleza mostra, além da parceria, a credibilidade



de da gestão e a confiança na capacidade de crescimento das operações do Porto. O novo equipamento terá capacidade para içar até 140 toneladas e contará com um alcance de lança de 54 metros. Ele foi adquirido objetivando elevar a consignação de carga dos navios de contêineres em cada escala que realizarem no Porto de Fortaleza, servindo ainda, para atender empresas de geração de energia eólica que contêm componentes pesando mais de 100 toneladas. O novo guindaste é de múltiplo uso e pode operar tanto contêiner como granéis sólidos tais como fertilizante, coque e *clinker*, por se tratar de um MHC do tipo quatro cabos.

Execução Orçamentária

Os investimentos na infraestrutura estão diretamente relacionados ao alto desempenho da execução orçamentária da CDC. A Companhia ficou em 2º lugar entre as Companhias Docas no quesito execução orçamentária do Orçamento de Investimento - OI.

Foi finalizada a obra do Novo Terminal Marítimo de Passageiros – TMP do Porto de Fortaleza que antes mesmo de sua completa conclusão - em junho de 2014 o Terminal operou quando da Copa do Mundo - até o final de 2015, acumula em seus registros o desembarque de 9.134 (nove mil, cento e trinta e quatro) passageiros em trânsito por sua Estação.

Novos Investimentos

Para o Exercício de 2016, a Diretoria Executiva da CDC vislumbra maiores esforços em torno da realização de novas obras que aumentarão a eficiência do Porto de Fortaleza, pretendendo finalizar a substituição da pavimentação antiga do Porto; viabilizar meios para a dragagem do Berço do Novo Terminal de Passageiros; recuperar do enrocamento do Cais Comercial e trabalhar pelo arrendamento do novo TMP.

Qualidade no Atendimento

Um das metas que a Companhia persegue é a contínua melhoria da qualidade do atendimento ao cliente. A CDC conta com uma Diretoria Comercial empenhada na divulgação das vocações do Porto, sempre disponível à visitas de prospecção e ao atendimento de clientes interessados em utilizar o complexo portuário para a importação e/ou exportação de suas mercadorias.

Outro destaque comercial é o novo Terminal Marítimo de Passageiros junto aos Armadores internacionais de Cruzeiros. O Terminal tem sido bastante procurado para a realização de diversos tipos de eventos como feiras, eventos sociais e musicais, por ter uma vista privilegiada e estrutura de alto padrão.

Principais Concorrentes na Região Nordeste

PORTO DO PECÉM - CEARÁPORTOS: o Terminal Portuário está localizado no distrito de Pecém, no município cearense de São Gonçalo do Amarante, uma área estratégica para a movimenta-



ção de cargas para a Europa e Estados Unidos. O Terminal foi projetado como um porto *off shore*, ou seja, permite a atracação de navios a certa distância da Costa, dando por isso acesso a navios de maior calado, com capacidade para transportar grandes cargas.

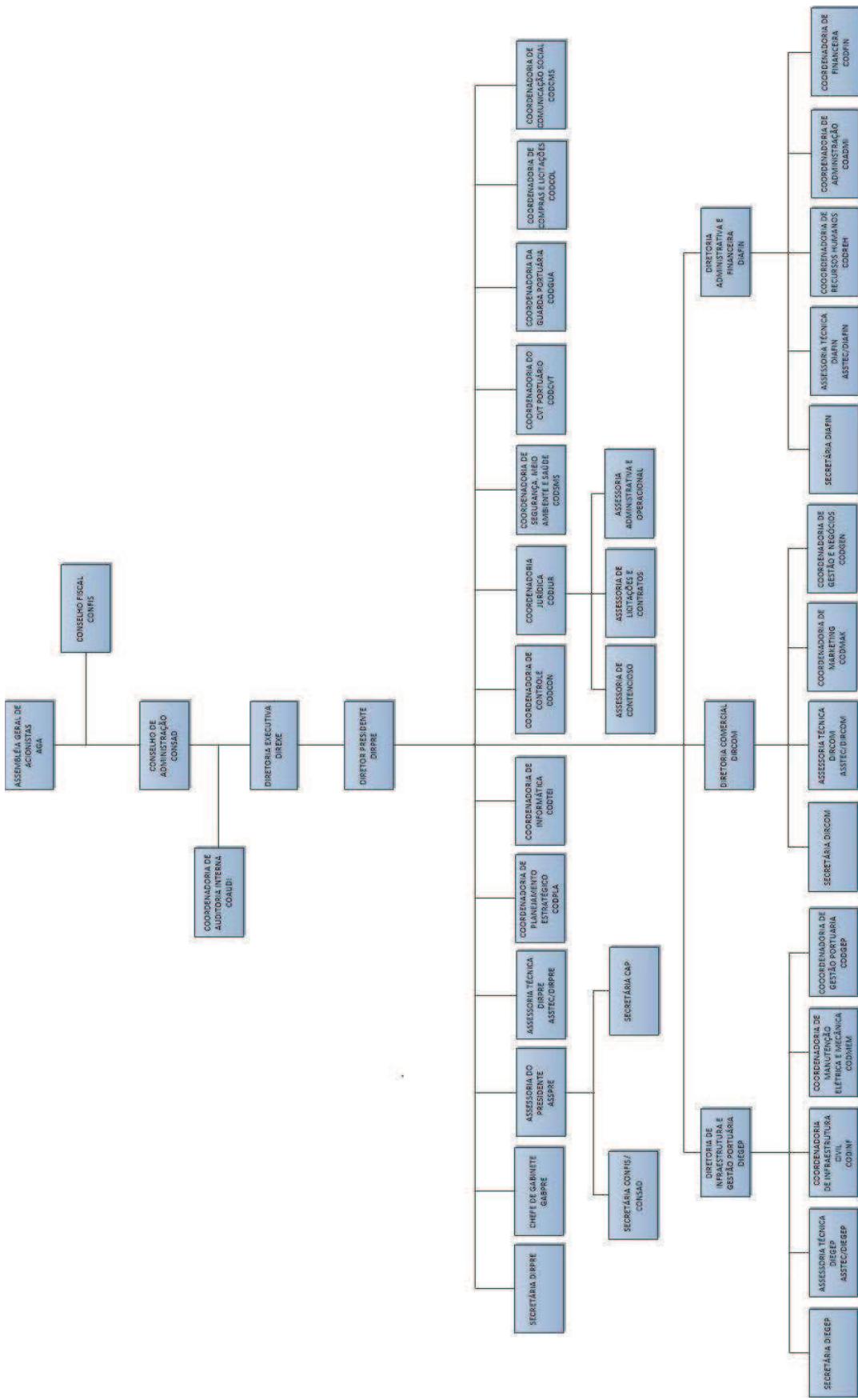
No ranking de todos os portos brasileiros, segundo a Secex – Secretaria do Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, no que diz respeito a importação de *clinkers* em 2015, o Porto do Pecém ocupa a 4^a posição com uma participação de 15% do total exportado no Brasil, representando uma redução de 80% em relação ao mesmo período de 2014, período onde ocupava o 1º lugar no ranking. O Porto de Fortaleza terminou o ano de 2015 ocupando a 6^a posição. Nas importações de produtos siderúrgicos a liderança é do Porto de São Francisco do Sul, seguido dos Portos Santos, Pecém e Itajaí.

PORTO DE NATAL - CODERN: tem na exportação de frutas seu grande destaque. Cerca de 30% de toda movimentação do Terminal é com frutas. Recentemente houve a mudança da pavimentação do pátio de contêiner e vias de acesso do Porto de Natal.

Atualmente o Porto conta com uma linha direto para a Europa, com paradas nos Portos de Vigo, na Espanha, Sheerness, na Inglaterra, e Roterdan, na Holanda, a mesma rota e Empresa que passa pelo Porto de Fortaleza.

O Porto de Natal recebe com regularidade navios para exportação de açúcar e importação de trigo. Os principais produtos exportados são melão, açúcar, melancia, manga, mamão, uva, camarão e peixe congelado; os importados são trigo, equipamentos e caixaria.

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ



3.4 ORGANOGRAMA

TABELA 3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
DIRPRE	Além das atribuições próprias da qualidade de membro da Diretoria Executiva, compete dirigir, coordenar e controlar as atividades da CDC; cumprir e fazer cumprir as determinações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e, representar a CDC, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.	Mario Jorge Cavalcanti Moreira Cesar Augusto Pinheiro	Diretor Presidente Diretor Presidente	01/01 a 31/07/2015 01/08 a 31/12/2015
DIRPRE/CODPLA	Coordenar os esforços intersetoriais de planejamento estratégico da CDC, com base em estudos de conjuntura econômica, política e tecnológica da prestação de serviços aquaportuários, adequando-os as políticas que definem a atuação da Companhia.	Luiz Humberto Andrade Madeira Barros Maria Anadisia de Sousa Marinho Ramos	Coordenador de Planejamento Estratégico Coordenadora de Planejamento Estratégico	01/01 a 17/05/2015 18/05 a 31/12/2015
DIRPRE/CODETEI	Garantir o correto processamento de dados informatizados, assim como garantir condições seguras para a utilização de todos os recursos de tecnologia da informação disponíveis na CDC.	Antonio Ernani Oliveira de Melo	Coordenador de Informática	01/01 a 31/12/2015

TABELA 3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

DIEGEP	Além das atribuições e responsabilidades próprias de membro da Diretoria Executiva, compete movimentar os recursos financeiros e assinar títulos de crédito, ações e demais títulos mobiliários com o Diretor Presidente e, na ausência deste, em conjunto com o outro Diretor, aprovar a realização de licitação e respectiva adjudicação para aquisições e execução de obras e serviços no âmbito de sua área de atuação na modalidade Convite; e, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da Coordenadoria de Infraestrutura Civil, da Coordenadoria de Manutenção Elétrica e Mecânica e da Coordenadoria de Gestão Portuária.	Mário Lima Junior Mario Jorge Cavalcanti Moreira	01/01 a 20/08/2015 21/08 a 31/12/2015
DIEGEP/CODGEP	Administrar o tráfego de entrada e saída de embarcações, a carga e a descarga dessas embarcações, assim como, a armazenagem das mercadorias embarcadas ou desembarcadas.	Claudio Henrique Pereira D'Alencar	13/05 a 31/12/2015
DIRCOM	Além das atribuições e responsabilidades próprias de membro da Diretoria Executiva, compete aprovar a realização de licitação e respectiva adjudicação para aquisições e execução de obras e serviços no âmbito de sua área de atuação na modalidade Convite; e, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da Coordenadoria de Marketing e da Coordenação de Gestão e Negócios.	José Arnaldo Cruz Bezerra de Menezes	01/01 a 31/12/2015
DIRCOM/CODGEN	Coordenar e implantar todas as atividades ligadas a ação comercial da CDC, desenvolvendo estratégias para a manutenção dos relacionamentos com clientes visando aumento de faturamento.	Telma Leite Moraes	01/01 a 31/12/2015

TABELA 3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

DIAFIN	Além das atribuições e responsabilidades próprias de membro da Diretoria Executiva, compete movimentar os recursos financeiros e assinar títulos de crédito, ações e demais títulos mobiliários com o Diretor Presidente e, na ausência deste, em conjunto com o outro Diretor, aprovar a realização de licitação e respectiva adjudicação para aquisições e execução de obras e serviços no âmbito de sua área de atuação na modalidade Convite; e, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Coordenadoria de Administração e da Coordenadoria de Finanças.	José Maria de Araújo José Ilário Gonçalves Marques	Diretor Administrativo e Financeiro 01/01 a 20/08/2015 21/08 a 31/12/2015
DIAFIN/CODFIN	Coordenar, controlar e executar as atividades de movimentação financeira da CDC, relativa aos recebimentos, à liquidação de compromissos, assim como a guarda de valores que lhes forem confiados.	Evaristo Luis Loureiro Maia Filho Elzilene Maria de Queiroz Pereira	Coordenador de Finanças 01/01 a 30/09/2015 01/10 a 31/12/2015

3.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

TABELA 4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
PLANEJAMENTO E CONTROLE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> . Controle do tráfego de embarcações; . Controle de carga e descarga de embarcações; e . Controle de armazenamento de mercadorias 	<ul style="list-style-type: none"> . Disponibilização de instalações (acostagem e armazenagem); . Manuseio de cargas; . Disponibilização de infraestrutura aquaviária e terrestre; e . Fornecimento de água e energia. 	<ul style="list-style-type: none"> . Operadores Portuários; . Armadores; . Agentes Portuários; . Importadores; . Exportadores; e . Despachantes. 	CODGEP
AÇÃO COMERCIAL DA CDC	<ul style="list-style-type: none"> . Desenvolvimento de estratégias de captação de clientes e de manutenção de relacionamentos visando o aumento do faturamento. 	<ul style="list-style-type: none"> . Gestão de contratos de arrendamento, vendas e serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> . Arrendatários; . Operadores Portuários; . Armadores; . Agentes Portuários; . Importadores; . Exportadores; e . Despachantes. 	CODGEN



A Companhia Docas do Ceará, como Autoridade Portuária, realiza o planejamento das operações portuárias, sendo que as operações de carga e descarga são feitas pelos Operadores Portuários privados, cabendo à CDC a indicação de onde as embarcações irão fazer suas movimentações, assim como, os locais (pátios ou armazéns) onde as cargas serão armazenadas.

O Porto de Fortaleza encerrou o ano de 2015 com uma movimentação de 4.675.410 (quatro milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e dez) toneladas de mercadorias importadas e exportadas, registrando uma redução de 12,69% (doze vírgula sessenta e nove por cento) em relação ao desempenho da movimentação registrada em 2014, que foi um ano que superou importantes marcas históricas. A redução na movimentação comparativamente a 2015, foi fruto de um cenário econômico desafiador com os impactos da crise econômica, alta do dólar dentre outros, refletidas no mercado durante o Exercício.

De Janeiro à Dezembro a Receita Industrial alcançou a monta de R\$ 40.715.301,76 (Quarenta milhões, setecentos e quinze mil, trezentos e um reais e setenta e seis centavos). Deste montante, destaca-se a notável participação das diversas tarifas, conforme abaixo:

Tarifa I – Acesso Aquaviário: R\$ 12.490.981,33 (Doze milhões, quatrocentos e noventa mil, novecentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos), representando 30,68% da Receita Industrial Total;

Tarifa II – Acostagem: R\$ 2.060.226,00 (Dois milhões, sessenta mil, duzentos e vinte e seis reais), representando 5,06% da Receita Industrial Total;

Tarifa III – Terrestre: R\$ 18.479.364,34 (Dezoito milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), representando 45,39% da Receita Industrial Total;

Tarifa V – Armazenagem: R\$ 4.226.674,59 (quatro milhões, duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinqüenta e nove centavos), equivalente a 10,38% da Receita Industrial Total.

Os principais insumos do Macroprocesso Operacional são a mão de obra própria e avulsa, energia elétrica (COELCE), água (CAGECE) e gastos gerais com manutenção, sendo esses os principais fornecedores.

Os principais clientes da CDC são os Agentes Portuários (Petrobras - Agência Marítimas V. Castro; Oceanus; ISS; LBH; Brandão Filhos; Rocha Ruiz e NML Tankers), Despachantes (Organização Paulo Rocha; Remora; Nova Era e Aduanex), Importadores (Moinho Dias Branco; Petrobras; Votorantim; Grande Moinho Cearense; Moinho Fortaleza; Galvani e RISA), Exportadores (Cascaju; Grendene; Vicunha; Agrícola Famosa e Delmonte), empresas de Rebocadores (Sobrare; Seaport e Brasimar) e Operadores Portuários (Termaco; Tergran; Unilink; Brandão Filhos; Multlog; Galvani e, V. Castro), OGMO e Petrobras SA.



Os principais parceiros externos são: OGMO, ANTAQ, ANVISA, Capitania dos Portos, Marinha Mercante, Ministério da Agricultura, Polícia Federal, Praticagem, Receita Federal e Secretaria da Agricultura do Estado do Ceará.

3.6 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL DA CDC

TABELA 5 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Denominação Completa: COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC			
AÇÕES ORDINÁRIAS (%)		POSIÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional:	65,26601%	55,76313%
	Outras Entidades Governamentais:	0,03699%	0,04712%
	Governo do Estado do Ceará	0,03694%	0,04707%
	Prefeitura Municipal de Fortaleza	0,00001%	0,00001%
	Prefeitura Municipal de Maranguape	0,00001%	0,00001%
	Prefeitura Municipal de Caucaia	0,00001%	0,00001%
	Prefeitura Municipal de Camocim	0,00001%	0,00001%
	Prefeitura Municipal de Aracati	0,00001%	0,00001%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos:	-	-
	Ações em Tesouraria:	-	-
	% Governo	65,30301%	55,81025%
Free Float	Pessoas Físicas:	-	-
	Pessoas Jurídicas:	-	-
	Capital Estrangeiro:	-	-
	% Free Float	-	-
	Subtotal Ordinárias (%)	65,30301%	55,81025%
AÇÕES PREFERENCIAIS (%)		POSIÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional:	34,66770%	44,15244%
	Outras Entidades Governamentais:	0,02929%	0,03731%
	Governo do Estado do Ceará	0,02924%	0,03726%
	Prefeitura Municipal de Fortaleza	0,00001%	0,00001%
	Prefeitura Municipal de Maranguape	0,00001%	0,00001%
	Prefeitura Municipal de Caucaia	0,00001%	0,00001%
	Prefeitura Municipal de Camocim	0,00001%	0,00001%
	Prefeitura Municipal de Aracati	0,00001%	0,00001%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos:	-	-
	Ações em Tesouraria:	-	-
	% Governo	34,69699%	44,18975%

TABELA 5 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Free Float	Pessoas Físicas:	-	-
	Pessoas Jurídicas:	-	-
	Capital Estrangeiro:	-	-
	% Free Float	-	-
	Subtotal Preferenciais (%)	34,69699%	44,18975%
	Total	100,00000%	100,00000%



3.7 PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

No Exercício de 2015, houve um incremento de 5.904.301.652 (cinco bilhões, novecentos e quatro milhões, trezentos e um mil, seiscentos e cinqüenta e duas) Ações Ordinárias na composição acionária da Companhia Docas do Ceará, proveniente de Aumento de Capital pela união, acionista majoritária, aprovado na Ata da 112^a Assembléia Geral Extraordinária da CDC, realizada em 25 de Junho de 2015.



***CAPÍTULO 4: PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL***



4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

4.1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

A Companhia Docas do Ceará - CDC está alinhada estrategicamente ao proposto pela Secretaria de Portos - SEP no que concerne a modernização da gestão das Companhias Docas quanto à reorganização estratégica, de gestão e de processos. Aliado a isso, sua Diretoria Executiva tem como base motriz a busca pela continuidade do trabalho de elevar a manutenção das infraestruturas físicas como garantia de modernização das instalações e, consequentemente, como garantia também de atratividade de cargas para o Porto de Fortaleza.

4.1.2. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A CDC, através de sua Diretoria Executiva, reuniu-se em 21/07/2015, para apresentação do trabalho concluso do Planejamento Estratégico, do Mapa Estratégico e dos Indicadores Estratégicos de Desempenho, resultantes de contratação celebrada através do Processo nº 20140700, tendo como contratado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SC.

A Resolução nº 154/2015, datada de 28/07/2015 emitida na 2.065^a Reunião da DIREXE e a Deliberação nº 022/2015, datada de 31/07/2015 emitida na 481^a Reunião do Conselho de Administração (CONSAD), atestam a aprovação do Planejamento Estratégico da CDC para o período de 2015 - 2018, do Mapa Estratégico, bem como dos Indicadores Estratégicos de Desempenho construídos.

4.1.3. VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

A CDC promove o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará e do Brasil, através do exercício da função de Autoridade Portuária e promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e transporte marítimo de Cabotagem de mercadorias e turismo, visando assim ser um Porto de referência pela excelência dos seus serviços e comprometido com a satisfação dos clientes internos e externos.

Desta feita, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da Força de Trabalho da Empresa. As seguintes linhas de atuação estratégica foram contempladas:

- Infraestrutura e Gestão Portuária;
- Segurança e Meio Ambiente;
- Gestão Empresarial;
- Gestão de Pessoas;
- Ouvidoria; e



- Relacionamento com a Sociedade.

Objeto da execução do Plano de Metas e Ações proposto, destaquemos:

Infraestrutura e Gestão Portuária

Em continuidade a adequação da infraestrutura portuária no Porto de Fortaleza, foram realizadas, em destaque, as ações de conclusão do novo Terminal Marítimo de Passageiros - TMP compreendendo uma nova Estação de Passageiros no Porto de Fortaleza e um novo Cais de Atração em uma retroárea compreendendo 40.000 m² para o armazenamento de cargas, estando seu pátio ocupado atualmente por contêineres. E ainda, a substituição da pavimentação de pátios e arruamentos do Porto, com elementos pré-moldados, que otimizará a movimentação de equipamentos pela ausência de lombadas existentes na pavimentação anterior, que acarretavam grandes prejuízos com custos para a CDC referentes à recuperação. A obra assinala 71,44% (setenta e um vírgula quarenta e quatro por certo) concluída, com previsão para o seu fim em Setembro de 2016.

Segurança e Meio Ambiente

A divulgação do Índice de Desempenho Ambiental - IDA, indicador instrumentalizado pela ANTAQ, que abrange os aspectos econômico-operacional, sócio-cultural, físico-químico e biológico-econômico visando conhecer e avaliar o atendimento à legislação e a adoção de boas práticas ambientais por parte dos portos, foi conferido ao Porto de Fortaleza a segunda colocação entre os portos situados no Nordeste com a nota 82,15 (oitenta e dois vírgula quinze), refletindo assim, o propósito da CDC em continuamente agregar ao Porto valores ambientais e sociais, comprometendo-se com a sustentabilidade.

Gestão Empresarial

Com a conclusão do Planejamento Estratégico (2015 - 2018) e do Mapa Estratégico da CDC, foi implementado o acompanhamento dos Indicadores Estratégicos de Desempenho, com índices distribuídos em Financeiro e Social; Comercial; Clientes; Processos Internos; Pessoal, Tecnologia e Inovação. A apuração da série histórica de 2015 e a fixação da meta a ser atingida, em 2016, determinada pela Diretoria Executiva, visa o acompanhamento da evolução dos resultados e o gerenciamento da Gestão.

Gestão de Pessoas

Com vistas à difusão do conhecimento e a necessária atualização do seu Corpo Funcional, a CDC disponibiliza em seu planejamento de Programa de Treinamento Anual. Em 2015, foram registradas 581 (quinhentas e oitenta uma) horas/aula de capacitação, contemplando ainda a participação de 03 (três) Empregados que concluíram, com despesas totalmente custeadas pela CDC, MBA's Executivos na área de Gestão Portuária.



Buscando atender uma antiga reivindicação dos Empregados aposentados na ativa, a Companhia implantou o Programa de Demissão Assistida, tendo a adesão primeira, ao final do Exercício, de 08 (oito) Empregados, o que alcança uma redução de 7,72% (sete vírgula setenta e dois por cento) da despesa com pessoal e encargos. Em 2016 outras adesões serão concretizadas, conforme interesse já demandado por outros Empregados.

Ouvidoria

Objetivando estreitar a comunicação e, por consequência, ampliar o atendimento aos usuários externos e internos do Porto de Fortaleza, disponibilizando um canal eficaz para tal, a CDC dispõe do serviço de Ouvidoria. A Ouvidoria responde também pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC regulamentado pela Lei de Acesso à Informação - LAI que possibilita ao cidadão o acesso a informações do serviço público, significando importante avanço na consolidação democrática.

Relacionamento com a Sociedade

Considerado o braço social da CDC, o Centro Vocacional Tecnológico - CVT Portuário possibilita a Empregados, Colaboradores e a comunidade em geral, principalmente a do entorno portuário, capacitação tecnológica objetivando a difusão do conhecimento. As atividades do CVT Portuário, distribuídas em palestras, seminários, conferências, visitas institucionais e treinamentos envolveram, no Exercício, mais de 3.050 (três mil e cinqüenta) pessoas, possibilitando o estreitamento da relação Porto-Cidade.



4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

Todos os trabalhos desenvolvidos pela CDC correlatos à apuração e acompanhamento dos Indicadores Estratégicos de Desempenho, constantes do Planejamento Estratégico, são de responsabilidade da Comissão instituída através da Portaria (E) nº 058, datada de 23/09/2015, composta pelos membros a seguir: Cíntia Maria Mota de Melo – Presidente da Comissão, Assessora Técnica da Presidência; Maria Anadísia de Sousa Marinho Ramos – Membro da Comissão, Coordenadora de Planejamento Estratégico; Claudio Alexandre Carvalho Holanda – Membro da Comissão, Analista Portuário e Oswaldo George Fontenele – Membro da Comissão, Analista Portuário.

A Comissão é responsável por analisar trimestralmente os Indicadores, emitindo ao final de cada Exercício, relatório constando de análise crítica do resultado obtido a ser remetido à Diretoria, bem como apresentação de Cenários para, a critério da Diretoria ainda, ser estabelecida a meta a ser perseguida no ano vindouro.

Para o Exercício de 2015, a Comissão apurou os Indicadores objetivando a construção de série histórica para comparativo ao final do Exercício de 2016. A Comissão ainda elaborou a manualização dos Indicadores de modo que nessa primeira fase de apuração, possa ficar evidenciado para os Colegiados que compõem a CDC, o objetivo da cada um e suas peculiaridades dentro do Planejamento Estratégico da Empresa.



4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

4.3.1. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO

A responsabilidade pela definição e pelo acompanhamento dos objetivos do Programa Temático 2074 – Transporte Marítimo são de chancela e coordenação da Secretaria de Portos da Presidência da República, ficando a Companhia Docas do Ceará - CDC tão somente como executora.

Com a elaboração do PPA 2012 – 2015, a CDC foi inserida no Programa Temático Transporte Marítimo. O Programa Temático Transporte Marítimo abrange o sistema multimodal de transporte dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O Programa inclui ações para a redução dos custos do transporte de carga, possibilitando a melhoria ao acesso de insumos e a competitividade na distribuição dos produtos da região, tanto no mercado interno quanto no externo, além de apoiar a infraestrutura turística.

A CDC teve seu Orçamento de Investimento - OI para 2015, em aprovação final, no montante de R\$ 52.208.430,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos e oito mil, quatrocentos e trinta reais), após inserção dos Créditos Suplementares.

Ressalte-se que encontram-se inclusas no OI as Ações correlatas às Manutenções (Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis; Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos e Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento), que perfizeram o total de R\$ 479.297,00 (quatrocentos e setenta e nove mil, duzentos e noventa e sete reais) de execução no Exercício, despesadas com Recursos Próprios.

Tendo como parâmetro o demonstrativo dos investimentos consolidados pelas Companhias Docas, mediante dotação autorizada, organizados por bimestre com o coeficiente de desempenho observado em cada período pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Companhia Docas do Ceará configura no Exercício como a 2ª colocada em execução do Orçamento de Investimento, tendo assim o registro total da execução no valor de R\$ 31.245.523 (trinta e um milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e três reais), o que equivale a 59,8% do financeiramente executado. O que colabora com o firme propósito da Diretoria em tratar as ações de manutenção da infraestrutura portuária como prioritárias vslumbrando a competitividade do Porto de Fortaleza.

TABELA 6 – AÇÃO 26.784.2074.20HL.0001

Identificação da Ação												
Código	26.784.2074.20HL.0001						Tipo: Atividade					
Título	Estudos e Projetos para a Infraestrutura Portuária no Porto de Fortaleza											
Iniciativa	Estudos para a infraestrutura portuária.											
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos Portos Organizados Marítimos. Código: 0183.											
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código: 2074		Tipo: Temático							
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		Caso Positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria		(<input type="checkbox"/>) Outros							
Execução Financeira e Física												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta									
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado					
2.000.000,00	2.000.000,00	20.562,00	Estudo Realizado	Unidade	68	-	2					

TABELA 7 – AÇÃO 26.784.2074.20HM.0001

Identificação da Ação												
Código	26.784.2074.20HM.0001						Tipo: Atividade					
Título	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário no Porto de Fortaleza											
Iniciativa	Estudos para o planejamento e gestão do Setor Portuário.											
Objetivo	Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o Setor Portuário Marítimo de forma a contribuir com o planejamento logístico integrado do país. Código: 0233.											
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código: 2074		Tipo: Temático							
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		Caso Positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria		(<input type="checkbox"/>) Outros							
Execução Financeira e Física												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta									
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado					
2.000.000,00	2.000.000,00	13.193,00	Estudo Realizado	Unidade	13	-	1					

TABELA 8 – AÇÃO 26.784.2074.142Z.0023

Identificação da Ação							
Código	26.784.2074.142Z.0023						Tipo: Projeto
Título	Adequação de Instalações de Acostagem e de Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto de Fortaleza						
Iniciativa	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em Portos Organizados Marítimos.						
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos Portos Organizados Marítimos brasileiros. Código: 0183.						
Programa	Programa Transporte Marítimo			Código: 2074	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso Positivo:	() PAC	() Brasil sem Miséria	() Outros	
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
500.000,00	500.000,00	-	Obra Executada	%	13,00	-	-

TABELA 9 – AÇÃO 26.784.2074.147D.0023

Identificação da Ação							
Código	26.784.2074.147D.0023						Tipo: Projeto
Título	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Fortaleza						
Iniciativa	Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos.						
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos Organizados Marítimos. Código: 0183.						
Programa	Programa Transporte Marítimo			Código: 2074	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso Positivo:	() PAC	() Brasil sem Miséria	() Outros	
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
200.000,00	200.000,00	-	Obra Executada	%	26,00	-	-

TABELA 10 – AÇÃO 26.784.2074.147E.0023

Identificação da Ação							
Código	26.784.2074.147E.0023						Tipo: Projeto
Título	Adequação de Instalações de Proteção à Atração e Operação de Navios no Porto de Fortaleza						
Iniciativa	Adequação de estruturas de segurança à operação de navios em Portos Organizados Marítimos.						
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos Portos Organizados Marítimos. Código: 0183.						
Programa	Programa Transporte Marítimo			Código: 2074	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso Positivo:	() PAC	() Brasil sem Miséria	() Outros	
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.000.000,00	1.768.430,00	377.601,00	Obra Executada	%	32,00	29,00	6,00

TABELA 11 – AÇÃO 26.784.2074.143A.0023

Identificação da Ação							
Código	26.784.2074.143A.0023						Tipo: Projeto
Título	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Fortaleza						
Iniciativa	Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos.						
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos Organizados Marítimos. Código: 0183.						
Programa	Programa Transporte Marítimo			Código: 2074	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso Positivo:	() PAC	() Brasil sem Miséria	() Outros	
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.600.000,00	2.600.000,00	288.814,00	Obra Executada	%	33,00	-	4,00

TABELA 12 – AÇÃO 26.784.2074.12LM.0023

Identificação da Ação											
Código	26.784.2074.12LM.0023						Tipo: Projeto				
Título	Construção do Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza										
Iniciativa	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em Portos Organizados Marítimos.										
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos Portos Organizados Marítimos. Código: 0183.										
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código: 2074		Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará										
Ação Prioritária	(X) Sim		() Não		Caso Positivo: (X) PAC		() Brasil sem Miséria () Outros				
Execução Financeira e Física											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta								
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
6.100.000,00	13.100.000,00	11.466.056,00	Obra Executada	%	20,00	42,00	37,00				

TABELA 13 – AÇÃO 26.784.2074.12LO.0023

Identificação da Ação											
Código	26.784.2074.12LO.0023						Tipo: Projeto				
Título	Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza										
Iniciativa	Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos.										
Objetivo	Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração Porto – Cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.										
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código: 2074		Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará										
Ação Prioritária	(X) Sim		() Não		Caso Positivo: (X) PAC		() Brasil sem Miséria () Outros				
Execução Financeira e Física											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta								
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
6.100.000,00	18.600.000,00	18.600.000,00	Obra Executada	%	16,00	48,00	48,00				

TABELA 14 – AÇÃO 26.784.2074.14KJ.0023

Identificação da Ação									
Código	26.784.2074.14KJ.0023						Tipo: Projeto		
Título	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios no Estado do Ceará								
Iniciativa	Gestão de apoio à gestão de tráfego de navios.								
Objetivo	Aprimorar a gestão e a operação por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária e implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de Portos Marítimos. Código: 0198.								
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código: 2074		Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará								
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso Positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outros								
Execução Financeira e Física									
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta						
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado		
2.160.000,00	2.160.000,00	-	Sistema Implementado	%	22,00	-	-		

TABELA 15 – AÇÃO 26.784.2074.14KL.0023

Identificação da Ação									
Código	26.784.2074.14KL.0023						Tipo: Projeto		
Título	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária no Estado do Ceará								
Iniciativa	Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos.								
Objetivo	Aprimorar a gestão e a operação por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária e implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de Portos Marítimos. Código: 0198.								
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código: 2074		Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	68205 - Companhia Docas do Ceará								
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso Positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outros								
Execução Financeira e Física									
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta						
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado		
500.000,00	500.000,00	-	Sistema Implementado	%	25,00	-	-		

TABELA 16 – AÇÃO 26.784.2074.14KM.0023

Identificação da Ação												
Código	26.784.2074.14KM.0023						Tipo: Projeto					
Título	Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística no Estado do Ceará											
Iniciativa	Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos.											
Objetivo	Aprimorar a gestão e a operação por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária e implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de Portos Marítimos. Código: 0198.											
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código: 2074		Tipo: Temático							
Unidade Orçamentária	68205 – Companhia Docas do Ceará											
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso Positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		() Outros							
Execução Financeira e Física												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta									
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado					
1.660.000,00	3.460.000,00	-	Sistema Implantado	%	24,00	50,00	-					

TABELA 17 – AÇÃO 26.784.2074.14RC.0023

Identificação da Ação												
Código	26.784.2074.14RC.0023						Tipo: Projeto					
Título	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos											
Iniciativa	Dispositivos de Controle de saúde em Portos Organizados Marítimos.											
Objetivo	Promover a regularização ambiental dos Portos Organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes de modo a assegurar a operação legal e sustentável no Setor Portuário. Código: 0232.											
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código: 2074		Tipo: Temático							
Unidade Orçamentária	68205 – Companhia Docas do Ceará											
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso Positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		() Outros							
Execução Financeira e Física												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta									
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado					
2.160.000,00	1.160.000,00	-	Sistema Implantado	%	43,00	23,00	-					



TABELA 18 – AÇÃO 26.784.2074.7U33.0023

Identificação da Ação									
Código	26.784.2074.7U33.0023						Tipo: Projeto		
Título	Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Fortaleza								
Iniciativa	Implantação de áreas de apoio logístico nos Portos Organizados Marítimos.								
Objetivo	Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desfogar a zona portuária utilizada para armazenagem. Código: 0218.								
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código:2074		Tipo:				
Unidade Orçamentária	68205 – Companhia Docas do Ceará								
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso Positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outros								
Execução Financeira e Física									
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta						
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado		
160.000,00	160.000,00	-	Projeto Implantado	%	3,00	-	-		

TABELA 19 – AÇÃO 26.784.2074.15CN.0023

Identificação da Ação									
Código	26.784.2074.15CN.0023						Tipo: Projeto		
Título	Expansão do Molhe de Proteção do Porto de Fortaleza								
Iniciativa	Adequação de estruturas de segurança à operação de navios em Portos Organizados Marítimos.								
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos Portos Organizados Marítimos. Código: 0183.								
Programa	Programa Transporte Marítimo		Código:2074		Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	68205 – Companhia Docas do Ceará								
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso Positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outros								
Execução Financeira e Física									
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta						
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado		
9.000.000,00	-	-	Projeto Implantado	%	15,00	-	-		



4.3.1.1. ANÁLISE SITUACIONAL

AÇÃO 20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA A INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA NO PORTO DE FORTALEZA

A CDC executou na Ação Estudos e Projetos para a Infraestrutura Portuária o valor de R\$ 20.562,00 (vinte mil, quinhentos e sessenta e dois reais), equivalente a 1,03% do orçamentariamente aprovado para a Ação no Exercício, com Recursos Próprios. A Companhia não recebeu no Exercício nenhum recurso da União destinado a Rubrica em questão.

A Rubrica objetiva a realização de estudos e projetos para a infraestrutura portuária, projetos básicos ou executivos de obras portuárias, bem como estudos de viabilidade econômica e para exigências legais.

Por uma questão de contenção de despesas, o Corpo Diretivo optou no Exercício por diminuir gastos, mesmo os correlatos às Rubricas de Investimento, especificamente as que exigem desembolso financeiro próprio da CDC, fazendo-os tão somente dentro das necessidades imediatas e para a continuidade dos serviços já prestados, essenciais ao desempenho das atividades e manutenção da infraestrutura do Porto de Fortaleza.

AÇÃO 20HM – ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO NO PORTO DE FORTALEZA

A Companhia executou na Ação Estudos e Projetos para o Planejamento do Setor Portuário o valor de R\$ 13.193,00 (treze mil, cento e noventa e três reais), equivalente a 0,66% do orçamentariamente aprovado para a Ação no Exercício, com Recursos Próprios. A Companhia não recebeu no Exercício nenhum recurso da União destinado a Rubrica em questão.

A Rubrica destina-se a realização de estudos para o planejamento portuário, com vistas a orientar seu desenvolvimento no âmbito ambiental e, ainda, abrange estudos sobre os serviços portuários em logística, segurança, gestão e operação portuária.

Destaquemos que o despesado na Rubrica refere-se a conclusão dos trabalhos de elaboração do Planejamento Estratégico, Mapa Estratégico e Indicadores Estratégicos de Desempenho da CDC.

AÇÃO 142Z – ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM E DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS NO PORTO DE FORTALEZA

A Rubrica permite contemplar os serviços de adequação das instalações de Acostagem (Cais, Píeres, Dolfins, dentre outros) e as instalações de Movimentação de Cargas (guindastes, esteiras, dutos, silos, armazéns, retroáreas, etc.) de modo a tornar a infraestrutura portuária mais eficiente.



O total orçamentário aprovado para 2015 é referente ao Saldo de Exercício Anterior já disponível na CDC. Os serviços de Recuperação dos Dormentes, Regularização dos Pisos e Muretas de Contenção da Plataforma do Píer Petroleiro ficaram paralizados no aguardo da liberação dos acessos ao Píer. Portanto, a área responsável pela Infraestrutura e Gestão Portuária não efetivou reserva orçamentária no Exercício com demanda correlata ao que assiste a Rubrica, o que deverá ocorrer em 2016.

AÇÃO 147D – ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA

A Rubrica possibilita a adequação da capacidade portuária à demanda de cargas e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.

A Companhia não recebeu o aporte atribuído a União, da ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que será utilizado na modernização das Balanças Rodoviárias e Ferroviárias do Porto de Fortaleza e não pode também disponibilizar de sua contrapartida face a contenção de despesas já relatada.

AÇÃO 147E – ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E DE OPERAÇÃO DE NAVIOS NO PORTO DE FORTALEZA

A CDC executou na Ação Adequação de Instalações de Proteção à Atração e de Operação de Navios no Porto de Fortaleza o valor de R\$ 377.601,00 (trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e um reais), equivalente a 21,35% do orçamentariamente aprovado para a Ação no Exercício, com Recursos da União.

A Rubrica contempla a adequação das instalações de proteção à atração e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, instalação de defensas e Sinalização Náutica.

Foi concluído o fornecimento e a instalação de bóias da Sinalização Náutica do Canal e da Bacia de Evolução.

AÇÃO 143A – ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS NO PORTO DE FORTALEZA

A CDC executou na Ação Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Fortaleza o valor de R\$ 288.814,00 (duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quatorze reais), equivalente a 11,11% do orçamentariamente aprovado para a Ação no Exercício, com Recursos de SEA disponível em caixa.

A Rubrica possibilita a adequação da capacidade portuária à demanda de cargas e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.



O despesado foi aplicado na aquisição de equipamentos de iluminação e na implantação de ativos de informática para o monitoramento e gravação de imagens do Sistema CFTV.

AÇÃO 12LM – CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CONTÊINERES NO PORTO DE FORTALEZA

A CDC executou na Ação Construção do Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza a monta de R\$ 11.466.056,00 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e cinqüenta e seis reais), equivalente a 87,53% do orçamentariamente aprovado para a Ação no Exercício, prioritariamente com Recursos da União.

A Rubrica contempla a adequação da pavimentação e drenagem do pátio (150.000 m²), assim como o arruamento do Porto de Fortaleza, com previsão de conclusão total da obra em Setembro de 2016.

AÇÃO 12LO – IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE FORTALEZA

A CDC executou na Ação Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza a monta de R\$ 18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil reais), equivalente a 100,00% do orçamentariamente aprovado para a Ação no Exercício, prioritariamente com Recursos da União.

A obra foi concluída, estando o novo Terminal Marítimo de Passageiros - TMP em pleno funcionamento, inclusive com a otimização também dos espaços físicos para o aluguel objetivando a realização de eventos sociais, o que vem gerando uma arrecadação extra para a Companhia.

AÇÃO 14KJ – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO À GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS NO ESTADO DO CEARÁ

A Rubrica contempla a aquisição e a instalação de sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações nos portos brasileiros, em particular do Sistema de Monitoramento de Navios (*Vessel Traffic Management Information System – VTMIS*), a fim de monitorar o tráfego das embarcações nos portos, aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos portuários. O projeto estrutural da Rubrica, financeiramente custeada com recursos do PAC, é de gerência e responsabilidade da Secretaria de Portos, tendo a implantação e fiscalização pela CDC.

A Companhia não dispõe do recebimento de nenhum dos recursos orçamentários previstos.



AÇÃO 14KL – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ

A Rubrica prevê a possibilidade, nas Autoridades Portuárias, do desenvolvimento, aquisição e implantação de sistemas padronizados de apoio à execução, ao controle, à supervisão, ao acompanhamento e às tomadas de decisões dos Dirigentes. A finalidade é otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias. O projeto piloto é de responsabilidade da Secretaria de Portos, tendo a implantação e fiscalização pela CDC.

O total orçamentário aprovado para 2015 é referente ao Saldo de Exercício Anterior em caixa. Não foi efetivada reserva orçamentária no Exercício com demanda correlata ao que assiste a Rubrica uma vez que a CDC aguarda o projeto da SEP, com os Termos de Referência para lançamento dos processos licitatórios, para dar início as contratações referentes à Ação.

AÇÃO 14KM – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA NO ESTADO DO CEARÁ

A Rubrica destina-se a implementação da Cadeia Logística Portuária Inteligente. O projeto estrutural da Ação, financeiramente custeada com recursos do PAC, é de gerência e responsabilidade da Secretaria de Portos, tendo a implantação e fiscalização pela CDC.

A Companhia não dispõe do recebimento de nenhum dos recursos novos previstos como RT e RAP no Exercício, aprovados na LOA 2015. O saldo que encontra-se disponível em caixa é de SEA. Contanto, não foi possível efetivar reserva orçamentária com demanda correlata ao que assiste a Rubrica uma vez que a CDC aguarda o projeto da SEP, com os Termos de Referência para lançamento dos processos licitatórios, para dar início as contratações referentes à Ação.

AÇÃO 14RC – IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLuentes LÍQUIDOS nos PORTOS MARÍTIMOS

A Rubrica prevê a elaboração de projetos executivos e execução de obras para implantação de dispositivos necessários ao gerenciamento de resíduos e efluentes líquidos, objetivando a conformidade legal do Porto frente às exigências ambientais dos órgãos de controle ambiental e sanitário.

Financeiramente, a Ação é custeada com recursos do PAC. A Companhia não dispõe do recebimento do recurso previsto na LOA 2015, não tendo, portanto, iniciado os serviços correspondentes.



AÇÃO 7U33 – IMPLANTAÇÃO DE ÁREA DE APOIO LOGÍSTICO PORTUÁRIO NO PORTO DE FORTALEZA

A Rubrica destina-se a implantação de áreas de Apoio Logístico Portuário em locais estratégicos de acesso ao Porto de Fortaleza, de modo a ordenar a chegada de cargas à área portuária. O projeto estrutural da Rubrica, financeiramente custeada com recursos do PAC, é de gerência e responsabilidade da Secretaria de Portos, tendo a implantação e fiscalização pela CDC.

A Companhia não dispõe do recebimento do recurso previsto orçamentariamente para a Ação, não tendo, portanto, iniciado os serviços correspondentes.

AÇÃO 15CN – EXPANSÃO DO MOLHE DE PROTEÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA

A Rubrica objetiva a expansão de 400m do molhe de proteção do Porto de Fortaleza, visando eliminar influências das ondas de *swell* e o assoreamento na bacia, melhorando as condições de segurança e operação das atracações nas instalações do Porto e as condições de proteção do acesso ao Terminal Marítimo de Passageiros.

Os serviços da Ação não foram iniciados, tendo em vista que os recursos orçamentariamente aprovados foram cancelados pelo seguintes instrumentos legais: Portaria MP nº 493, de 10/11/2015 e Portaria SEP nº 9.585, de 14/12/2015.

4.3.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

TABELA 20 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Unidade Orçamentária: Companhia Docas do Ceará Modalidade de Contratação	Código UO: 68205		UGO: Não Possui	
	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
1 Modalidade de Llicitação (a+b+c+d+e+f+g)	-	-	10.957.600,49	9.071.592,47
a) Convite	-	-	14.762,50	51.175,00
b) Tomada de Preços	-	-	1.311.856,97	699.499,03
c) Concorrência	-	-	3.767.742,65	3.130.564,73
d) Pregão (Presencial + Eletrônico)	-	-	5.863.238,37	4.035.224,76
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	1.155.128,95
2 Contratações Diretas (h+i)	-	-	4.358.502,89	8.928.619,11
h) Dispensa	-	-	3.557.661,99	4.816.630,48
i) Inexigibilidade	-	-	800.840,90	4.111.988,63
3 Regime de Execução Especial	-	-	34.078,78	32.012,06
j) Suprimento de Fundos	-	-	34.078,78	32.012,06
4 Pagamentos de Pessoal (k+l)	-	-	27.007.147,61	26.203.972,00
k) Pagamento em Folha *	-	-	26.810.847,00	25.858.496,00
l) Diárias	-	-	196.300,61	345.476,00
5 Outros	-	-	-	-
4 Total (1+2+3+4+5)	-	-	42.357.329,77	44.236.195,64

* Incluídos Salários, Horas Extras, Encargos, Benefícios e Outros Adicionais.

4.3.2.1. ANÁLISE CRÍTICA

No total a CDC obteve uma redução nas despesas de -4,26%, com destaque ao decréscimo de -51,19% nas Contratações Diretas, face a redução de -26,14% nas Contratações por Dispensa e -80,52% no item Inexigibilidade, com um acréscimo de 20,79% nas licitações em seu total. Com relação ao grupo Pessoal há de se louvar a redução nas Diárias no índice de -43,18% e ainda mesmo com reajuste salarial de 8,47% retroativo a Junho (correspondendo a 07 (sete) meses) o que deveria refletir 4,94% no ano, que em face a implementação do Programa de Demissão Assistida resultou em acréscimo de apenas 3,68% no ano, resultando no grupo Pessoal em um acréscimo de 3,07% frente aos previstos 4,94%.

➤ NOTA 01 DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA CDC:

A Coordenadoria de Finanças, Setor designado para prestar as informações para o preenchimento do Quadro denominado “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa”, esclarece que o referido Quadro não se aplica a Companhia Docas do Ceará em virtude desta ser uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade mista federal, nos moldes do Decreto-Lei nº 200/1967. Nessa condição, os seus registros contábeis são elaborados sob o amparo da Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre a sociedade por ações. Embora seja uma empresa estatal, a CDC não se encaixa no conceito de estatal dependente, previsto na Lei Complementar nº 101/2000, por não receber do ente controlador, recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou custeio em geral, conforme a citada Lei.



4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Conforme dados do Sistema de Desempenho Portuário da ANTAQ, a CDC alcançou em 2015, uma movimentação de cargas no montante de 4.675.410 (quatro milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e dez) toneladas.

Muito embora registremos a queda do Produto Interno Bruto - PIB, bem como a quebra da safra de produtos agrícolas, a diminuição do consumo de derivados de petróleo e também o aumento do dólar refletindo diretamente nas importações, observando a característica eminentemente importadora do Porto de Fortaleza, ainda assim validamos como mérito a movimentação pontuada no Exercício. O que reflete o empenho do Corpo Diretivo, voltado a resultados eficazes, elevando permanentemente o padrão de manutenção das estruturas físicas como forma de garantir a modernização e, consequentemente, o alcance de maior atratividade de cargas, confirmando a eficiência do Porto de Fortaleza, mesmo em meio à crise estabelecida mundialmente.

4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

TABELA 21 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DE DESEMPENHO

Nº	INDICADOR	Unidade de Medida	Polaridade	Cálculo do Acumulado	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
FINANCEIRO E SOCIAL																	
1	Receita por Empregado	R\$ mil/Empreg	Maior Melhor	Soma	12,60	17,12	14,41	14,01	15,47	17,12	15,57	13,91	17,79	15,98	14,89	18,82	187,69
2	Receita por Metro ²	R\$ mil/m ²	Maior Melhor	Soma	0,013	0,018	0,015	0,015	0,016	0,018	0,017	0,015	0,019	0,017	0,015	0,019	0,196
3	Despesa por Metro ²	R\$ mil/m ²	Menor Melhor	Soma	0,024	0,023	0,026	0,026	0,026	0,024	0,022	0,023	0,021	0,023	0,023	0,029	0,285
4	Comprometimento das Despesas Operacionais	% ROI.	Menor Melhor	% dos Acum	181,75	126,26	153,77	178,16	156,58	132,90	128,40	155,94	111,84	135,63	148,39	153,33	145,25
5	Comprometimento das Despesas com Pessoal	% ROI.	Menor Melhor	% dos Acum	87,07	54,60	78,69	81,02	69,43	65,10	64,45	80,49	59,41	65,55	82,63	91,41	72,69
6	Evolução da Rentabilidade	%	Maior Melhor	AcGeometric	-0,85	-0,37	-0,66	-0,94	-0,77	-0,49	28,14	-0,52	-0,14	-0,38	-0,48	-0,74	20,23
7	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	%	Maior Melhor	% dos Acum	-0,86	-0,37	-0,66	-0,95	-0,95	-0,77	-0,49	-0,32	-0,53	-0,15	-0,39	-0,49	-0,75
8	Execução do Orçamento de Investimento	%	Maior Melhor	Último (Acum)	44	54,57	38,62	37,94	32,54	34,31	31,86	30,39	28,60	27,39	26,36	59,85	59,85
9	Inadimplência das Contas a Pagar	% ROI.	Menor Melhor	Média Geometr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inadimplência das Contas a Receber	% ROI.	Menor Melhor	Média Geometr	31,19	21,98	31,05	39,22	35,12	35,87	37,66	42,17	35,97	42,91	54,69	60,00	38,65
11	Subsídios Cruzados na Tabela I	% Tabela I	Menor Melhor	Média Geometr	-29,55	-23,14	-39,54	-12,14	-22,71	-42,72	-53,70	-42,77	-49,80	-44,53	-41,22	-24,26	-36,64
12	Subsídios Cruzados na Tabela II	% Tabela II	Menor Melhor	Média Geometr	153,10	137,05	135,42	189,27	172,33	111,80	109,00	147,75	104,78	134,97	149,93	267,16	147,91
13	Subsídios Cruzados na Tabela III	% Tabela III	Menor Melhor	Média Geometr	51,66	52,38	39,47	68,21	54,13	9,37	3,81	27,64	-2,43	24,09	21,32	71,19	32,93
14	Subsídios Cruzados na Tarifa da Tabela V	% Tabela V	Menor Melhor	Média Geometr	576,28	180,52	756,20	494,84	189,77	189,82	779,67	1902,62	124,36	662,49	513,84	38,35	393,31
15	Subsídios Cruzados na Tarifa da Tabela VII	% Tabela VII	Menor Melhor	Média Geometr	166,55	147,74	18,90	180,37	27,07	138,17	102,33	75,27	35,66	90,42	89,18	20,02	82,73
16	Margem EBITDA	%	Maior Melhor	Média Geometr	-46,88	-0,50	-18,24	-34,62	24,05	0,26	9,96	-39,41	0,69	-20,49	-31,41	-43,89	-19,68
17	Qualidade do Faturamento	%	Menor Melhor	Média Geometr	0,80	1,06	0,70	0,42	0,67	0,53	0,25	0,09	0,28	0,09	0,25	1,91	0,59
COMERCIAL																	
18	Valor do Comércio Internacional	US\$ mil	Maior Melhor	Soma	48731,5	41243	63627,1	59739,7	67206,82	60205,96	83091,9	41756,3	64807,6	93309	84605	48944,12	757268
19	Valor Agregado das Mercadorias	US\$/ton	Maior Melhor	Soma	135,09	114,61	168,83	135,34	197,77	149,69	184,53	120,83	146,85	280,26	243,19	140,57	2018

TABELA 21 - INDICADORES ESTRATÉGICOS DE DESEMPENHO

Nº	INDICADOR	Unidade de Medida	Polaridade	Cálculo do Acumulado	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CLIENTES																	
20	Pesquisa de Satisfação - Clientes Internos (Obs. 1)	Nº (Média Geral)	Maior Melhor	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
21	Pesquisa de Satisfiação - Operadores de Carga (Obs. 1)	Nº (Média Geral)	Maior Melhor	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
22	Pesquisa de Satisfiação - Passageiros (Obs. 1)	Nº (Média Geral)	Maior Melhor	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
23	Índice de Comunicação Interna	%	Maior Melhor	Média Geometr	91,78	84,34	88,56	90,77	83,17	93,51	89,47	92,17	81,95	68,39	89,66	92,17	87,02
24	Índice de Comunicação Externa	%	Maior Melhor	Média Geometr	86,67	67,86	77,78	80,00	91,67	85,71	80,00	85,71	75,00	75,00	78,57	80,00	80,23
PROSSESSOS INTERNOS																	
25	Taxa Média Total de Ocupação Berços - Cais de Apoio	%	Maior Melhor	Média Geometr	18,50	13,50	33,50	40,50	27,50	12,00	27,50	30,00	27,00	37,00	44,50	11,00	26,42
26	Taxa Média de Ocupação do Berço 101 (Observação 2)	%	Maior Melhor	Média Geometr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00	1,42
27	Taxa Média de Ocupação do Berço 102	%	Maior Melhor	Média Geometr	37,00	27,00	67,00	78,00	55,00	24,00	55,00	60,00	54,00	74,00	74,00	22,00	50,97
28	Taxa Média Total de Ocupação dos Berços - Cais Operacional	%	Maior Melhor	Média Geometr	64,40	56,80	66,20	71,80	62,40	60,20	60,80	59,20	62,60	55,40	51,80	52,00	60,20
29	Taxa Média de Ocupação do Berço 103	%	Maior Melhor	Média Geometr	79,00	35,00	75,00	77,00	66,00	37,00	40,00	57,00	100,00	50,00	51,00	34,00	57,16
30	Taxa Média de Ocupação do Berço 104	%	Maior Melhor	Média Geometr	49,00	47,00	57,00	56,00	57,00	72,00	91,00	54,00	18,00	53,00	32,00	46,00	51,68
31	Taxa Média de Ocupação do Berço 105	%	Maior Melhor	Média Geometr	51,00	33,00	34,00	40,00	30,00	38,00	25,00	22,00	47,00	43,00	41,00	32,00	36,08
32	Taxa Média de Ocupação do Berço 201	%	Maior Melhor	Média Geometr	63,00	97,00	91,00	94,00	83,00	82,00	74,00	87,00	76,00	72,00	81,00	83,00	81,68
33	Taxa Média de Ocupação do Berço 202	%	Maior Melhor	Média Geometr	80,00	72,00	74,00	92,00	76,00	72,00	74,00	76,00	72,00	59,00	54,00	65,00	71,91
34	Tempo Médio de Espera de Navios Horas		Menor Melhor	Média	34,15	50,52	51,43	47,00	36,02	21,38	40,65	23,18	28,12	17,47	26,57	15,18	32,64
35	Tempo Médio de Permanência de Navios Horas		Menor Melhor	Média	49,04	44,18	51,63	45,00	40,66	45,67	47,72	43,76	43,28	42,64	43,03	42,10	44,89
36	Prancha de Atendimento - Carga Geral Ton/Hora Atac		Maior Melhor	Média	23,61	8,24	0,00	37,84	37,37	52,11	10,91	43,54	24,00	29,22	33,23	3,57	25,30
37	Prancha de Atendimento - Contêineres Ton/Hora Atac		Maior Melhor	Média	215,05	211,85	227,04	231,61	247,17	254,22	209,92	255,81	231,39	263,66	209,09	214,08	230,91
38	Prancha de Atendimento - Graneis Líquidos Ton/Hora Atac		Maior Melhor	Média	174,19	190,69	130,96	191,12	165,11	225,11	197,53	176,93	173,71	196,01	178,79	181,41	
39	Prancha de Atendimento - Graneis Sólidos Ton/Hora Atac		Maior Melhor	Média	141,08	0,91	182,11	249,87	250,48	207,67	216,62	267,91	348,46	291,46	360,34	298,95	234,65
40	Evolução da Carga Movimentada	%	Maior Melhor	AcGeometric	-18,88	-0,25	4,73	17,12	-23,01	18,36	11,96	-23,25	27,70	-24,56	4,49	0,08	-21,70

TABELA 21 - INDICADORES ESTRATÉGICOS DE DESEMPENHO

Nº	INDICADOR	Unidade de Medida	Polaridade	Cálculo do Acumulado	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO	
41	Evolução da Carga Movimentada - Carga Geral	%	Maior Melhor	AcGeometric	-22,76	-15,73	22,79	1,15	-3,66	25,40	-31,15	19,04	22,57	-18,65	-0,69	17,65	-6,75	
42	Evolução da Carga Movimentada - Carga Sólida	%	Maior Melhor	AcGeometric	0,00	-90,70	-100,00	0,00	591,82	109,29	-99,31	5755,42	-100,00	0,00	0,00	-94,28	-100,00	
43	Evolução da Carga Movimentada - Contêineres	%	Maior Melhor	AcGeometric	-37,92	2,54	25,57	7,60	-20,75	19,20	-17,38	8,15	35,14	-25,16	3,92	21,99	-6,92	
44	Evolução da Carga Mov. - Graneis Líquidos	%	Maior Melhor	AcGeometric	-9,24	-14,58	-10,87	39,85	-21,23	31,93	-10,03	-10,59	7,14	-14,35	6,15	-3,51	-24,05	
45	Evolução da Carga Mov. - Graneis Sólidos	%	Maior Melhor	AcGeometric	-52,49	52,13	22,71	-3,15	-34,12	-13,44	117,98	-51,21	79,23	-41,57	4,47	-3,29	-44,89	
46	Evolução do Número Atrações	%	Maior Melhor	AcGeometric	-10,00	-17,78	21,62	2,22	-4,35	-2,27	6,98	-15,22	17,95	-21,74	2,78	2,70	-24,00	
47	Consignação Média Total	Ton/Navio	Maior Melhor	Média	8016,49	9725,49	8374,69	9595,50	7723,07	9353,28	9788,74	8861,26	9593,98	9248,22	9402,65	9162,89	9070,52	
48	Consignação Média - Carga Geral	Ton/Navio	Maior Melhor	Média	1395,00	0,00	1823,00	2370,00	4022,00	4022,00	98,00	2729,00	511,00	812,00	725,00	156,00	1683,67	
49	Consignação Média - Graneis Líquidos	Ton/Navio	Maior Melhor	Média	8359,00	8763,00	6873,00	9243,00	8604,00	10857,00	8988,00	9132,00	8279,00	9703,00	9785,00	9442,00	9002,33	
50	Consignação Média - Graneis Sólidos	Ton/Navio	Maior Melhor	Média	15690,00	29838,00	16399,00	27446,00	13354,00	16177,00	19591,00	21506,00	22025,00	22520,00	18821,00	18202,00	20130,75	
51	Consignação Média - Contêineres	TEUS/Navio	Maior Melhor	Média	385,00	398,00	544,00	434,00	409,00	435,00	476,00	398,00	548,00	440,00	606,00	540,00	467,75	
PESSOAL, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO																		
52	Assiduidade	% Hr/Fab/Previst	Maior Melhor	Média	99,47	100,00	96,45	99,65	99,29	98,66	99,46	98,70	98,99	99,09	99,04	99,84	99,05	
53	Otimização de Horas Extras	% Folha Pagan	Menor Melhor	% Acum	1,50	1,52	1,02	2,15	1,84	1,41	1,49	1,14	1,48	1,14	1,60	1,53	1,13	1,47
54	Acidentes de Trabalho	% Acident/ Total	Menor Melhor	% Acum	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
55	Acidentes de Trabalho Fatais	% Obitos/ Accident	Menor Melhor	% Acum	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

OBSERVAÇÕES:

1. Grupo de Indicadores (20 a 22) está temporariamente suspenso, face necessária realização de pesquisas;
2. O Perco 101 tem profundidade rasa, destinados tão somente a navios de pequeno porte (Marinha e Polícia Federal).
3. Acumulado referente ao ano de 2015.



4.5.1. APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS DE DESEMPENHO

Em face da elaboração do Planejamento Estratégico (2015 - 2018) da CDC, ato contínuo, se deu a implantação do acompanhamento dos Indicadores Estratégicos de Desempenho, para composição de série histórica, com índices distribuídos em Financeiro e Social; Clientes; Processos Internos; Pessoal, Tecnologia e Inovação. Para o exercício de 2016, será atribuída meta a ser alcançada diante do resultado obtido em 2015, visando o acompanhamento da evolução dos resultados e o gerenciamento da Gestão.

Abaixo, conceituamos cada Indicador para amplo entendimento:

FINANCEIRO E SOCIAL:

1. RECEITA POR EMPREGADO

Objetivo: Auferir a participação de cada empregado, em média, na receita operacional líquida, produtividade dos empregados (próprios e terceirizados), considerando a receita operacional líquida por empregado, próprios e terceirizados, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: R\$ mil/Empregados (próprios e terceirizados)

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Receita Operacional Líquida/Nº de Empregados Próprios e Terceirizados

2. RECEITA POR METRO²

Objetivo: Auferir o índice de produtividade da receita operacional por metro quadrado da área operacional considerando a receita operacional líquida pela área operacional, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: R\$ mil/m²

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Receita Operacional Líquida/Área Operacional em m²

3. DESPESA POR METRO²

Objetivo: Auferir o coeficiente de despesa operacional por metro quadrado, considerando a despesa operacional pela área operacional, visando o aprimoramento e a minimização da despesa.

Unidade de Medida: R\$ mil/m²

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: Despesa Operacional/Área Operacional em m²



4. COMPROMETIMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de despesa operacional em relação à receita operacional líquida, visando o aprimoramento e a minimização da despesa.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: Despesa Operacional/Receita Operacional Líquida x 100

5. COMPROMETIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) das despesas com pessoal e encargos em relação à receita operacional líquida, visando o aprimoramento e a minimização do comprometimento.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: Despesas com Pessoal e Encargos/Receita Operacional Líquida x 100

6. EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) correspondente a evolução do patrimônio líquido em relação ao mês anterior, visando o aprimoramento e a maximização da rentabilidade.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: (Patrimônio Líquido do Mês Atual/Patrimônio Líquido do Mês Anterior - 1) x 100

7. RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de participação do lucro líquido em comparação ao patrimônio líquido, retorno do patrimônio líquido, visando o aprimoramento e a maximização do retorno do patrimônio líquido.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Lucro Líquido Contábil/Patrimônio Líquido x 100



8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de realização da execução orçamentária até o mês em comparação ao previsto até o mês, considerando o total realizado até o mês pelo total previsto até o mês, limitado aos recursos enviados pela União, visando a meta de 100% de aplicação dos recursos.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Valor realizado no Orçamento de Investimentos/Valor previsto no Orçamento de Investimentos x 100

9. INADIMPLÊNCIA DAS CONTAS A PAGAR

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de participação das contas a pagar vencidas pela receita operacional líquida, considerando os valores a pagar vencidos pela receita operacional líquida, visando a meta de pagamento de todas as contas em seus devidos prazos.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: Valores Vencidos/Receita Operacional Líquida x 100

10. INADIMPLÊNCIA DAS CONTAS A RECEBER

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de participação das contas a receber vencidas pela receita operacional líquida, considerando os valores a receber vencidos pela receita operacional líquida, visando aprimoramentos a minimização da inadimplência.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: Valores Vencidos/Receita Operacional Líquida x 100

11. SUBSÍDIOS CRUZADOS NA TARIFA DA TABELA I

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de participação dos custos/despesas da Tabela I em relação à receita da Tabela I. Auferidos o custo/despesa através de percentuais atribuídos e a receita total da Tabela, gerando subsídios cruzados.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: (Custos e Despesas da Tabela I/Receita da Tabela I –1) x 100



12. SUBSÍDIOS CRUZADOS NA TARIFA DA TABELA II

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de participação dos custos/despesas da Tabela II em relação à Receita da Tabela II. Auferidos o custo/despesa através de percentuais atribuídos e a receita total da Tabela, gerando subsídios cruzados.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: (Custos e Despesas da Tabela I/Receita da Tabela II –1) x 100

13. SUBSÍDIOS CRUZADOS NA TARIFA DA TABELA III

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de participação dos custos/despesas da Tabela III em relação à receita da Tabela III. Auferidos o custo/despesa através de percentuais atribuídos e a receita total da Tabela, gerando subsídios cruzados.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: (Custos e Despesas da Tabela I/Receita da Tabela III –1) x 100

14. SUBSÍDIOS CRUZADOS NA TARIFA DA TABELA V

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de participação dos custos/despesas da Tabela V em relação à receita da Tabela V. Auferidos o custo/despesa através de percentuais atribuídos e a receita total da Tabela, gerando subsídios cruzados.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: (Custos e Despesas da Tabela I/Receita da Tabela V –1) x 100

15. SUBSÍDIOS CRUZADOS NA TARIFA DA TABELA VII

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de participação dos custos/despesas da Tabela VII em relação à receita da Tabela VII. Auferidos o custo/despesa através de percentuais atribuídos e a receita total da Tabela, gerando subsídios cruzados.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: (Custos e Despesas da Tabela I/Receita da Tabela VII –1) x 100



16. MARGEM EBITDA

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de participação da margem EBITDA em relação à receita operacional líquida. Para calcular o EBITDA é necessário primeiro calcular o lucro operacional, que é a subtração, a partir da receita líquida, do custo dos produtos vendidos (CPV), das despesas operacionais e das despesas financeiras líquidas (despesas menos receitas com juros e outros itens financeiros). Depois, soma-se ao lucro operacional os juros, a depreciação e amortização que estão incluídas no CPV e nas despesas operacionais.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: EBITDA/Receita Operacional Líquida x 100

17. QUALIDADE DO FATURAMENTO

Objetivo: Auferir o coeficiente (percentual) de faturas emitidas com erro em relação ao total de faturas emitidas, considerando o número de faturas emitidas com erro comparado ao total de faturas emitidas, visando o aprimoramento e a minimização de erros na emissão de faturas.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: (Número de Faturas Emitidas com Erro/Número de Faturas Emitidas) x 100

COMERCIAL:

18. VALOR DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Objetivo: Auferir o montante do comércio internacional que transitaram pelo Porto de Fortaleza.

Unidade de Medida: US\$ mil

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Total de Importações em US\$ + Total de Exportações em US\$

19. VALOR AGREGADO DAS MERCADORIAS

Objetivo: Auferir o valor do comércio internacional por tonelada que transitaram pelo Porto de Fortaleza.

Unidade de Medida: US\$ mil/Ton

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: (Soma do Total de Importação em US\$ + Total de Exportações em US\$)/Toneladas Movimentadas



CLIENTES:

20. PESQUISA DE SATISFAÇÃO - CLIENTES INTERNOS

Serão aplicados questionários para a mensuração do grau de satisfação, com critérios a serem estabelecidos, se utilizando de tabulação de dados.

21. PESQUISA DE SATISFAÇÃO - OPERADORES DE CARGA

Serão aplicados questionários para a mensuração do grau de satisfação, com critérios a serem estabelecidos, se utilizando de tabulação de dados.

22. PESQUISA DE SATISFAÇÃO – PASSAGEIROS (TMP)

Serão aplicados questionários para a mensuração do grau de satisfação, com critérios a serem estabelecidos, se utilizando de tabulação de dados.

23. ÍNDICE DE COMUNICAÇÃO INTERNA (CI)

Objetivo: Visa medir o percentual de repostas das comunicações internas emitidas.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: (Total de CI respondidas/Total de CI emitidas) x 100

24. ÍNDICE DE COMUNICAÇÃO EXTERNA (CE)

Objetivo: Visa medir o percentual de repostas das comunicações externas emitidas.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: (Total de CE respondidas/Total de CE emitidas) x 100

PROCESSOS INTERNOS:

25. TAXA MÉDIA TOTAL DE OCUPAÇÃO DOS BERÇOS – CAIS DE APOIO

Objetivo: Auferir a taxa média de ocupação de todos os berços do Cais de Apoio, berços utilizados por embarcações de apoio às embarcações que transitam no Porto de Fortaleza, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade e o melhor dimensionamento do Porto.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível x 100



26. TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO DO BERÇO 101

Objetivo: Auferir a taxa de ocupação do Berço 101 do Porto de Fortaleza, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível x 100

27. TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO DO BERÇO 102

Objetivo: Auferir a taxa de ocupação do Berço 102 do Porto de Fortaleza, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível x 100

28. TAXA MÉDIA TOTAL DE OCUPAÇÃO DOS BERÇOS - CAIS OPERACIONAL

Objetivo: Auferir a taxa média de ocupação de todos os berços do Cais Operacional, berços utilizados por embarcações para carga e descarga de mercadorias do Porto de Fortaleza, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade e o melhor dimensionamento do Porto.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível x 100

29. TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO DO BERÇO 103

Objetivo: Auferir a taxa de ocupação do Berço 103 do Porto de Fortaleza, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível x 100

30. TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO DO BERÇO 104

Objetivo: Auferir a taxa de ocupação do Berço 104 do Porto de Fortaleza, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível x 100



31. TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO DO BERÇO 105

Objetivo: Auferir a taxa de ocupação do Berço 105 do Porto de Fortaleza, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível x 100

32. TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO DO BERÇO 201

Objetivo: Auferir a taxa de ocupação do Berço 201 do Porto de Fortaleza, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível x 100

33. TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO DO BERÇO 202

Objetivo: Auferir a taxa de ocupação do Berço 202 do Porto de Fortaleza, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível x 100

34. TEMPO MÉDIO DE ESPERA DE NAVIOS

Objetivo: Auferir o tempo médio de espera dos navios, visando implementações a minorar o tempo de espera.

Unidade de Medida: Horas/Minutos

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: Tempo de Espera de Atração de Navios/Quantidade de Atrações

35. TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DE NAVIOS

Objetivo: Auferir o tempo médio de permanência dos navios, considerando o tempo total entre a entrada e saída de navios pela quantidade de navios considerados, visando aprimorar a produtividade e o melhor dimensionamento do Porto de Fortaleza.

Unidade de Medida: Horas/Minutos

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: Tempo Total entre Entrada e Saída de Navios/Quantidade de Navios



36. PRANCHA DE ATENDIMENTO - CARGA GERAL

Objetivo: Auferir o tempo médio, por tipo de carga, no carregamento e descarregamento de navios no Porto de Fortaleza.

Unidade de Medida: Tonelada/Horas Atracadas

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Carga Movimentada/Tempo Atracado

37. PRANCHA DE ATENDIMENTO - CONTÊINERES

Objetivo: Auferir o tempo médio, por tipo de carga, no carregamento e descarregamento de navios no Porto de Fortaleza.

Unidade de Medida: Tonelada/Horas Atracadas

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Carga Movimentada/Tempo Atracado

38. PRANCHA DE ATENDIMENTO - GRANÉIS LÍQUIDOS

Objetivo: Auferir o tempo médio, por tipo de carga, no carregamento e descarregamento de navios no Porto de Fortaleza.

Unidade de Medida: Tonelada/Horas Atracadas

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Carga Movimentada/Tempo Atracado

39. PRANCHA DE ATENDIMENTO - GRANÉIS SÓLIDOS

Objetivo: Auferir o tempo médio, por tipo de carga, no carregamento e descarregamento de navios no Porto de Fortaleza.

Unidade de Medida: Tonelada/Horas Atracadas

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Carga Movimentada/Tempo Atracado



40. EVOLUÇÃO DA CARGA MOVIMENTADA

Objetivo: Auferir a evolução da carga movimentada entre o mês atual e o mês anterior em percentual, visando implementações para a maximização da movimentação de cargas e o melhor dimensionamento do Porto de Fortaleza.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: $((\text{Tonelagem Movimentada no MÊS Atual}/\text{Tonelagem Movimentada no Mês Anterior}) - 1) \times 100$

41. EVOLUÇÃO DA CARGA MOVIMENTADA - CARGA GERAL

Objetivo: Auferir a evolução da carga geral movimentada entre o mês atual e o mês anterior em percentual, visando maximizar a movimentação de cargas.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: $((\text{Tonelagem Movimentada no Mês Atual}/\text{Tonelagem Movimentada no Mês Anterior}) - 1) \times 100$

42. EVOLUÇÃO DA CARGA MOVIMENTADA - CARGA SOLTA

Objetivo: Auferir a evolução da carga solta movimentada entre o mês atual e o mês anterior em percentual, visando maximizar a movimentação de cargas.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: $((\text{Tonelagem Movimentada no Mês Atual}/\text{Tonelagem Movimentada no Mês Anterior}) - 1) \times 100$

43. EVOLUÇÃO DA CARGA MOVIMENTADA - CONTÊINERES

Objetivo: Auferir a evolução da carga conteinerizada movimentada entre o mês atual e o mês anterior em percentual, visando maximizar a movimentação de cargas.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: $((\text{Tonelagem Movimentada no Mês Atual}/\text{Tonelagem Movimentada no Mês Anterior}) - 1) \times 100$



44. EVOLUÇÃO DA CARGA MOVIMENTADA - GRANÉIS LÍQUIDOS

Objetivo: Auferir a evolução da carga granéis líquidos movimentada entre o mês atual e o mês anterior em percentual, visando maximizar a movimentação de cargas.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: ((Tonelagem Movimentada no Mês Atual/Tonelagem Movimentada no Mês Anterior) -1) x 100

45. EVOLUÇÃO DA CARGA MOVIMENTADA - GRANÉIS SÓLIDOS

Objetivo: Auferir a evolução da carga granéis sólidos movimentada entre o mês atual e o mês anterior em percentual, visando maximizar a movimentação de cargas.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: ((Tonelagem Movimentada no Mês Atual/Tonelagem Movimentada no Mês Anterior) -1) x 100

46. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ATRACOES

Objetivo: Auferir a evolução do número de atracções entre a quantidade do mês atual e o mês anterior em percentual, visando melhor dimensionamento do Porto de Fortaleza.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: (Número de Atracções no Mês Atual/Número de Atracções no Mês Anterior) – 1) x100

47. CONSIGNAÇÃO MÉDIA TOTAL

Objetivo: Auferir a produtividade por atracção do mês atual, considerando a tonelagem movimentada por atracção, visando o aprimoramento e a maximização da produtividade.

Unidade de Medida: Ton/Navio

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Toneladas Movimentadas/Quantidade de Atracções com Movimentação de Carga



48. CONSIGNAÇÃO MÉDIA - CARGA GERAL

Objetivo: Auferir o volume de carga geral movimentada no mês atual, considerando o total da tonelagem movimentada pela quantidade de navios considerados, visando a maximização da movimentação.

Unidade de Medida: Ton

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Toneladas Movimentadas por tipo de carga/Quantidade de Navios

49. CONSIGNAÇÃO MÉDIA - GRANÉIS LÍQUIDOS

Objetivo: Auferir o volume de granéis líquidos movimentado no mês atual, considerando o total da tonelagem movimentada pela quantidade de navios considerados, visando a maximização da movimentação.

Unidade de Medida: Ton

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Toneladas Movimentadas por tipo de carga/Quantidade de Navio

50. CONSIGNAÇÃO MÉDIA - GRANÉIS SÓLIDOS

Objetivo: Auferir o volume de granéis sólidos movimentado no mês atual, considerando o total da tonelagem movimentada pela quantidade de navios considerados, visando a maximização da movimentação.

Unidade de Medida: Ton

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Toneladas Movimentadas por tipo de carga/Quantidade de Navios

51. CONSIGNAÇÃO MÉDIA - CONTÊINERES

Objetivo: Auferir o volume de carga movimentada em contêineres no mês atual, considerando o total da tonelagem movimentada pela quantidade de navios considerados, visando a maximização da movimentação.

Unidade de Medida: Ton

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: TEUS Movimentado/Quantidade de Navios



PESSOAL, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:

52. ASSIDUIDADE

Objetivo: Auferir o percentual de assiduidade, considerando o total de horas trabalhadas em comparação ao total de horas contratadas a serem trabalhadas, visando a maximização da assiduidade.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Maior Melhor.

Fórmula: Número de Horas Trabalhadas/Número de Horas de Trabalho Previstas x 100

53. OTIMIZAÇÃO DE HORA EXTRA

Objetivo: Auferir o percentual de gasto com hora-extra em relação ao custo com pessoal e encargos do pessoal próprio, considerando o total gasto com horas-extras em comparação ao total gasto com pessoal e encargos sociais, visando a implementação de ações a minimizar o gasto com horas-extras.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: (Dispêndio Total com Horas Extras/Dispêndio Total da Folha) x 100

54. ACIDENTES DE TRABALHO

Objetivo: Auferir o coeficiente de acidente de trabalho por empregado, em percentual, considerando o total de acidentes de trabalho havidos pelo número de trabalhadores próprios no mês, visando a implementação de ações a minimizar o número de acidentes de trabalho.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: (Nº de Óbitos/Total de Trabalhadores Acidentados) x 100

55. ACIDENTES DE TRABALHO FATAIS

Objetivo: Auferir o coeficiente de acidentes de trabalho fatal por empregado, em percentual, considerando o total de acidentes de trabalho fatal havidos pelo número de trabalhadores próprios no mês, visando a implementação de ações a minimizar o número de acidentes de trabalho fatais.

Unidade de Medida: %

Polaridade: Menor Melhor.

Fórmula: (Nº de Óbitos/Total de Trabalhadores Acidentados) x 100



CAPÍTULO 5: GOVERNANÇA



5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Companhia Docas do Ceará conta, dentro de sua estrutura de controle, com uma unidade de Auditoria Interna, uma unidade de Controle, um Conselho Fiscal, um Conselho de Administração e contrata Auditoria Independente anualmente.

A Auditoria Interna nas Empresas Estatais foi criada em cumprimento ao Decreto nº 93.216, de 03/09/1986, revogado pelo Decreto nº 3.591, de 06/09/2000. A Auditoria Interna vincula-se ao Conselho de Administração, por disposição estatutária. É uma atividade de avaliação independente dentro da Organização, com o fim de assessorar os órgãos colegiados da Empresa, bem como, constituir um controle gerencial que atue através do exame de avaliação de outros controles. Sua função principal é avaliar a integridade e confiabilidade de todas as informações e registros da Empresa, onde necessariamente tem que atuar de forma efetiva. Além disso, deve assessorar a Administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análise, recomendações e informações relativas às atividades examinadas, promovendo um controle seguro e eficiente. Atua de forma preventiva e corretiva, de forma a melhorar os controles da Empresa. A unidade de Auditoria Interna da CDC possui Regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa.

O Conselho de Administração, cujas bases normativas são o Estatuto da CDC, seu Regimento próprio, bem como a Lei nº 6.404/1976, é formado por sete membros e tem como principais atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre editais de licitação, contratos celebrados e aditivos contratuais, bem assim sobre providências adotadas pela Administração para regularizar diligências do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, apreciar os resultados das operações da Companhia, estabelecer as diretrizes para elaboração do Plano de Auditoria Interna e aprová-lo, designar e destituir o titular da Auditoria Interna, por proposta da Diretoria, a ser aprovado pela Controladoria Geral da União, bem como determinar a realização de inspeções e auditagens de qualquer natureza, aprovar os Orçamentos Anuais e Plurianuais, de custeio e de investimentos, bem assim acompanhar sua execução.

O Conselho Fiscal, cujas bases normativas são o Estatuto da CDC, seu Regimento próprio, bem com a Lei nº 6.404/1976, é formado, atualmente, por quatro membros e tem como principais atribuições: acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações, fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, denunciar aos órgãos de administração e à Assembléia Geral, caso não sejam tomadas as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, os erros, as fraudes ou os crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia e anali-



sar, no mínimo trimestralmente, por ocasião das reuniões ordinárias, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, bem como examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

Ambos os Conselhos realizam efetivo controle sobre os atos administrativos em seus variados aspectos, analisando documentos, relatórios e demais decisões, proferindo, de forma corriqueira, pedidos de esclarecimentos e recomendações. As reuniões ocorrem de forma mensal.

O Conselho de Autoridade Portuária, cujas bases normativas são o Decreto nº 8.033, de 27/06/2013 e seu Regimento Interno, é órgão consultivo da CDC. É formado pelos membros titulares e seus suplentes do Poder Público (4 representantes da União, 1 representante da Autoridade Marítima; 1 representante da Administração do Porto, 1 representante do Estado e 1 representante do Município), da Classe Empresarial (2 representantes de arrendamentos de instalações portuárias, 1 representante dos Operadores Portuários e 1 representante dos Usuários); e da classe dos Trabalhadores Portuários (2 representantes dos Trabalhadores Portuários Avulsos e 2 representante dos demais Trabalhadores Portuários) e tem como principais atribuições: sugerir alterações do Regulamento de Exploração do Porto; alterações no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto; ações para promover a racionalização e a otimização do uso das instalações portuárias; medidas para fomentar a ação industrial e comercial do Porto; ações com objetivo de desenvolver mecanismos para atração de cargas e medidas que visem estimular a competitividade.

A CDC conta também Auditoria Independente, contratada anualmente, para se pronunciar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

A Coordenadoria de Controle - CODCON é vinculada à Diretoria da Presidência da CDC. Foi criada a partir da aprovação do Plano de Funções por meio do Ofício DEST nº 139/DEST-MP, datado de 24/03/2011, tendo sido implantado em 01/05/2011. A Coordenadoria de Controle atua principalmente no monitoramento das demandas oriundas dos Conselhos e Órgãos de Controle Externo, bem como na atualização de normas e fluxos de processos da CDC, objetivando a melhoria dos controles internos.

Por ser um elemento de gestão, a CODCON faz parte da estrutura de linha da Organização, possuindo também, as atribuições de acompanhar e fiscalizar os serviços contratados pertinentes à sua área de atuação. Acompanhando ainda as equipes externas de auditorias e de fiscalização juntamente com a Auditoria Interna, assim como coordenar as demandas oriundas dos órgãos intervenientes, das agências reguladoras e dos Conselhos (de Administração, Fiscal e de Autoridade Portuária). Além disso, tem a missão de coordenar o Portal da Transparência Pública em conjunto com a Ouvidoria da CDC.



A Companhia conta ainda com um Comitê Gestor de TI - CGTI aprovado pelo Conselho de Administração - CONSAD.

Os principais objetivos do CGTI são: promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas da CDC; promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem desenvolvidos para dar suporte às necessidades estratégicas de planejamento da CDC; identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a CDC possa se adaptar rapidamente à mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e à novas demandas operacionais.

A composição do CGTI será estabelecida via Resolução da Diretoria Executiva, contando com as seguintes representações: 1 (um) representante da Diretoria de InfraEstrutura e Gestão Portuária - DIEGEP; 1(um) representante da Diretoria de Administração e Finanças - DIAFIN; 1(um) representante da Diretoria Comercial - DIRCOM; 1(um) representante da Coordenadoria da Tecnologia da Informação - CODTEI (representando a Diretoria da Presidência - DIRPRE) e 1(um) secretário(a).



5.2 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

5.2.1. DIRETORIA EXECUTIVA (DIREXE)

TABELA 22 – COMPOSIÇÃO DA DIREXE

TITULAR	CARGO
Cesar Augusto Pinheiro	Diretor Presidente
Mario Jorge Cavalcanti Moreira	Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária
José Arnaldo Cruz Bezerra de Menezes	Diretor Comercial
José Ilário Gonçalves Marques	Diretor de Administração e Finanças

5.2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONSAD)

TABELA 23 – COMPOSIÇÃO DO CONSAD

TITULAR	CARGO/ÓRGÃO REPRESENTANTE
José Alfredo de Albuquerque e Silva	Presidente/Secretaria de Portos
Cesar Augusto Pinheiro	Membro/Companhia Docas do Ceará
Maria da Glória Filgueiras Nicolau	Membro/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Rafael Magalhães Furtado	Membro/Ministério dos Transportes
Alexandre Lacerda Landim	Membro/Governo do Estado do Ceará
Bruno Iughetti	Membro/Representante da Classe Empresarial no CAP
Aderson Silveira Aragão	Membro/Representante da Classe Trabalhadora no CAP

5.2.3. CONSELHO FISCAL (CONFIS)

TABELA 24 – COMPOSIÇÃO DO CONFIS

TITULAR	CARGO/ÓRGÃO REPRESENTANTE
Fábio Lavor Teixeira	Presidente, Membro Titular/Secretaria de Portos
Herbert Marcuse Megeredo Leal	Membro Suplente/Secretaria de Portos
Luísa Helena Freitas de Sá Cavalcante	Membro Titular/Tesouro Nacional
Gilberto Borges Ribeiro	Membro Suplente /Tesouro Nacional
Aluísio Augusto de Queiroz Braga	Membro Titular/Ministério dos Transportes
João Honório Carvalho Ramos	Membro Suplente/Ministério dos Transportes
Francisco José Moura Cavalcante	Membro Titular/Governo do Estado do Ceará
Rinaldo Azevedo Cavalcante	Membro Suplente/Governo do Estado do Ceará

5.2.4. CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA (CAP)

TABELA 25 – COMPOSIÇÃO DO CAP

TITULAR	CARGO/ÓRGÃO REPRESENTANTE
Leonardo Lanna Guillen	Presidente, Membro Titular/Secretaria de Portos
Ciro Marques Arruda	Membro Suplente/Secretaria de Portos
Raniele Ferreira de Lima	Membro Titular/Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Anoel Dias da Fonseca Neto	Membro Suplente/Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Leopoldo Araújo Bertini	Membro Titular/Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
Zenóbia Lima Matos	Membro Suplente/ Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
Silvestre Gomes da Silva Neto	Membro Titular/Receita Federal do Brasil
José de Jesus Ferreira	Membro Suplente/ Receita Federal do Brasil
Marcelo Campbell Mauad	Membro Titular/Capitania dos Portos
Eugenio Albuquerque Marques	Membro Suplente/ Capitania dos Portos
Cesar Augusto Pinheiro	Membro Titular/Companhia Docas do Ceará
Mario Jorge Cavalcanti Moreira	Membro Suplente/Companhia Docas do Ceará
Raimundo Josino Pontes	Membro Titular/Governo do Estado do Ceará
Fábio Abreu Freitas de Sousa	Membro Suplente/Governo do Estado do Ceará
João Salmito Filho	Membro Titular/Prefeitura Municipal de Fortaleza
Marcelo Jorge Borges Pinheiro	Membro Suplente/Prefeitura Municipal de Fortaleza
Carlos José Castro da Silva Maia	Membro Titular/Representante da Classe Empresarial
Alexandre Silveira	Membro Suplente/Representante da Classe Empresarial
Alexandre Jardim	Membro Titular/Representante da Classe Empresarial
Claudio Borges T. Gaspar Oliveira	Membro Suplente/Representante da Classe Empresarial
Bruno Iughetti	Membro Titular/Representante da Classe Empresarial
Merly Godinho Raymond	Membro Suplente/Representante da Classe Empresarial
Paulo Sousa Barbosa	Membro Titular/Representante da Classe Empresarial
Francisco José Lima Matos	Membro Suplente/Representante da Classe Empresarial
Paulo Renato da Silva Régis	Membro Titular/Representante da Classe Trabalhadora
Antônio Cândido Oliveira Filho	Membro Suplente/Representante da Classe Trabalhadora
José Clerton Magalhães Bezerra	Membro Titular/Representante da Classe Trabalhadora
Paulo César de Lima	Membro Suplente/Representante da Classe Trabalhadora
José Ribamar dos Santos Filho	Membro Titular/Representante da Classe Trabalhadora
Aderson Silveira Aragão	Membro Suplente/ Representante da Classe Trabalhadora
Antonio Ernani Oliveira Aragão	Membro Titular/Representante da Classe Trabalhadora
Fernando de Paula Andrade de Araújo	Membro Suplente/Representante da Classe Trabalhadora



5.2.5. PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRIGENTES E EXIGÊNCIAS QUANTO AO PERFIL

DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA:

Seção II - art. 22 ao art. 27 do Estatuto da CDC, dispõe:

“Art. 22 - A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e de representação, a qual cabe, observadas as diretrizes do Conselho de Administração, assegurar o funcionamento da CDC.

Art. 23 - A Diretoria Executiva será composta pelo Diretor Presidente e por três Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, observadas as áreas de atuação, com prazo de gestão de dois anos, admitida a reeleição.

Parágrafo 1º - O Diretor Presidente designará o Diretor que o substituirá em suas ausências ou impedimentos legais, a ser aprovado após deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - No caso de impedimento de qualquer Diretor, seus encargos serão assumidos por outro Diretor, mediante designação do Diretor Presidente.

Parágrafo 3º - Os integrantes da Diretoria-Executiva permanecerão no pleno exercício de suas atribuições até a investidura de seus substitutos, mesmo que o prazo do mandato tenha expirado.

Parágrafo 4º - O cargo da Diretoria Executiva deve ser exercido sob regime de dedicação exclusiva.

Parágrafo 5º - No mínimo um dos membros da Diretoria Executiva deve ser Empregado do Quadro de Pessoal da CDC.

Art. 24 - Compete a cada Diretor, na sua área de atuação, planejar, coordenar e executar as atividades da Companhia, para realização de seu objeto social.

Art. 25 - Os membros da Diretoria Executiva não poderão se afastar do exercício do cargo por período superior a trinta dias consecutivos, exceto em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos deste Estatuto.

Art. 26 - No caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, assumirá a Presidência o seu substituto e o Conselho de Administração deverá eleger novo titular, no prazo de trinta dias, contado da data da vacância.

Parágrafo Único - No caso de vacância de um dos demais cargos de Diretor, o Conselho de Administração elegerá os novos titulares no prazo de sessenta dias, contado da data da vacância.



Art. 27 - A Diretoria Executiva se reunirá, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do Diretor Presidente, ou de seu substituto, observado o quórum de maioria dos Diretores, desde que não haja vacância.

Parágrafo Único - A critério do Diretor Presidente, por sua iniciativa ou de membro da Diretoria Executiva, poderão ser convidados outros empregados a participar das reuniões.”

DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Título V - art. 9º ao art. 11 do Regimento Interno do CONSAD, dispõe:

“**Art. 9º** - Somente poderão ser eleitos para membros do Conselho de Administração pessoas naturais e residentes no País, de notórios conhecimentos, experiência, idoneidade moral e reputação ilibada.

Art. 10 - São inelegíveis para integrar o Conselho de Administração as pessoas impedidas por lei especial ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos.

Art. 11 - Também não podem participar do Conselho de Administração pessoas que:

- I - Tenham causado prejuízo a CDC ou que lhe forem devedoras;
- II - Detenham participação societária ou integrem sociedades em mora com a CDC;
- III - Sejam sócias, ascendentes, descendentes ou parentes colaterais ou afins, até o terceiro grau de membro da Diretoria Executiva da CDC.”

DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

Capítulo II - art. 7º e art. 8º do Regimento Interno do CONFIS, dispõe:

“**Art. 7º** - Somente poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais e residentes no País, diplomatas em curso de nível superior, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de Administrador de Empresa ou de Conselheiro Fiscal.

Art. 8º - Não poderão ser eleitos membros do Conselho Fiscal da CDC as pessoas que sejam:

- I - Membros de órgão de administração e Empregados da CDC ou de sociedade controlada, e o cônjuge, cunhado, sogro, genro ou parente, até terceiro grau, de Administrador da CDC;
- II - Impedidas por lei especial, condenadas por crime falimentar, suborno, concussão e peculato, crimes contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, por prevaricação, e, ainda, a pena criminal que vede, temporariamente, o acesso a cargos públicos;



- III - Declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários;
 - IV - Participantes de sociedade em mora para com a CDC;
 - V - Causadoras de prejuízo à Sociedade e tenham liquidado os seus débitos depois de cobrança judicial ou lhe sejam devedores;
 - VI - Incluídas no Cadastro de Inadimplentes para com Órgãos do Governo Federal (CADIN), por prazo superior a noventa dias;
- Parágrafo 1º** - Será nula de pleno direito a designação ou indicação, para membros efetivos ou suplentes do Conselho Fiscal, de pessoas que incorram quaisquer das incompatibilidades previstas neste artigo e no art. 7º.”

DOS MEMBROS DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA:

Seção II - art. 3º e art. 4º do Regimento Interno do CAP, dispõe:

“**Art. 3º** - O Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Fortaleza será constituído pelas seguintes representações, cada uma delas composta por Conselheiros Titulares e respectivos Suplentes:

I - do Poder Público, sendo:

- a) quatro representantes da União, dentre os quais será escolhido o Presidente do Conselho;
- b) um representante da Autoridade Marítima;
- c) um representante da Administração do Porto;
- d) um representante do Governo do Estado do Ceará; e
- e) um representante do Governo Municipal de Fortaleza.

II - da Classe Empresarial, sendo:

- a) dois representantes dos titulares de arrendamentos de instalações portuárias;
- b) um representante dos Operadores Portuários; e
- c) um representante dos usuários.

III - da Classe dos Trabalhadores Portuários, sendo:

- a) dois representantes dos trabalhadores portuários avulsos; e
- b) dois representantes dos demais trabalhadores portuários.



Parágrafo 1º - Para os efeitos do disposto neste artigo, os Conselheiros e seus Suplentes serão indicados:

I - Pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; pelo Comandante da Marinha; pela Administração do Porto; pelo Governador de Estado do Ceará e pelo Prefeito do Município de Fortaleza, respectivamente (...); e

II - Pelas entidades de classe locais das respectivas categorias profissionais e econômicas, nos casos dos incisos II e III do *caput*.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros serão designados por ato do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República para um mandato de dois anos, admitida a recondução uma única vez, por igual período.

Parágrafo 3º - A participação no Conselho de Autoridade Portuária será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Parágrafo 4º - Com exceção do Presidente em exercício, as despesas que os Conselheiros vierem a efetuar em razão de sua representação no Conselho serão de responsabilidade do órgão ou entidade representada.

Parágrafo 5º - As deliberações do Conselho serão tomadas de acordo com as seguintes regras:

I - cada representante terá direito a um voto; e,

II - o Presidente do Conselho terá voto de qualidade.

Parágrafo 6º - Perderá o mandato o Conselheiro que faltar, injustificadamente, a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, assumindo a vaga o seu suplente até a efetivação de nova indicação.

Art. 4º - Os Conselheiros serão investidos em seus cargos mediante posse lavrada em Ata de Reunião do Conselho, independentemente do conteúdo da ordem do dia da Reunião.

Parágrafo 1º - O Conselheiro Titular deverá tomar posse na primeira Reunião que se realizar após a publicação de sua designação, salvo motivo de força maior devidamente justificado, quando a posse poderá ocorrer na subsequente Reunião do Conselho.

Parágrafo 2º - Aplicar-se-á ao Conselheiro Suplente o disposto no parágrafo antecedente, caso desde logo for convocado para substituir o Conselheiro Titular; não ocorrendo esta hipótese, tomará posse na primeira Reunião para a qual for convocado, ou a que voluntariamente comparecer.



Parágrafo 3º - O prazo de mandato dos Conselheiros se encerrará no prazo de dois anos da data de publicação no Diário Oficial da União da Portaria de nomeação expedida pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos.

Parágrafo 4º - Após duas Reuniões sucessivas desde a designação sem que tenha ocorrido a investidura do Conselheiro Titular designado, isto é, o comparecimento em Reunião do Conselho para que seja empossado, competirá ao Presidente do Conselho informar à Secretaria de Portos da Presidência da República.”



5.3 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLÉIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E DE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

A Companhia Docas do Ceará não possui assento em outras assembléias e colegiados por não dispor em sua composição de Controladas, Coligadas ou outras Sociedades.



5.4 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO À UNIDADE CENTRAL:

Não existem subunidades ou unidades descentralizadas pertencentes à Companhia Docas do Ceará. A Auditoria Interna atua somente na Unidade sede.

Os trabalhos são realizados atendendo a uma programação, com aplicação das normas e princípios de auditoria, na extensão e profundidade julgadas necessárias, devendo ser considerados os fatores “relevância” ou “materialidade” e “risco” na realização dos exames para formação da opinião e elaboração do Relatório.

As ações da Auditoria Interna são desenvolvidas por meio de auditorias nas dependências da Empresa ou onde for necessário, em todas as suas atividades, conforme estabelecido no PAINT, bem como de auditorias especiais, que forem determinadas pela Diretoria Executiva, pela Presidência e pelos Conselhos de Administração e Fiscal.

O Relatório constitui o produto final dos trabalhos e contém os Pontos Relevantes previamente discutidos com as áreas responsáveis, bem como as justificativas e providências já adotadas (Plano de Ação), exercendo, desta forma um trabalho preventivo. Cabe à área auditada esclarecer e justificar as observações e recomendações constantes do Relatório de Auditoria, e à Auditoria Interna acompanhar o estágio de implementação de cada uma das recomendações apresentadas e, periodicamente, posicionar os órgãos Colegiados e de Direção sobre a evolução observada. O trabalho de Auditoria somente é considerado concluído quando atendidas as recomendações constantes nos Relatórios.

A Auditoria, por ocasião dos achados tratados nos Relatórios, identifica as causas e os riscos dos mesmos.

Os Relatórios são encaminhados à Diretoria da Empresa, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e informados, eletronicamente, à CISET da Presidência da República, em atendimento ao disposto no art. 12 da IN CGU nº 24, de 17/11/2015.

Após a emissão dos Relatórios, a Auditoria Interna realiza monitoramentos a fim de verificar a implementação das recomendações. Verifica a implementação, também, das recomendações dos órgãos de controle interno e externo.



B) INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DAS AUDITORIAS E/OU FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015:

TABELA 26 – AUDITORIAS E/OU FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

PROCESSO/ATIVIDADE	UNIDADE	OBJETO
Relatório 01/2015 - Orçamento (PAINT 2014)	CDC	Gestão Orçamentária/Certificar se a execução do Orçamento de Investimento da CDC – Exercício 2014 encontra-se de acordo com o orçamento aprovado para o Exercício e verificar os possíveis entraves encontrados em caso de não obtenção das expectativas da empresa (metas).
Relatório 02/2015 - Exame de Contas	CDC	Gestão Financeira/Análise das rubricas significativas do Balancete de Dezembro de 2014.
Relatório 03/2015 - Almoxarifado e Patrimônio	CDC	Gestão Patrimonial/Verificar a legalidade e legitimidade na administração e controle de equipamentos e materiais em estoque; conciliar relatórios do Almoxarifado e do Patrimônio e os emitidos pela Contabilidade; e, verificar o controle da utilização e movimentação dos veículos da CDC.
Relatório 04/2015 – Arrendamentos Operacionais	CDC	Gestão de Contratos/Certificar a legalidade dos contratos de arrendamento, bem como o cumprimento de suas cláusulas contratuais e a eficácia dos controles adotados.
Relatório 05/2015 - Ambiental	CDC	Gestão Ambiental /Verificar o atendimento à legislação (conformidade legal), às recomendações anteriores realizadas por órgãos de fiscalização e/ou auditorias externas e o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais e dos procedimentos existentes no Sistema de Gestão Ambiental da CDC.
Relatório 06/2014 - Passivo	CDC	Gestão Financeira/Verificar a consistência das contas contábeis mais significativas constantes no Passivo.
Relatório 07/2014 - Governança de TI	CDC	Gestão de Tecnologia da Informação/Avaliar como se encontra a implantação do novo modelo, bem como recomendar melhorias práticas a fim de que a CDC possa realizar contratações com melhores resultados.
Relatório 08/2015 - Monitoramento da Implementação das Recomendações	CDC	Monitoramento /Certificação se as recomendações foram implementadas pela CDC, encaminhamentos de providências junto às áreas, visando a sanar as impropriedades apontadas, e manutenção do órgão de controle interno e dos Conselhos informados sobre a implementação das recomendações.
Relatório 09/2015 - Operacional	CDC	Gestão Operacional/Avaliar os controles sobre o desempenho das operações portuárias, a qualificação dos Operadores Portuários e a conformidade dos contratos operacionais.
Relatório 10/2015 - Contas a Receber	CDC	Gestão Financeira/Verificar a regularidade nos procedimentos de lançamentos e cobranças dos créditos a receber.

TABELA 26 – AUDITORIAS E/OU FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

Relatório 11/2015 - Licitações e Contratos	CDC	Gestão de Contratação/Verificar a legalidade das licitações e contratos administrativos e eficácia dos controles internos.
Relatório 12/2015 - Convênios	CDC	Gestão de Convênios/Certificar a regularidade dos convênios, no tocante à celebração, execução e prestação de contas.
Relatório 13/2015 - Contratações Diretas	CDC	Gestão de Contratação/Certificar o cumprimento dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93 e da Norma de Contratação Direta da CDC, bem como o atendimento às recomendações dos órgãos de controle.
Diligência 01/2015	CDC	Identificação de aparelhos de ar condicionado de 12.000 btu's - solicitação realizada pela Secretaria de Controle Interno – CISET/PR (Relatório 08/2014). O aparelho foi devidamente identificado, contudo, recomendamos que fossem melhorados os controles do setor de Patrimônio, bem como que hajam verificações frequentes no Patrimônio da CDC, procedendo à identificação dos bens de forma tempestiva e eficaz.
Diligência 02/2015	CDC	Aquisição de passagens aéreas - A análise prendeu-se à avaliação dos valores das passagens cobradas à CDC, utilizando-se como amostra, passagens do ano de 2015 de procedência da Empresa GOL. Sugermos a análise pela Coordenadoria Jurídica a fim de que fossem adotadas as soluções pertinentes para regularização do caso. Recomendamos a adoção do credenciamento para aquisição direta das passagens aéreas (de acordo com o Manual do MPOG), de forma que a Companhia fique segura de que adquirirá passagens com menores tarifas. Sugermos, ainda, como medida de controle , que quando da emissão de passagens o representante da CDC faça uma busca nos sites das empresas aéreas e exija os valores lá constantes quando da emissão de bilhetes pela contratada.
Diligência 03/2015	CDC	Análise da planilha que embasa os pagamentos de serviços referentes à contratação de empresa especializada para integrar e sustentar os sistemas corporativos do Porto de Fortaleza, para o funcionamento 24 horas por dia, inclusive o sistema de acesso e egresso de veículos, com cobertura total de mão de obra e peças de reposição para atender às necessidades da CDC - Processo nº 20130943 - Contrato nº 21/2014 - Atendendo a despacho do Diretor Presidente da CDC datado de 23/09/2015, procedemos à análise da planilha que embasa os pagamentos do citado contrato. Recomendamos o saneamento, com a consequente regularização do contrato em análise, devendo ser observado o princípio do contraditório. Recomendamos, ainda, atentar para que sejam analisados os valores devidos pela repactuação operada através do Terceiro Termo Aditivo, haja vista que são retroativos à janeiro de 2015, devendo-se levar em consideração o tema debatido no Item 5 desta Diligência.

TABELA 26 – AUDITORIAS E/OU FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

Diligência 04/2015	CDC	<p>Análise do processo que embasou o Termo de Confissão de Dívida firmado entre a CDC e a Empresa Braslimp, em 29/07/2015, no valor de R\$ 87.013,41, decorrente do Contrato nº 027/2010, Processo nº 20091982-32 - Atendendo a solicitação do Diretor de Administração e Finanças da CDC, através da CI DIAFIN nº 44/2015, de 04/09/2015, despachado pelo Diretor Presidente em 21/09/2015, procedemos à análise do processo que embasou o Termo de Confissão de Dívida firmado entre a CDC e a Empresa Braslimp no valor de R\$ 87.013,41. Em conclusão podemos afirmar que há: falhas de controles na fiscalização com relação ao acompanhamento das retiradas; ausência de documentos que podem gerar descontos para a CDC; documentos manuscritos de pesagem que fragilizam os controles adotados; descumprimento do contrato quanto às medições de cada serviço e a medição mensal; ausência de comprovação da destinação final dos resíduos nos autos do processo de fiscalização; ausência de controles quanto ao desconto apurado pela contratada; e necessidade de melhoria de controles.</p>
--------------------	-----	--



C) EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA, CONTEMPLANDO AVALIAÇÃO COMPARATIVA ENTRE AS ATIVIDADES PLANEJADAS E REALIZADAS, DESTACANDO OS TRABALHOS MAIS RELEVANTES, AS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA UPC:

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

ITEM	ATIVIDADES PLANEJADAS	REALIZADA	INFORMAÇÕES/PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES/PROVIDÊNCIAS
1. CONTROLE DE GESTÃO			
1.1 EXAME DAS CONTAS:		SIM Relatório 02/2015	Foi analisado o Balancete de Dezembro de 2014, refletindo a posição final financeira e patrimonial da Companhia no Exercício.
1.2 ACOMPANHAMENTO AUDITORIA DE GESTÃO e CONTAS:	Examinar as Demonstrações Financeiras do Exercício, analisando-as quanto à exatidão e observância dos dispositivos legais vigentes. Analisar os saídos mais significativos do Balanço, notas explicativas e peças que compõem o processo.	SIM	Acompanhamento da equipe da CISET, prestando todo o apoio necessário, bem como à equipe de Auditoria independente.
1.3 MONITORAMENTO:	Atendimento/apoio às Equipes de Auditorias de Órgãos Externos, bem como o acompanhamento aos trabalhos realizados por empresa de Auditoria Externa.	SIM Relatórios 08/2015 e 01/2016	Apenas monitoramento com posicionamento das implementações dos Planos de Ação.
1.3.1 ACOMPANHAR RECOMENDAÇÕES DE ORGÃOS DE CONTROLE:	Certificar se as recomendações de controle interno e externo foram implementadas pela CDC. Fazer os encaminhamentos de providências juntos às áreas.	DE	Visa a sanar as impropriedades apontadas e a manter o órgão de controle interno e os Conselhos informados sobre a implementação das recomendações.

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

<p>1.3.2. ACOMPANHAMENTO DA GOVERNANÇA DE TI: Análise da sua implementação em seus aspectos mais relevantes, como planejamento existente, recursos humanos, procedimentos para salvaguarda das informações, capacidade para o desenvolvimento e produção de sistemas e procedimentos para a contratação e gestão de bens e serviços.</p>	SIM Relatório 07/2015	<p>Citemos como principais recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Prever nos contratos de Tecnologia da Informação (TI) a avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos fornecedores, através de acordos de níveis de serviços e que os pagamentos estejam atrelados aos resultados alcançados pelas contratadas (Pendente de atendimento - a área responsável informou que só poderá implementar a recomendação quando possuir uma equipe qualificada para desempenhar os controles, já que atualmente há apenas dois profissionais empregados na equipe de Tecnologia da Informação da CDC); b) Realizar um estudo para elaboração de um novo modelo de Projeto Básico para as contratações de TI, a fim de que sejam adotadas as premissas recomendadas pelo TCU (Pendente – vide justificativa da alínea “a”); c) Atentar para o planejamento das contratações de TI utilizando como modelo a IN 04 SLTI, bem como determinações dos acórdãos do TCU que disciplinam as contratações e execuções de serviços referentes à Tecnologia da Informação (Pendente – vide justificativa da alínea “a”); d) Atentar para a implantação de uma Política de Segurança da Informação (Pendente – a área de TI da CDC informou que implementará a recomendação quando forem disponibilizados recursos financeiros para este fim); e) Atentar para o aperfeiçoamento do monitoramento e fiscalização dos contratos de TI (Foram solicitadas designações de gestores, fiscais requisitantes, técnicos e administrativos referentes aos contratos de TI. Haja vista a designação de novas figuras na fiscalização e gestão dos contratos de TI, estes controles serão melhor avaliados em trabalhos futuros de auditoria);
---	------------------------------------	---

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

		<p>f) Formalizar a análise de inviabilidade de parcelamento do objeto das contratações de TI (Em nova verificação, feita em Dezembro de 2015, evidenciamos apenas uma licitação, PE 015/2015, após a emissão do Relatório 07/2015, onde consta a justificativa no TR sobre o não parcelamento do objeto);</p> <p>g) Prever cláusulas em Editais contendo a transferência de conhecimento de produtos e serviços de TI ou formalizar a justificativa no caso de não ser possível (Em nova verificação, feita em DEZ/15, evidenciamos apenas uma licitação, PE 17/15, após a emissão do Relatório 07/15, onde consta no TR as disposições sobre transferência de conhecimento);</p> <p>h) Atentar para o cumprimento de obrigações previstas em Termos de Referências; (A CODTEI informou que atentará e executará os contratos conforme as determinações do Termo de Referência e que estão melhorando os controles, conforme o novo sistema de Service Desk, procurando implementar de forma gradual as recomendações que o TCU orienta para esta área);</p> <p>i) Não evidenciamos, referente ao Processo nº 20130943 negociação para a redução/eliminação dos custos não renováveis (planilha de encargos) que já tenham sido amortizados no primeiro ano da contratação por ocasião da prorrogação do contrato, conforme orienta o art. 19, XVII e art. 30, § 4º da IN 02 SLTI (serviços continuos), bem como o expurgo do percentual de 0,5% a maior referente ao FGTS (Em nova verificação, feita em DEZ/15, evidenciamos que continua pendente a recomendação. A CODJUR informou que a pendência permanece em análise).</p>
--	--	---

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

2. GESTÃO OPERACIONAL

SIM	Citamos como principais recomendações:
(Exceto o procedimento de análise do novo Sistema Operacional ainda não implantado)	<p>a) Atentar para a correta avaliação de contrato operacional (A Auditoria havia detectado que não houve cobrança de contrato operacional nos termos do Aditivo firmado. Após o fato levantado, a área procedeu à cobrança pelo não atingimento da meta contratual e foi pago o valor de R\$ 408.288,00 à CDC).</p> <p>b) Observar toda a documentação necessária para a qualificação de Operadores Portuários, nos termos da Portaria SEP nº 111/2013. (Pendente a documentação de algumas empresas);</p> <p>c) Providenciar as adequações necessárias no novo Regulamento do Porto, bem como atualizar o cadastro de Operadores no Sistema Porto sem Papel (Pendente - A CODIJUR informou que está revisando o Regulamento do Porto e providenciará as retificações necessárias, de modo a atender a Portaria SEP nº 111, cientificando esta COAUDI tanto logo o procedimento seja efetuado; o prazo de conclusão estimado foi de até 07/03/2016);</p> <p>d) Solicitamos à CODGEP esclarecimentos acerca do não atingimento das metas (índices de produtividade) pelos Operadores Portuários nos meses de Janeiro e de Março a Maio, todos de 2015, e quais provisões foram tomadas em relação aos fatos. (A CODGEP disse que deverão ser buscados entendimentos entre a CDC e os operadores que movimentam contêineres para fixação de um novo índice, já que, desde a implantação do atual, ponderadamente, ao final de um mês, a meta não é atingida).</p>

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

3. GESTÃO PATRIMONIAL

3.1 ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO:	SIM	Citemos como principais recomendações:
3.1 ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO: Analisar a gestão de bens móveis e imóveis da Companhia Docas do Ceará - CDC, precípua mente o controle de estoque e do patrimônio. Análise da integridade e confiabilidade do Sistema de Almoxarifado e de Patrimônio, bem como dos procedimentos e controles pertinentes à gestão patrimonial. Verificar a legalidade, legitimidade e economicidade na administração e controle de equipamentos e materiais em estoque. Controle da utilização e movimentação dos veículos. Conciliar relatórios do Almoxarifado e do Patrimônio (bens móveis e imóveis) e os emitidos pela Contabilidade. Verificar registros contábeis dos bens imóveis, estrutura tecnologia e de pessoal para administrar o patrimônio imobiliário e a qualidade dos controles internos. Análise de inventários. Verificar a situação dos aforamento (pagamentos, resarcimentos, situação jurídica).	Relatório 03/2015	a) Atentar para o correto registro das entradas e saídas de veículos de propriedade da CDC, respeitando o disposto na norma interna (Houve alteração do normativo sobre transportes, através da Resolução DIREXE nº 192/2015, de 18.09.15); b) Prever, em normativo interno, os controles necessários para a utilização de veículos da CDC (Houve alteração do normativo sobre transportes, através da Resolução DIREXE nº 192/2015, de 18.09.15); c) Corrigir e identificar a localização dos bens em desconformidade, informando a esta Auditoria e atualizar os termos de Responsabilidade (A COaudi realizou diligências e evidenciou as medidas corretivas necessárias).

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

4. GESTÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

4.1 LICITAÇÕES, COMPRAS E SERVIÇOS:	SIM Relatório 11/2015	Citamos como principais recomendações:
<p>Verificar a aplicação, vigência, dotação orçamentária, valor, garantias, repactuação, cumprimento do objeto contratado.</p> <p>Analisar se as licitações obedeceram ao disposto na Lei de Licitações e demais legislações aplicáveis.</p> <p>Certificar cumprimento da Lei nº 8.666/1993, no tocante a editais, publicações, relatórios e atas da Comissão, modalidade da licitação, homologação.</p> <p>Analizar a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços/obras.</p> <p>Verificar o atendimento ao Acórdão TCU nº 2859/2013-P, no tocante à revisão de contratos onde houver a desoneração da folha de pagamento das empresas.</p> <p>Verificar a atuação dos Fiscais dos Contratos, especialmente designados pela administração para acompanhar a fiel execução dos serviços/compras, recolhimento dos encargos sociais incidentes e respectivos cronogramas de desembolsos (pagamento), em atendimento ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993.</p> <p>Analizar as exigências de cumprimento das obrigações das contratadas, de forma a evitar a responsabilização da Companhia Docas do Ceará - CDC.</p> <p>Analizar o tema Transparéncia no tocante a sua efetividade.</p>	<p>a) Avaliar a incidência da desoneração na contratação de manutenção da infraestrutura do Porto com base na Lei nº 13.043, de 13/11/2014. (A DIREXE aprovou em 25/02/2016, a desoneração do Contrato nº 16/2015, passando de R\$ 1.983.842,81 para R\$ 1.880.507,63, por conta da desoneração, bem como autorizou o desconto em próxima fatura do valor de R\$ 42.035,11 por conta dos pagamentos feitos a maior pela CDC sem a desoneração da folha);</p> <p>b) Ajustar a planilha do contrato à realidade da empresa contratada e em consonância com a legislação aplicável, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório. (Pendente - a DIEGEP informou que com relação às contribuições para outras entidades está providenciando correspondência ao contratado para que o mesmo apresente os comprovantes de recolhimento de INSS, para após, se for o caso, fazer um acerto de contas com o ajustamento da planilha).</p> <p>c) Atentar para a designação dos fiscais de contratos, em consonância com o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e determinação do TCU. (Em verificação feita pela COAUDI, em Fevereiro de 2016, evidenciamos as Portarias respectivas).</p> <p>d) Atentar para o correto acompanhamento do contrato e abster-se de extrapolar o quantitativo registrado em Ata de Registro de Preços (A Coordenadoria de Compras e Licitações – CODCOL acatou a recomendação e informou que se empenhará para que o questionamento não se repita);</p>	

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

		<p>e) Atentar para que as horas extras de terceirizados sejam prestadas de acordo com o termo de referência e dentro do limite legal. Em caso de necessidade de modificações, realizar a devida alteração nos instrumentos por meio de aditivo contratual (A Área responsável informa que está trabalhando para que, na medida do possível, seja controlado o limite de hora extras exercidas pelos motoristas de forma que não ultrapasse o estabelecido no Contrato);</p> <p>f) Conferir mensalmente os contracheques dos motoristas com a planilha paga pela CDC à contratada e analisar os pagamentos feitos nos meses apontados (Foi realizado um encontro de contas constando as diferenças das horas pagas em menor valor, bem como as horas trabalhadas e não remuneradas);</p> <p>g) Atentar para a republicação do Edital quando de alterações que interferam na competitividade do certame. (Haja vista não terem ocorrido casos dessa natureza no período do monitoramento, estes controles serão avaliados por ocasião de novas auditorias);</p> <p>h) Atentar para a aplicação das penalidades do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e verificar as rotinas a serem adotadas, já que envolvem duas Coordenadorias (CODJUR e CODCOL). (A Coordenadoria Jurídica - CODJUR informou que está providenciando que a CPL inscreve processo disciplinar administrativo, colhendo todas as informações necessárias, bem como realizando a oitiva do licitante, para, após ser analisado pela CODJUR, ser remetido à Diretoria Executiva - DIREXE para decisão);</p> <p>i) Atentar para que a área técnica seja ouvida quanto aos aspectos técnicos impugnados em licitações (Haja vista não terem ocorrido casos dessa natureza no período de monitoramento - houve apenas pedidos de esclarecimentos e as impugnações ainda não foram analisadas - estes controles serão avaliados por ocasião de novas auditorias);</p>
--	--	--

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

		<p>j) Atentar para que não sejam exigidas qualificações técnicas restritivas sem a solicitação da área interessada e sem fundamentação (A Coordenadoria de Compras e Licitações - CODCOL acatou a recomendação e informou que se empenhará para que o questionamento não se repita);</p> <p>k) Não utilizar unidade de medida “verba” nos orçamentos de Obras e Serviços de Engenharia, por ser considerada imprecisa (a DIEGEP acatou a recomendação e informou que irá excluir das próximas planilhas a referida medida);</p> <p>l) Houve várias recomendações nos contratos de prestação de Serviços Advocáticos (Algumas recomendações foram acatadas e outras encaram-se pendentes);</p> <p>m) Quanto ao tema terceirização de mão de obra, sugerimos que seja incluída, nos Editais de Licitações, disposição de que, quando a licitação for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme previsão do art. 17º, inciso XII da Lei Complementar nº 123/2006 e IN SLTI/MPOG 02, art. 19º, XXIII. Entendimento do TCU: Acórdãos nºs 3.41/2012 – P, 1.100/2014 - P. Ainda, sobre o assunto, sugerimos, também, inserção de cláusula em Edital do teor do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010. Entendimento do TCU: Acórdãos nºs 1.093/2015-P, 721/2013 - 1ª e 3.001/2011- P (Haja vista não ter havido publicação de Editais de Terceirização após a recomendação, esta verificação ocorrerá por ocasião de novas auditorias).</p>
--	--	---

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

<p>4.2 DISPENSA E INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO:</p> <p>Certificar o cumprimento dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993, bem como da Norma Interna de Contratação Directa. Verificar o atendimento ao Acórdão TCU nº 2.859/2013-P, no tocante à revisão de contratos onde houver a desoneração da folha de pagamento das empresas.</p> <p>Análise dos processos de compras e serviços por dispensa e inexigibilidade de licitação, solicitações, fundamentações, autorizações, itens adquiridos, pagamentos e possíveis fracionamentos.</p>	SIM Relatório 13/2015	Citemos como principais recomendações: <ul style="list-style-type: none"> a) Atentar para a correta previsão dos Encargos Sociais e Tributos na planilha do Contrato Emergencial nº 04/2015, bem como atentar para que haja composição dos Encargos Sociais e Tributos nas planilhas orçamentárias (Pendente - A CODJUR acatou a recomendação, informando que está elaborando Carta CODJUR à Contratada para que a mesma apresente suas indagações, que serão analisadas pela CODJUR, e, se for o caso, haverá o saneamento do Contrato. Quanto à nova licitação, informou que está analisando os recursos interpostos e após irá relançá-la, incluindo a composição dos preços na referida licitação. O prazo de implementação estava previsto para 21/01/2016. A ASDGEP encaminhou as composições de BDI de ambos os processos e anexou aos autos); b) Reavaliar a planilha de formação de preços no tocante à reserva técnica após a oitiva da contratada sobre as observações desta COAUDI bem como a análise jurídica pertinente e reavaliar a previsão de reserva técnica na planilha orçamentária da Licitação PE nº 13/15 (Pendente - Quanto ao item de Reserva Técnica, a CODJUR informou que estava elaborando carta à contratada para que apresente suas indagações, que serão analisadas pela CODJUR, e, se for o caso, haverá o saneamento do Contrato. O prazo de implementação estava previsto para 21/01/2016); c) Referente ao Processo nº 20150970 (Manutenção Mecânica e Elétrica), na composição do LDI, a soma dos tributos dos serviços (5% de ISS, 3% de COFINS e 0,65% de PIS) daria 8,65% e não 10,65% como lá consta. Devido a esse erro, o total de BDI de serviços (com aplicação da fórmula) deu 36,91%, quando deveria ser 33,91%, influindo, portanto, na Planilha de Valores Totais e nos pagamentos realizados. Realizar correção (O Contrato nº 01/2015 foi repactuado no valor de R\$ 52.404,56 e descontando o valor de R\$ 8.047,79 a título de compensação dos pagamentos feitos "a maior" por conta do BDI elevado).
---	------------------------------------	---

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

	<p>Não consideramos ainda a pendência atendida, haja vista que analisamos a repactuação citada e encontramos "possíveis" divergências nos cálculos, referente ao percentual de Encargos Sociais. A Auditoria está aguardando os esclarecimentos solicitados à DIEGEP);</p> <p>d) No Processo nº 20150970 (Manutenção Mecânica e Elétrica), evidenciamos que a contratada é empresa optante do simples, contudo a mesma apresentou a tributação em sua proposta como se fosse empresa não optante do simples, tendo cotado tributação diferente da sua realidade (micro empresa e empresa de pequeno porte não tem incidência, nos encargos sociais, de contribuições para outras entidades, de acordo com o art. 13, § 3º da LC 123). Realizar avaliação (Pendente - a CODJUR informou que irá solicitar manifestação da contratada para após realizar sua análise. O prazo de resolução foi estimando até 11/01/2016);</p> <p>e) Atentar para que as garantias contratuais sejam observadas (Pendente o envio da garantia do Processo nº 20151663 - Vigilância Armada.);</p> <p>f) Implementar as análises jurídicas referentes à desoneração da planilha no tocante às contribuições previdenciárias (contratação de Manutenção Mecânica e Elétrica). (Pendente informação à Auditoria - A CODJUR informou que, segundo a fiscalização do contrato, a empresa conseguiu o benefício da desoneração da folha de pagamento apens recentemente, tanto que na última fatura apresentada, já houve as reduções relativas à mesma. Informa, ainda, que a empresa irá apresentar as planilhas com as respectivas reduções em contrapartida as já apresentadas para compensação em relação aos pagamentos futuros);</p> <p>g) Atentar para necessária segregação de funções na condução dos processos de contratações (Acatada);</p> <p>h) Atentar para a designação dos fiscais de contratos (Em verificação feita pela COAUDI, em Fevereiro de 2016, evidenciamos as portarias respectivas).</p>
--	---

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

<p>4.3 CONVÊNIOS/PARCERIAS:</p> <p>Verificar o cumprimento das normas e legislações vigentes. Examinar as formalidades, cumprimento das obrigações, prestação de contas, plano de trabalho, cláusulas financeiras. Avaliar, ainda, a eficiência e legalidade dos atos praticados por institutos que guardem relação/impacto com a Companhia Docas do Ceará – CDC*. Verificar atendimento à legislação correlata, atendimento da finalidade e benefícios.</p>	SIM Relatório 12/2015	<p>Citemos como principais recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Notas fiscais diferentes, com valores iguais, referindo-se ao mesmo relatório e não evidenciamos, nos autos dos processos e nem no setor, os Relatórios relativos ao item 4.4, ao item 5.1.2 (relatórios 3 e 4), ao item 6.1 (relatórios 2 e 3) e ao item 7 (Relatórios dos subitens 7.1, 7.2 e 7.3); (Pendente - não evidenciamos no processo a Prestação de Contas nº 09, que foi encaminhada à SEP. Solicitamos que a mesma fosse anexada aos autos e que estes fossem encaminhados à COAUDI para verificação. Foi encaminhada ainda, parte da documentação, mas não foi suficiente para regularizar a pendência. Por fim, informou que não possui cópia da Prestação de Contas nº 09 da forma como foi encaminhada à SEP, mas apenas sua documentação fragmentada, sendo necessário, portanto, montar novamente a Prestação de Contas nº 09).
<p>4.4 ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS:</p> <p>Verificar a legalidade dos contratos de arrendamentos e eficácia dos controles internos. Certificar o cumprimento das cláusulas contratuais, o cumprimento das obrigações assumidas, garantias, estado de conservação dos bens, recebimento de valores e atendimento da legislação e dos normativos da ANTAQ e SEP.</p>	SIM Relatório 04/2015	<ul style="list-style-type: none"> a) Diante das análises realizadas, a COAUDI entendeu que os controles dos contratos de arrendamentos, bem como os procedimentos estão sendo feitos de forma satisfatória.

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1 RECURSOS HUMANOS:

Certificar legitimidade da despesa com pessoal.
Avaliar as rotinas, os procedimentos e controles internos.
Folha de Pagamento, admissões e dispensas, licenças e afastamentos, cessões e requisições, controle de ponto, horas extras, descontos realizados, rescisões, Acordo Coletivo e Plano de Cargos e Salários e honorários de dirigentes. Avaliação de Desempenho de Diretores, no tocante ao atingimento das metas e pagamentos. Estagiários e aprendizes. Verificação da adequação da força de trabalho às necessidades da CDC, analisando áreas que operam com predominância de colaboradores sem vínculo efetivo com a CDC.

5.1 RECURSOS HUMANOS: Certificar legitimidade da despesa com pessoal. Avaliar as rotinas, os procedimentos e controles internos. Folha de Pagamento, admissões e dispensas, licenças e afastamentos, cessões e requisições, controle de ponto, horas extras, descontos realizados, rescisões, Acordo Coletivo e Plano de Cargos e Salários e honorários de dirigentes. Avaliação de Desempenho de Diretores, no tocante ao atingimento das metas e pagamentos. Estagiários e aprendizes. Verificação da adequação da força de trabalho às necessidades da CDC, analisando áreas que operam com predominância de colaboradores sem vínculo efetivo com a CDC.	SIM Relatório 02/2016	Citemos como principais recomendações: a) Melhorar os controles do processo e que sejam reiteradas determinações para que a CDC não mais incorra em tal risco (concessão irregular de férias), haja vista a ocorrência de danos financeiros à empresa, bem como a sua possibilidade; (Acatado - A DIAFIN afirmou que, com vistas a eliminar a possibilidade de que tal prática venha a causar danos financeiros à CDC, submeterá ao Diretor Presidente minuta de Portaria, regulamentando o tema); b) Adotar providências quanto ao descumprimento do horário de trabalho e à prestação de horas suplementares sem a devida autorização; (acatado - a CODREH informou que o empregado deverá ser advertido, e, na reincidência, submetido às penalidades previstas); c) Aperfeiçoar o normativo interno quanto ao procedimento de abono de faltas e atrasos, de forma que sejam previstos critérios para sua concessão (Não acatada - A DIAFIN ressaltou que a norma anterior de controle de frequência previa a possibilidade de abono de 03 faltas e 03 atrasos por mês, o que poderia prejudicar um empregado produtivo que, por motivos diversos, registrasse mais de 03 atrasos no mês. Informa, ainda, que partindo-se do princípio de que a norma deve atender ao “homem médio”, a DIREXE aprovou o abono de faltas SEM LIMITES, a critério dos Coordenadores, que são as pessoas de confiança da Administração, e que, obviamente, nos casos em que ocorrerem excessos de abonos, os Coordenadores serão chamados a prestar esclarecimentos à Diretoria); d) Verificar os valores corretos (pagamentos a maior e a menor), realizando os procedimentos cabíveis e que haja a melhoria dos controles quanto à realização e revisão de procedimentos manuais (Pendente - em verificação realizada, evidenciamos que dos 3 itens, 2 foram resolvidos);
--	------------------------------------	---

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

		<p>e) Atentar para instituição/melhoria dos controles (rotinas) do RH (acatada - A CODREH acatou a recomendação e informou que, no decorrer do exercício, todas as recomendações seriam atendidas. Estimou o prazo de implementação como sendo imediato, contudo melhorando à medida do processo de treinamento);</p> <p>f) Providenciar a entrega de todas as declarações ou documento de autorização de bens e rendas dos empregados faltantes (Pendente - A CODREH informou que foram realizadas cobranças de entrega de declaração de bens e rendas e/ou autorizações de acesso para todos os colaboradores desta Companhia por meio de mensagens nos cheques em 2015, porém, muitos deles ainda não entregaram, razão pela qual submeterá o assunto à DIAFIN para as providências que a diretoria julgar convenientes);</p> <p>g) Atentar para criação de rotinas para que sejam analisadas as possibilidades de acumulação ilegal de cargos públicos nos ditames da Constituição Federal (As declarações faltantes foram providenciadas pelo RH. A melhora destes controles será avaliada por ocasião de novos trabalhos de auditoria);</p> <p>h) Providenciar os exames periódicos dos empregados faltantes (Pendente - Observado o processo de sindicância, após o relatório final com a devida conclusão, verificamos que não foram tomadas providências quanto aos empregados que não entregaram a documentação);</p> <p>i) Proceder aos registros dos desligamentos de empregados no sistema SISAC-TCU (A CODREH informou que os registros no SISAC deverão ser atualizados no decorrer do mês de fevereiro/2016).</p>
--	--	---

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

6. GESTÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

<p>6.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:</p> <p>Certificar se a execução do orçamento encontra-se de acordo com orçamento aprovado.</p> <p>Medir eficiência empresarial.</p> <p>Verificar os índices de aplicação dos recursos disponíveis e as respectivas metas alcançadas.</p> <p>Verificar os entraves encontrados em caso de não atingimento das expectativas da empresa.</p> <p>Análise dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia Docas do Ceará - CDC, verificando o cumprimento e adequação das metas físicas e financeiras das ações definidas, solicitando justificativas para o caso de não atendimento.</p> <p>Análise dos Indicadores de Desempenho, sua avaliação e os resultados obtidos. Atendimento Portaria SEP nº 214 e Acôrdo nº 2167/2009, 1ª Câmara.</p>	<p>SIM</p> <p>Relatório 03/2016</p>	<p>a)</p> <p>O procedimento de avaliação dos resultados estratégicos da CDC com base no novo Planejamento Estratégico instituído pela CDC e na elaboração de indicadores de desempenho não foi realizado, haja vista a não finalização do ciclo de indicadores de gestão/desempenho (que compõem o Planejamento Estratégico). Após o fechamento dos dados referentes ao exercício de 2015, serão estabelecidas as metas a serem atingidas em 2016.</p> <p>b)</p> <p>A COAUDI recomendou a melhoria das rotinas das informações referentes à dotação e execução orçamentária, de forma a evitar casos como a ausência de compromisso orçamentário de pagamentos ocorridos no exercício (recomendação acatada).</p>	<p>(Feito dentro do PAINT 2016, haja vista que a consolidação da execução orçamentária ocorre apenas no exercício seguinte).</p>
--	--	---	--

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

7. GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1 CONTAS A RECEBER:	SIM	Relatório 10/2015	Citemos como principais recomendações:
Avaliar a eficácia dos controles internos e dos procedimentos de cobrança, documentos que respaldam os recebimentos, Norma de Faturamento, rotina de cobrança e estorno. Concliar saldos; verificar recebimento de parcelamentos e resarcimentos.	<p>a) Verificar as pendências constantes na conta contábil “Adiantamentos a Empregados” e solucioná-las (Acatada, porém pendentes algumas resoluções);</p> <p>b) Intensificar a cobrança de débito de resarcimento de empregado cedido (Em novo monitoramento realizado, MAR/16), constatamos que todos os resarcimentos estão em dia. A Resolução DIREXE nº 39/16, de 05.02.16 estabeleceu como limite o prazo de 60 dias para os atrasos de resarcimento).</p>		<p>Citemos como principais recomendações:</p> <p>a) Atentar para a devolução dos valores de ISS retidos e não recolhidos aos respectivos fornecedores (implementado);</p> <p>b) Providenciar a resolução das pendências referentes às consignações a pagar (acatado, contudo pendente algumas resoluções);</p> <p>c) Atentar para que todos os pagamentos sejam cadastrados no Sistema de Contas a Pagar (Por ocasião da Auditoria de Contratações Diretas, em NOV/DEZ-15, o procedimento foi testado e não evidenciamos, dentro da amostra, esta impropriedade);</p> <p>d) Atentar para o envio dos Relatórios de provisãoamento de ações judiciais para o setor de Contabilidade, a fim de que sejam realizados os registros contábeis necessários (A CODIJUR encaminhou o relatório com informações até a data de 30/06/2015 e, após, até a data de 31/12/2015).</p>
7.2 PASSIVO: Verificar a abrangência do Sistema, confiabilidade e consistência dos dados e contabilização. Verificar os pedidos de pagamento e pagamentos realizados. Análise das rubricas mais significativas do passivo, como obrigações previdenciárias (PORTUS, RTSA e INSS) e obrigações trabalhistas. Documentos que respaldam conciliações, depósitos bancários, pagamentos, cheques emitidos (conta fornecedores).	SIM	Relatório 06/2015	Citemos como principais recomendações:

TABELA 27 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

8. GESTÃO AMBIENTAL

		8. GESTÃO AMBIENTAL			
		8.1. GESTÃO AMBIENTAL: Avaliar a conformidade dos procedimentos adotados frente à legislação ambiental, bem como análise do cumprimento dos planos adotados pela Companhia Docas do Ceará - CDC e pendências anteriores e de auditorias ambientais externas.			
9	9.1. TREINAMENTO/CTA: Necessidade de Treinamento tem finalidade de aprimorar os conhecimentos e técnicas de trabalho. Os treinamentos pretendidos são com foco na área de Auditoria de Recursos Humanos, Formação de Auditor em nível mais avançado, avaliação de controles internos pelo modelo COSO, treinamento na área de contabilidade (inovações) e auditoria de Governaança na área de Tecnologia da Informação, bem como a participação nas Reuniões semestrais do CTA – Comissão Técnica de Auditoria instituída pela Presidência da República.	SIM Relatório 05/2015	Citemos como principais recomendações: a) Atentar para o cumprimento dos procedimentos do SGA (Acatado); b) Atentar para o cumprimento das metas previstas (a CODSMS acatou a recomendação, mas não apresentou Plano de Ação); c) Informar as ações que foram tomadas em relação ao que foi detectado nas inspeções feitas pela CODSMS e instituir controles para o acompanhamento das evidências e planos de ação (A CODSMS acatou a recomendação, informando que as ações corretivas seriam inspecionadas, caso não estivessem feitas).	* Realizados os seguintes treinamentos: “Amostragem básica – Aplicação em Auditoria” (19.10.15 a 21.10.15 – 14 horas); “Auditoria de TI – Fundamentos e práticas adotadas” (26.10.15 a 29.10.15 – 32 horas), “Gestão de riscos no setor público – Presidência da República” (19.10.15 a 23.10.15 – 20 horas); e “10ª Reunião do Comitê Técnico de Auditoria da Presidência da República – CTA/PR” (16.11.15 a 17.11.15 – 16 horas).	
	9.2 PAINT/2016:	SIM Plano Anual de Auditoria aprovado e encaminhado à CISET/PR.			
	9.3 RAINT/2015:	SIM Relatório Anual de Auditoria aprovado e encaminhado à CISET/PR.			



D) EVENTUAIS ADEQUAÇÕES NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE DE AUDITORIA, INCLUSIVE REPOSIÇÃOAMENTO NA ESTRUTURA DA ENTIDADE, DEMONSTRANDO OS GANHOS OPERACIONAIS DELES DECORRENTES:

Não houve recentemente redesenhos feitos na estrutura organizacional da unidade da Auditoria Interna da CDC.

Seu quadro de lotação conta com 03 membros: Coordenadora de Auditoria (Titular da Unidade), com formação em Direito, e dois profissionais que atuam na Assessoria Técnica desta Coordenadoria, com formações em Ciências Contábeis e Direito. Além disso, há colaboração de dois Estagiários.

Encontra-se em andamento estudo para elaboração de Concurso Público, mas ainda não há definição quanto se haverá mudanças no quadro da Auditoria Interna com intuito de melhorar o Setor.



5.5 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Esta Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República (CISET), conforme determina o § 3º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30/07/2005, a qual exerce as atribuições de Unidade Seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice Presidência da República.

A Presidência e a Vice Presidência da República passaram a contar com a estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de 02/03/2012, que em seu inciso XII do art. 21 do Anexo I, estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas, e da Vice Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correcionais.

Dentre os procedimentos que seriam adotados para condução dos trabalhos correcionais, dos quais podemos destacar são os seguintes:

- i) inspeções de correição;
- ii) acompanhamento na condução de Sindicâncias e Processo Administrativos Disciplinares;
- iii) auxílio ao Gestor na tomada de decisão de procedimentos disciplinares; e
- iv) realização de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em infrações disciplinares de menor gravidade;
- v) Processo Administrativo de Fornecedores etc.

Inobstante a criação do referido órgão de correição no âmbito da CISET/CDC, em nada cessa a competência originária desta Unidade Gestora quanto à instauração de procedimentos apuratórios, conforme podemos verificar através da criação de Sindicâncias instauradas entre 2010 a 2015, em que listamos abaixo:

TABELA 28 – DEMONSTRATIVO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INSTAURADOS

Órgão/ Entidade	Nº Processo	Tipo de Processo	Nome do Acusado/ Indiciado	CPF	Motivos que levaram à instauração do procedimento	Fase do Procedimen- to ou penalidade aplicada
CDC	20110532-1	Sindicância	José Gentil Tavares	116.965.285-35	Apuração de Denúncia (Empregado trabalhando embriagado)	Não concluída
CDC	20110532-1	Sindicância	Leonardo da Fonseca Verçosa	318.470.803-91	Apuração de Denúncia (Empregado trabalhando embriagado)	Não concluída
CDC	20120055-1	Sindicância	Carlos Hailton de Sá Cardoso	110.672.003-63	Desvio de Conduta Ética	Processo arquivado sem aplicação de sanção
CDC	20120600-1	Sindicância	Leonardo da Fonseca Verçosa	318.470.803-91	Desvio de Conduta Ética	Concluída (Suspensão de 2 dias sem Vencimento)

TABELA 28 – DEMONSTRATIVO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INSTAURADOS

Órgão/ Entidade	Nº Processo	Tipo de Processo	Nome do Acusado/ Indiciado	CPF	Motivos que levaram à instauração do procedimento	Fase do Procedimen- to ou penalidade aplicada
CDC	20130851-1	Sindicância	Francisco Carlos de Moura	135.683.453-15	Desvio de Conduta Ética	Concluída (Aplicada Censura Ética)
CDC	20130876-1	Sindicância	Aderson Silveira Aragão	104.909.223-68	Desvio de Conduta Ética	Concluída (Aplicada Advertência)
CDC	20140994-1	Sindicância	Carlos Ivan Brito da Cruz	164.201.793-00	Desvio de Conduta Ética	Concluída (Aplicada Censura Ética)
CDC	20141177-1	Sindicância	José Darci Sobreira	115.955.073-53	Desvio de Conduta Ética	Concluída (Aplicada ACPP)
CDC	201509271-1	Sindicância	Aderson Silveira Aragão	104.909.223-68	Desvio de Conduta Ética	Concluída (Aplicada Carta de Repúdio)



5.6 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Companhia Docas do Ceará – CDC reúne uma vasta gama de atividades que possuem riscos relacionados aos seus processos. É primordial que haja um planejamento estruturado para adereçar esses riscos, de forma a criar e preservar o valor da entidade.

Para a efetivação do Programa de Gerenciamento de Riscos da CDC foi criado o Comitê de Riscos, composto por pelo menos um representante de cada Diretoria. Na Companhia, a referida Comissão foi instituída através da Portaria nº 14/2015, de 13/05/2015. Após a instituição do Comitê de Riscos, foram realizadas reuniões para identificar a metodologia e discutir pontos sobre as particularidades e realidade da CDC quanto à implantação do Programa de Gerenciamento de Riscos. A metodologia de gerenciamento de riscos consiste no *framework* estabelecido pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, que possui a finalidade de apresentar uma estratégia sólida, capaz de identificar, avaliar e administrar riscos. Devido ao fato de ser uma metodologia amplamente utilizada e difundida, esse método foi o escolhido como embasamento do Programa de Riscos da CDC. A proposta do comitê previu o mapeamento dos processos das áreas da CDC, iniciando com as áreas que apresentaram maior potencial de eventos que poderiam incluir situações de impacto na governança da Empresa, seguida das demais áreas em segundo momento. O Comitê citado definiu que as áreas Financeira e Operacional seriam as primeiras a serem mapeadas, nas quais foram evidenciados aspectos de identificação das categorias de objetivos da área, em termos de governança e seus eventos críticos que impactavam diretamente no gerenciamento do risco.

Em relação à sistemática gestão de riscos, a CDC adota várias medidas de controles: possui uma unidade de Auditoria Interna, uma Coordenadoria de Controle, responsável por instituir rotinas e fluxos, revisão de normativos e cobrança de pendências; possui dois Conselhos (Fiscal e de Administração) atuantes, monitorando e dando sugestões para a melhoria da gestão; e, atendimento às recomendações dos órgãos de Controle Interno e de Auditoria Interna.

A Companhia Docas do Ceará possui Estatuto Social, Regimento Interno e Organograma adequados às suas atividades e conta ainda com instruções formalizadas através de Normas Internas para fortalecer os atos e procedimentos administrativos e minimizar riscos. Os normativos internos são formalizados, aprovados pela Diretoria Executiva, sofrem atualizações, também aprovadas pela Diretoria Executiva e estão disponibilizados em Intranet ao alcance de todos os Empregados da Companhia. A CDC conta com Comissão de Ética e Código aprovado e publicado na Intranet da CDC para conhecimento dos Empregados. Quanto aos procedimentos de controle, existem procedimentos quanto à alçada (movimentação de recursos financeiros; autorizações de contratações; conciliações), segurança física (controle de acesso; inventários anuais). Com relação à comunicação, a CDC utiliza-se de sistemas



geradores de relatórios (Financeiro, Operacional, Contas a Pagar, Pessoal e Patrimônio). Existem ações da área de Comunicação da Empresa, utilizando o *site* e Intranet para informações sobre notícias do Porto e de interesse do Porto. A Intranet da Empresa foi reformulada, contendo notícias, informes, informações sobre pessoal (atendendo recomendação da CISET), dentre outros assuntos de interesse dos Empregados. As Normas Internas são publicadas na Intranet. Dessa forma a comunicação tende a chegar aos mais diversos níveis da Empresa. Quanto ao monitoramento, os controles internos são constantemente revistos pela Auditoria Interna e órgãos de controle. As recomendações de controle realizadas pela Auditoria Interna tem sempre o objetivo de eliminar/mitigar os riscos com perdas e desvios e atendimento à legislação e normas.

A CDC dispõe de Indicadores Estratégicos de Desempenho resultantes do redesenho dos Indicadores da Portaria SEP nº 214, aprimorados com a elaboração do Planejamento Estratégico da Companhia. Os Indicadores dividem-se nas seguintes categorias: Financeira e Social; Comercial; Clientes; Procesos Internos; e Pessoas, Tecnologia e Inovação.



5.7 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DOS COLEGIADOS

Esta CDC tem como base normativa para honorários fixos dos Diretores o que diz o Decreto-Lei nº 2.355/1987:

“art. 3º Os honorários mensais dos dirigentes das entidades estatais serão fixados por decreto do Poder Executivo, facultado a estes optar pela percepção, a esse título, de importância equivalente:

- I. à retribuição de seu cargo ou emprego na entidade de origem; ou
- II. à maior retribuição paga a empregado da entidade estatal para a qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.

§ 1º O dirigente que optar pela forma de retribuição prevista neste artigo fará jus a um acréscimo correspondente a 20% (vinte por cento) da remuneração do cargo para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.”

O Exercício de 2012 foi o último em que para definição de remuneração de Diretor, o Decreto-Lei retromencionado foi considerado. Desde então a remuneração permaneceu a mesma, apenas com reajuste no auxílio alimentação, auxílio saúde, remuneração variável trimestral, férias e gratificação natalina.

A composição da remuneração dos Diretores tem alguns elementos fora o honorário fixo, e estas estão descritas abaixo:

- **GRATIFICAÇÃO NATALINA E DE FÉRIAS:** o DEST tem orientado a manutenção dos pagamentos de férias e gratificação natalina, porém ressalta que a venda de férias não seja praticada. A base de cálculo utilizada é de 01 (um) honorário fixo somado a média do valor do honorário variável pago dentro do período aquisitivo.
- **QUARENTENA REMUNERADA:** a Lei nº 12.813/2013 trata sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e, conforme orientação do DEST, foi incluída a quarentena na planilha de remuneração, uma vez que está previsto no Estatuto da CDC. Ressalte-se que o valor da quarentena equivale apenas ao honorário mensal, sem qualquer benefício ou encargo.
- **ASSISTÊNCIA MÉDICA E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO:** o reajuste da rubrica “fixa” se limita ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses;
- **SEGURADO DE VIDA:** o reajuste será de acordo com o contrato firmado entre CDC e empresa contratada;
- **FGTS:** nos termos do Decreto nº 99.684/1990, o benefício do FGTS é obrigatoriamente estendido aos Diretores das estatais federais.



O encaminhamento e a aprovação da remuneração dos dirigentes acontece da seguinte forma:

1. A planilha detalhada de remuneração dos dirigentes é elaborada pela Coordenadoria de Recursos Humanos - CODREH e submetida à Diretoria Executiva - DIREXE e Conselho de Administração - CONSAD para aprovação e posterior envio à Secretaria de Portos – SEP, que, julgando oportuno, submete ao DEST para análise e aprovação, nos termos do Decreto nº 8.189/2014;
2. Em seguida, a planilha é restituída à SEP, que a envia, juntamente com a manifestação do DEST à Assembléia Geral dos Acionistas para aprovação final do pagamento dos valores reajustados.

Na composição da remuneração dos dirigentes consta uma rubrica de remuneração variável e para que os Diretores percebam tal valor é realizada uma avaliação trimestral cujas metas e percentuais de pagamento são previamente definidas pelo DEST, para pagamento no trimestre subsequente. Abaixo os Indicadores mensurados:

- Ações de planejamento e desenvolvimento portuário;
- Ações de gestão logística de operações;
- Ações de gestão patrimonial;
- Ações de sustentabilidade econômica financeira;
- Ações de gestão administrativa e de pessoas;
- Ações de sustentabilidade ambiental e integração com a comunidade; e
- Ações de expansão e manutenção da infraestrutura .

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal obedece ao que diz a Lei nº 9.292/1996:

“art. 1º A remuneração mensal devida aos membros dos conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais, bem como das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas.”



5.7.1. DESCRIPTIVO DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

TABELA 29 - REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME DO CONSELHEIRO	PERÍODO												TOTAL NO EXERCÍCIO		
	Início	Fim	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Aderson Silveira Aragão	-	-	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	29.565,03
Antonia Rubenita T. Lima	01/2015	04/2015	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	-	-	-	-	-	-	-	-	9.477,43
Alexandre Lacerda Landim	05/2015	12/2015	-	-	-	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	20.087,60
Bruno Iughetti	-	-	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	29.565,03
Cesar Augusto Pinheiro	08/2015	12/2015	-	-	-	-	-	-	-	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	12.554,75
Joaquim Firmino Filho	01/2015	04/2015	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	-	-	-	-	-	-	-	-	9.477,43
José Valmir Paulino Dias	01/2015	04/2015	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	-	-	-	-	-	-	-	-	9.477,43
José Alfredo de Albuquerque	11/2015	12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.021,90
Luiz Fernando dos Santos	04/2015	10/2015	-	-	-	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	-	-	17.576,65
Mario Jorge C. Moreira	01/2015	07/2015	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	-	-	17.010,28
Maria da Glória Felgueiras	06/2015	12/2015	-	-	-	-	-	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	17.576,65
Rafael Magalhães Furtado	05/2015	12/2015	-	-	-	-	-	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	20.087,60
Rita de Cássia V. Munck	01/2015	03/2015	2.322,16	2.322,16	2.322,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.966,48
TOTAL GERAL													204.444,26		

TABELA 30 - REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

NOME DO CONSELHEIRO	PERÍODO											REMUNERAÇÃO				TOTAL NO EXERCÍCIO
	Início	Fim	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Aloísio Augusto Queiroz (T)	05/2015	12/2015	-	-	-	-	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	20.087,60	
Fábio Lavor Teixeira (T)	-	-	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	29.565,03	
Francisco José Moura (T)	05/2015	12/2015	-	-	-	-	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	20.087,60	
João Honório de Carvalho (S)	07/2015	10/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.510,95	
Kariana Figueiredo (S)	01/2015	03/2015	-	-	2.322,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.322,16	
Lúcia Maria Cruz Sousa (T)	01/2015	04/2015	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	-	-	-	-	-	-	-	9.477,43	
Luisa Helena Freitas de Sá Cavalcante (T)	-	-	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	2.510,95	29.565,03	
Robson de Souza Andrade (T)	01/2015	04/2015	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.322,16	2.510,95	-	-	-	-	-	-	-	9.477,43	
TOTAL GERAL															123.093,23	

Legenda: (T) = Titular e (S) = Suplente.

TABELA 31 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO: COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - DIRETORIA ESTATUTÁRIA		EXERCÍCIO	
REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS		2015	2014
Número de Membros:		04	04
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)		1.118.245,69	1.152.079,01
a) salário ou pró-labore		885.695,27	847.954,58
b) benefícios diretos e indiretos *		112.521,85	54.642,72
c) remuneração por participação em comitês		-	-
d) outros		**120.028,57	249.481,71
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)		181.351,17	111.970,01
e) bônus		-	-
f) participação nos resultados		-	-
g) remuneração por participação em reuniões		-	-
h) comissões		-	-
i) outros ***		181.351,17	111.970,01
III - Total da Remuneração (I + II)		1.299.596,86	1.264.049,02
IV - Benefícios pós-emprego		-	-
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		-	-
VI - Remuneração baseada em ações		-	-

* benefícios diretos e indiretos: vale alimentação + auxílio saúde + VGS + resarcimento de taxi;

** valor pago de rescisão quando da desistuição do Diretor de Administração e Finanças em Agosto/2015 + gratificação natalina + terço constitucional de férias;

*** a remuneração variável paga se refere a metas atingidas, com percentual definido e autorizado pela SEP.

TABELA 32 - SÍNTese DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO: COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Número de Membros:	REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS		EXERCÍCIO
	2015	2014	
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)			233.442,60
a) salário ou pró-labore	13	13	252.503,50
b) benefícios diretos e indiretos *		204.444,26	185.872,63
c) remuneração por participação em comitês		48.059,24	47.569,97
d) outros **	-	-	-
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros ***	-	-	-
III - Total da Remuneração (I + II)		252.503,50	233.442,60
IV - Benefícios pós-emprego		-	-
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		-	-
VI - Remuneração baseada em ações		-	-

* benefícios diretos e indiretos: VGS + resarcimento de taxi;
O CONSAD é composto de 07 (sete) membros fixos. Ressaltamos que estão contabilizados à tabela acima, todos que foram investidos no Cargo durante o Exercício.



TABELA 33 - SÍNTES DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO: COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CONSELHO FISCAL

Número de Membros:	REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS		EXERCÍCIO
	2015	08	
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	170.234,53		169.706,26
a) salário ou pró-labore		123.093,23	118.705,62
b) benefícios diretos e indiretos *		47.141,30	51.000,64
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros **	-	-	-
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-		-
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros ***	-	-	-
III - Total da Remuneração (I + II)	170.234,53		169.706,26
IV - Benefícios pós-emprego		-	-
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		-	-
VI - Remuneração baseada em ações		-	-

* benefícios diretos e indiretos: VGS + resarcimento de taxi
O CONFIS é composto de 04 (quatro) membros Titulares e de 04 (quatro) membros Suplentes.

TABELA 34 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO: COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - DIRETORIA ESTATUTÁRIA		EXERCÍCIO
RECONHECIMENTO DE BÔNUS E PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS		
	2015	2014
I - Bônus (a+b+c+d)	393.429,50	233.088,93
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
b) valor máximo previsto no plano de remuneração	240.599,28	117.730,50
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	152.830,22	115.358,43
d) valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	-	-
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-
III – Total (I + II)	393.429,50	233.088,93



5.8 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

A CDC contrata anualmente os serviços de Auditoria Independente. No Exercício de 2015 foi realizado certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2015 para a contratação do serviço de Auditoria Externa relativa ao Exercício de 2015, no valor estimado de R\$ 34.166,67 (trinta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

O contrato nº 27/2015, no valor de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), foi firmado entre a CDC e a empresa Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S – EPP, CNPJ nº 23.562.663/0001-03, com sede na Rua Monsenhor Bruno, nº 1.600, Aldeota, CEP 60.115-191, cujo objeto é a contratação de Auditoria Externa referente ao Exercício de 2015, que abrange os seguintes serviços: auditoria dos registros contábeis e controles atinentes, formalizados através de Parecer de Auditor Independente, na sua forma padronizada e legislação em vigor, registrando se as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, o resultado de suas operações, as mutações de seu Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa no encerramento do Exercício, enfim, abrigando todas as práticas contábeis adotadas para o tipo de serviço, tendo a contratada que:

a) Emitir os seguintes relatórios:

- Relatório sobre os pontos de controle interno identificados pelos Auditores Externos no Exercício de 2014;
- Relatório de auditoria preliminar, em que poderão ser apresentadas recomendações para a melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis, para fins de fechamento das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2015;
- Relatório final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015 e Notas Explicativas, composto do Parecer do Auditor Independente.

b) Participar das reuniões de aprovação das Contas da CDC, com a presença do auditor responsável técnico.



5.9 POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE

5.9.1. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PPLR:

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR (para Empregados) é a distribuição de parcela de Lucro Líquido da Empresa destinada aos seus Empregados, como fator fundamental para uma melhor integração da relação capital/trabalho.

O PPLR tem proporcionalidade ao tempo de trabalho dentro do período de verificação e ao montante disponível para distribuição. Para o cálculo da parcela a ser recebida pelo Empregado, considera-se 1/12 (um doze avos) para um período mínimo de 15 (quinze) dias efetivamente trabalhados no mês. O alinhamento e o cumprimento das legislações específicas pertinentes também são considerados na verificação, bem como o desempenho da Companhia, de forma estratégica, coletiva e individual.

O monitoramento do Programa, quanto ao cumprimento dos critérios aprovados pelo DEST, a forma de distribuição, a qualidade e a veracidade dos dados são realizados pela Diretoria Executiva - DIREXE e pelo Conselho de Administração - CONSAD, órgãos que têm a missão de definir a Política de Gestão e o estabelecimento de metas. A DIREXE e o CONSAD procedem à apuração dos resultados da Companhia com base nos Indicadores de melhor performance ao final do Exercício, contando com o auxílio direto da Auditoria Interna.

No Exercício de 2015, a CDC não pagou nada referente ao PPLR, embora o Programa tenha sido aprovado pelo DEST, por não atender ao requisito primordial que é a obtenção de lucro.

5.9.2. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL - RVA:

A Remuneração Variável Anual - RVA (para Dirigentes) é um dos tipos de remuneração variável definida pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, cujo montante deve ser múltiplo de honorário pago em quatro anos, a ser ponderado pelo cumprimento das metas fixadas por aquele Departamento. A primeira parcela à vista (60%) depende apenas das metas, e dos requisitos, ficando as parcelas diferidas (20%, 10% e 10%) sujeitas à reversão, se o resultado cair 20%.

Os indicadores devem ser multifacetados e vinculados ao Planejamento Estratégico, e, conter duas avaliações objetivas: Corporativa e Unidade de Negócio, e, uma subjetiva: Colegiada.

São esses os requisitos para acionar a RVA:

I - Não apurar prejuízo no ano a que se referem as metas;

II - Não estar classificada como empresa dependente;



III - Atribuir aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório;

IV - Ter autorização do Estatuto Social e da Assembléia;

V - Ter metas anuais aprovadas pelo DEST;

VI - Pagar Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos empregados.

A CDC não pagou no Exercício findo nada referente a RVA por não atender aos requisitos necessários ao açãoamento da mesma.



5.10 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE

O item em comento não se aplica a Companhia Docas do Ceará.



CAPÍTULO 6: RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE



6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O serviço de Ouvidoria da CDC, instalado em Setembro de 2010, em conformidade ao Termo de Ajuste de Conduta ANTAQ nº 007/2010-SPO, tem por objetivo ampliar o atendimento aos usuários do Porto de Fortaleza com a disponibilização de um canal eficaz de comunicação aos que desejarem se pronunciar sobre as ações do Porto.

O papel da Ouvidoria é oferecer agilidade nas soluções e respostas aos itens apontados pelos usuários para assim contribuir com o bem-servir da Empresa de um modo geral. Para tanto, entre os canais de acesso à Ouvidoria da CDC, destaquemos:

- Presencial: com atendimento em horário comercial, nas dependências da Estação de Passageiros, Sala 21 – Saguão;
- Telefone/Fax: 85 3266.8828;
- E-mail: ouvidoria@docasdoceara.com.br;
- Site: www.docasdoceara.com.br - com link próprio dentro da página institucional da CDC na Internet;
- Urnas de comunicação: instaladas com a oferta de formulários próprios, no Prédio da Estação de Passageiros, no Prédio do Núcleo de Apoio Portuário – NAP e no Prédio do Centro Vocacional Tecnológico – CVT Portuário.

Em 2015 a CDC registrou 32 (trinta e duas) manifestações, sendo:

13 (treze) Reclamações:

Área respondeu e atendeu: 05 (cinco) Manifestações.

Área respondeu e atendeu parcialmente: 01 (uma) Manifestação;

Área respondeu e não atendeu: 07 (sete) Manifestações.

10 (dez) Solicitações:

Área respondeu e atendeu: 04 (quatro) Manifestações.

Área respondeu e não atendeu: 05 (cinco) Manifestações;

Área não respondeu e não atendeu: 01 (uma) Manifestação.

05 (cinco) Denúncias:

Área respondeu e atendeu: 04 (quatro) Manifestações.

Área respondeu e não atendeu: 01 (uma) Manifestação;



01 (uma) Sugestão:

Área respondeu e atendeu: 01 Manifestação.

01 (um) Elogio:

Área respondeu: 01 (um).

01 (uma) Crítica:

Área respondeu e atendeu: 01 Manifestação.

A CDC também dispõe do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, em conformidade a Lei de Acesso à Informação - LAI nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. A LAI dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso à informação ao cidadão. Especificamente o art. 9º, inciso I da LAI, refere-se à criação do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Esse serviço atende as solicitações dos cidadãos através do e-SIC, sistema unificado, desenvolvido e implantado pela Controladoria da União.

Através do e-SIC, o cidadão ao solicitar uma informação da CDC, são tomadas as devidas providências para a abertura de um processo com a solicitação da informação requerida e encaminhada para a área questionada. Esta tem um prazo de 20 (vinte) dias para responder, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias. Caso a CDC não responda ao cidadão, sofre penalidades previstas na Lei de Acesso à Informação.

Em 2015 a CDC registrou 25 (vinte e cinco) acessos ao SIC com todas as solicitações atendidas em conformidade aos pedidos formatados pelo Canal.

6.2 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A TUAÇÃO DA UNIDADE

Em seu site, www.docasdoceara.com.br, a CDC disponibiliza *link* para a viabilização do acesso rápido à Lei de Acesso à Informação – LAI. O referido *link*, automaticamente, redireciona o cidadão/usuário ao endereço <http://sistemas.docasdoceara.com.br/lai>, onde se encontram todas as informações garantidoras da transparência da Gestão Pública aplicada à CDC, conforme abaixo:

FIGURA 2 - ENDEREÇO ELETRÔNICO DA COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

<http://www.docasdoceara.com.br>

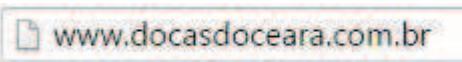


FIGURA 3 - LINK DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

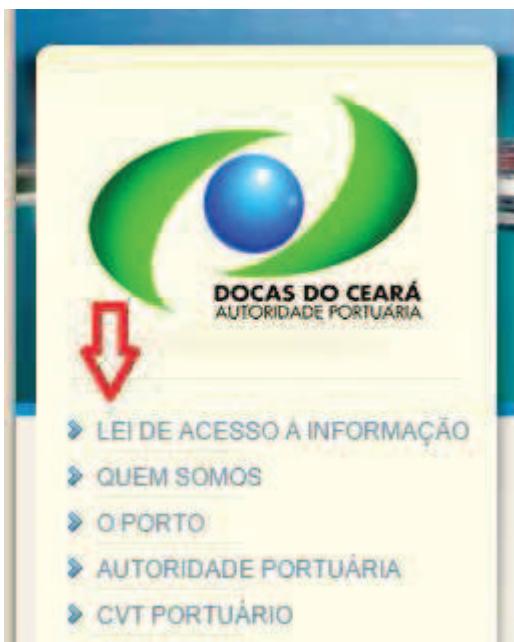




FIGURA 4 - MENU LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

ACESSO À INFORMAÇÃO

- Institucional
- Ações e Programas
- Auditorias
- Convênios
- Despesas
- Licitações e Contratos
- Servidores
- Perguntas Frequentes
- Sobre a Lei de Acesso a Informação
- Serviço de Informação ao Cidadão - SIC
- Informações Classificadas

FIGURA 5 - MENU AUDITORIAS/RELATÓRIO DE GESTÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACESSO À INFORMAÇÃO

- Institucional
- Ações e Programas
- Auditorias  1
- Convênios
- Despesas
- Licitações e Contratos
- Servidores
- Perguntas Frequentes
- Sobre a Lei de Acesso a Informação
- Serviço de Informação ao Cidadão - SIC
- Informações Classificadas

Serviço De Acesso à Lei De Informação > **Auditorias**

Auditorias

• Relatório de Gestão/ Prestação de Contas  2

Relatório de Gestão / Prestação de Contas

Sistema De Acesso A Lei Da Informação - Relatórios Gerenciais  3



FIGURA 6 - MENU PROCESSOS DE CONTAS ANUAIS

Processos de contas anuais

EXERCÍCIO 2005

[Relatório de Gestão - 2005](#)

[Relatório - auditoria](#)

EXERCÍCIO 2006

[Relatório de Gestão - 2006](#)

[Relatório - auditoria Parecer ministerial](#)

EXERCÍCIO 2007

[Relatório de Gestão 2007](#)

[Relatório - auditoria](#)

EXERCÍCIO 2008

[Relatório de Gestão - 2008](#)

EXERCÍCIO 2009

[Relatório de Gestão 2009](#)

[Relatório Auditoria 2009](#)

EXERCÍCIO 2010

[Relatório de Gestão 2010](#)

EXERCÍCIO 2011

[Relatório de Gestão 2011](#)

[Relatório de Auditoria de Gestão Certificado de Auditoria Parecer do Dirigente de Controle Interno](#)

EXERCÍCIO 2012

[Relatório de Gestão 2012](#)

EXERCÍCIO 2013

[Relatório de Gestão 2013](#)

[Relatório de Auditoria 2013](#)

EXERCÍCIO 2014

[Relatório de Gestão 2014](#)



CAPÍTULO 7: DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

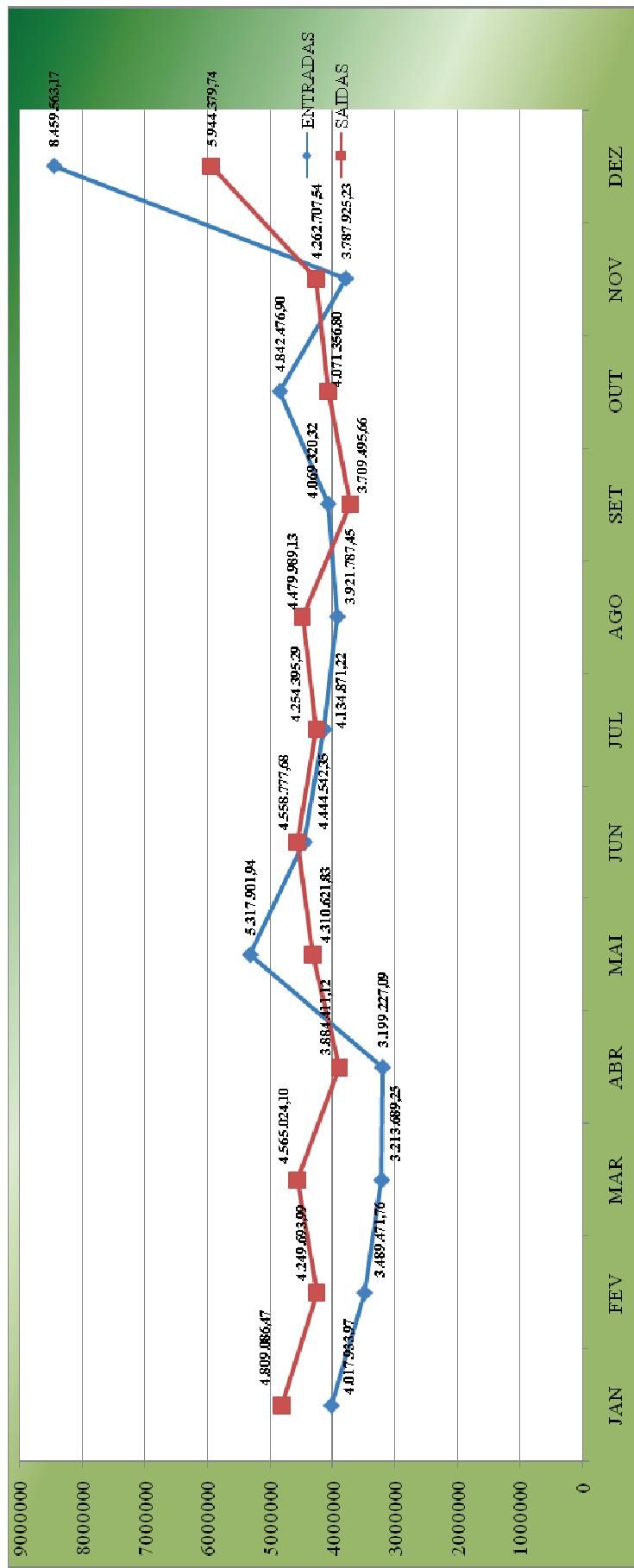
TABELA 35 – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO

HISTÓRICO DE ENTRADAS FINANCEIRAS												MÉDIA	
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	MÉDIA
4.017.933,97	3.489.471,76	3.213.689,25	3.199.227,09	5.317.901,94	4.444.542,35	4.134.871,22	3.921.787,45	4.069.320,32	4.842.476,90	3.787.925,23	8.455.563,17	52.898.710,65	4.408.225,89
HISTÓRICO DE SAÍDAS FINANCEIRAS													
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	MÉDIA
4.809.086,47	4.249.693,99	4.565.024,10	3.884.411,12	4.310.621,83	4.558.777,68	4.254.395,29	4.479.989,13	3.709.495,66	4.071.356,80	4.262.707,54	5.944.379,74	53.099.939,35	4.424.994,95

TABELA 36 – RELATÓRIO DO COMPARATIVO DE ENTRADAS X SAÍDAS

ENTRADAS FINANCEIRAS X SAÍDAS FINANCEIRAS												
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
ENTRADAS FINANCEIRAS	4.017.933,97	3.489.471,76	3.213.689,25	3.199.227,09	5.317.901,94	4.444.542,35	4.134.871,22	3.921.787,45	4.069.320,32	4.842.476,90	3.787.925,23	8.459.563,17
SÁIDAS FINANCEIRAS	4.809.086,47	4.249.693,99	4.565.024,10	3.884.411,12	4.310.621,83	4.558.777,68	4.254.395,29	4.479.989,13	3.709.495,66	4.071.356,80	4.262.707,54	5.944.379,74
DIFERENÇA	(791.152,50)	(1.351.334,85)	(760.222,23)	(1.142.235,33)	1.007.280,11	(119.524,07)	(558.201,68)	359.824,66	771.120,10	(474.782,31)	2.515.183,43	

FIGURA 7 - GRÁFICO DO COMPARATIVO DE ENTRADAS FINANCEIRAS X SAÍDAS FINANCEIRAS





ANÁLISE CRÍTICA

A Companhia Docas do Ceará - CDC desde 2014 vem apresentando resultados deficitários, tanto em termos econômicos quanto financeiros.

Cumpre informar que desde Julho/2014, através de uma exposição de motivos, foi solicitado a ANTAQ um reajuste tarifário de 36,83% (trinta e seis vírgula oitenta e três por cento) como uma das medidas de promoção do reequilíbrio econômico e financeiro da CDC. Tal pleito somente foi atendido em maio de 2015, com um percentual aprovado de 22,50% (vinte e dois vírgula cinqüenta por cento).

O reajuste autorizado, considerando a defasagem temporal e o percentual aquém do pleiteado, não atendeu a nossa plena necessidade, contribuindo para a permanência da situação deficitária da Companhia, bem como para a eliminação de todas as nossas reservas.

Inobstante a adoção de políticas que visam o aumento de produtividade e a redução de despesas, as tarifas do Porto não estão gerando receitas suficientes para suprir suas despesas, as quais vêm sofrendo majorações.

Em decorrência dos problemas acima elencados, a CDC no Exercício de 2015 apresentou prejuízo econômico no montante de R\$ 18.833.687,22 (dezoito milhões, oitocentos e trinta e três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos). Não diferente, o déficit financeiro totalizou o montante de R\$ 8.704.931,20 (oito milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e trinta e um reais e vinte centavos) para o mesmo Exercício.

Frente à situação financeira da CDC, esta vem envidando esforços para o melhor gerenciamento dos recursos financeiros no intuito de honrar com suas obrigações.



7.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A Companhia Docas do Ceará não possui implantado em seus controles um sistema de custos. A gama de serviços prestados é muito complexa, não sendo possível quantificar o custo unitário por item tarifário (serviço).

A Secretaria de Portos da Presidência da República está desenvolvendo um sistema de custos o qual futuramente poderá viabilizar as informações necessárias.



7.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 E NOTAS EXPLICATIVAS

O Item encontra-se contemplado no Capítulo 11, denominado Anexos e Apêndices deste Relatório de Gestão.



CAPÍTULO 8: ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 GESTÃO DE PESSOAS

8.1.1. ESTRUTURA DA PESSOAL DA UNIDADE:

A) FORÇA DE TRABALHO:

TABELA 37 - FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em Cargos Efetivos (1.1+1.2)	137	116	-	11
1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	137	116	-	11
1.2.1 Servidores de Carreira vinculada ao Órgão	137	116	-	11
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidores de Carreira em Exercício Provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidores requisitados de outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
2 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3 Servidores sem vínculo com a Administração Pública	20	32	18	21
4 Total de Servidores (1+2+3)	157	148	18	32

B) DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA:

TABELA 38 – DISTRIBUIÇÃO LOTAÇÃO EFETIVA DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1 Servidores em Cargos Efetivos (1.1)	36	80
1.1 Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	36	80
1.1.1 Servidores de Carreira vinculada ao Órgão	36	80
1.1.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-
1.1.3 Servidores de Carreira em Exercício Provisório	-	-
1.1.4 Servidores requisitados de outros Órgãos e Esferas	-	-
2 Servidores com Contratos Temporários	-	-
3 Servidores sem vínculo com a Administração Pública	26	06
4 Total de Servidores (1+2+3)	62	86

C) DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS E GRATIFICAÇÕES TÉCNICAS:

TABELA 39 – ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS E GRATIFICAÇÕES TÉCNICAS DA UPC

Tipologias de Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Funções Comissionadas	33	31	22	22
1.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
1.2 Grupo de Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1 Servidores de Carreira vinculada ao Órgão	23	07	03	01
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidores de outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4 Sem Vínculo	10	22	18	21
1.2.5 Aposentados	-	02	01	-
2 Gratificações Técnicas	42	39	02	06
2.1 Servidores de Carreira vinculada ao Órgão	29	15	01	01
2.2 Servidores de Carreira em exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3 Servidores de outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
2.4 Sem Vínculo	13	10	-	-
2.5 Aposentados	-	14	01	05
3 Total de Servidores em Cargos e em Funções (1+2)	75	70	24	28

D) QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:

TABELA 40 – ESTRUTURA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS E GRATIFICAÇÕES TÉCNICAS DA UPC

Tipologias dos Cargos	Quantitativo de Pessoal por Nível de Escolaridade						
	Fundamental I		Fundamental II		Médio		Superior
	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo
1 Provimento de Cargo Efetivo							
1.1 Servidores de Carreira	06	01	29	12	22	09	36
2 Provimento de Cargo em Comissão							
2.1 Funções Comissionadas e Gratificações Técnicas	-	-	-	-	-	05	27
3 Diretores							
3.1 Diretor sem vínculo	-	-	-	-	-	-	03
3.2 Diretor Empregado	-	-	-	-	-	-	01
4 Total (1+2+3)	06	01	29	12	22	14	67

E) POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO:

A Companhia Docas do Ceará mantém um Programa Anual de Capacitação/Treinamento aprovado pela Diretoria Executiva - DIREXE e pelo Conselho de Administração – CONSAD.

O Programa é a ferramenta utilizada pela CDC para capacitar seus colaboradores, tendo como principal mecanismo de formulação a participação de todos os Setores. Cada responsável por área indica a demanda de treinamento de acordo com a competência e a situação funcional de cada Empregado, por

meio do preenchimento de formulários referentes ao Levantamento das Necessidades de Treinamento – LNT.

O objetivo geral do Programa é fazer com que os Empregados garantam seu aperfeiçoamento e qualificação técnica/funcional, de acordo com as respectivas competências, proporcionando a melhoria, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados, bem como a realização pessoal e profissional no cumprimento da missão da Companhia.

F) INDICADORES GERENCIAIS DE GESTÃO DE PESSOAS:

Os Indicadores Estratégicos de Desempenho, resultantes do Planejamento Estratégico (2015 - 2018) da CDC, contemplam índice denominado Pessoal, Tecnologia e Inovação que ampara, dentre outros, os indicadores de Assiduidade e Otimização de Hora Extra já descritos neste Relatório de Gestão.

Indicadores com mais especificidades que atentem para a Gestão de Pessoas serão absorvidos quando da elaboração da Avaliação de Desempenho que será parte integrante do Plano de Cargos, Funções, Carreira e Salário da Companhia.

G) ANÁLISE CRÍTICA DA FORÇA DE TRABALHO

A Companhia atualmente conta com um total de 151 (cento e cinquenta e um) Empregados compondo a sua Força de Trabalho, sendo 116 (cento e dezesseis) Efetivos e 35 (trinta e cinco) ocupantes de Funções Comissionadas e de Gratificações Técnicas sem vínculo. O número de afastamentos registrados - 04 (quatro) Aposentados por Invalidez - não afeta, de forma considerável, a Força de Trabalho. Entretanto, vale destacar que, além do fato de a faixa etária dos Empregados Efetivos ser bastante elevada, o número de Aposentados ainda na ativa é da ordem de 70 (setenta) Empregados, representando 60,34% dos Efetivos.

Objetivando a renovação da Força de Trabalho, a CDC estuda viabilizar um Plano de Demissão Voluntária - PDV e a realização de Concurso Público. Em Dezembro de 2015, foi firmado um acordo junto ao Ministério Público do Trabalho, no sentido de promover a demissão assistida (parcelada) de 08 (oito) Empregados Aposentados.

O Plano de Funções Comissionadas e de Gratificações Técnicas aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST para a CDC disponibiliza 75 (setenta e cinco) vagas, sendo 33 (trinta e três) Funções Comissionadas e 42 (quarenta e duas) Gratificações Técnicas. Em 31 de dezembro, 09 (nove) Empregados Efetivos e 22 (vinte e dois) Empregados sem vínculo ocupavam as vagas de Funções Comissionadas, enquanto que 29 (vinte e nove) Empregados Efetivos e 10 (dez) Empregados sem vínculo ocupavam vagas de Gratificações Técnicas.



A aposentadoria, nas empresas de economia mista, não extingue o Contrato de Trabalho, nem é compulsória por idade. Porém, existe a preocupação acerca do impacto negativo que o desligamento em massa dos aposentados geraria em sua força de trabalho, considerando-se que esse público representa 60,34% do total. Tal preocupação reforça a necessidade da realização do PDV e do respectivo concurso público, com vistas a renovação da Força de Trabalho.

8.1.2. DEMONSTRATIVO DAS PESSOAS COM PESSOAL:

TABELA 41 – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercício	Vencimentos e Vantagens Fixas	DESPESAS VARIÁVEIS					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	TOTAL
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de Poder e Agentes Políticos									
Exercícios 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada									
Exercícios 2015	7.241.390,85	382.196,21	994.598,74	3.233.590,90	1.175.277,45	1.033.681,99	863.997,69	-	7.201,43 14.931.935,26
Exercícios 2014	6.061.198,56	453.627,18	929.723,55	3.092.236,77	1.442.771,26	865.761,55	1.394.048,29	-	574.700,63 14.814.067,79
Servidores de Carreira sem vínculo com o Órgão da Unidade Jurisdicionada									
Exercícios 2015	31.442,24	59.563,51	-	37.163,98	6.200,13	-	23.141,70	-	157.511,56
Exercícios 2014	124.967,26	5.090,59	7.917,55	52.023,18	27.010,94	1.117,67	29.853,50	-	247.980,69
Servidores sem vínculo com a administração Pública (exceto temporários)									
Exercícios 2015	2.219.340,53	88.319,33	159.705,17	936.195,95	349.341,78	194.764,39	512.261,43	-	4.459.928,58
Exercícios 2014	2.135.128,79	209.596,03	275.578,02	904.373,26	474.802,17	202.755,32	197.616,66	-	4.399.850,25
Servidores cedidos com ônus									
Exercícios 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários									
Exercícios 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-



8.1.3. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES PARA MITIGAR RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL:

Os controles internos da CODREH contribuíram para que a Companhia Docas do Ceará não registrasse nenhum caso de acúmulo indevido de Cargos, Funções, Empregos Públicos e terceirização irregular de cargos. O acompanhamento é feito anualmente, através de declaração preenchida pelo Empregado, em conformidade aos termos estabelecidos nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

O principal e permanente risco identificado na gestão de pessoas é o natural envelhecimento do Quadro de Pessoal da Companhia, pois os Aposentados ainda em atividade representam 60,34% do Quadro de Pessoal Efetivo da CDC.

Objetivando renovar o Quadro Efetivo atual, a Companhia tem tentado viabilizar as devidas autorizações para um Plano de Demissão Voluntária - PDV e a realização de Concurso Público.



8.1.4. ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR:

A) IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Instituto de Seguridade Social - PORTUS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, sob o nº 29.994.266/0001-89. Atualmente administra um único Plano de Benefícios Portus 1 – PBP 1, na modalidade Benefício Definido, aprovado em 23/10/1978 pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – atual PREVIC, com adesão a partir de 26/12/1978, tendo iniciado suas atividades a partir de 01/04/1979.

B) DEMONSTRATIVO ANUAL:

VALOR TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS EMPREGADOS PARTICIPANTES:

Durante o Exercício de 2015 a folha de pagamento dos 81 (oitenta e um) Empregados Participantes do PORTUS, totalizou R\$ 9.222.467,55 (nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e cinqüenta e cinco centavos).

VALOR TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES PAGAS PELOS EMPREGADOS PARTICIPANTES:

Durante o Exercício de 2015 o valor total das contribuições dos Participantess pagas ao PORTUS, totalizou R\$ 673.315,46 (seiscentos e setenta e três mil, trezentos e quinze reais e quarenta e seis centavos).

VALOR TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES PAGAS PELA PATROCINADORA:

Durante o Exercício de 2015 o valor total da contribuição paga pela Patrocinadora ao PORTUS referente à contribuição normal da paridade de Ativos, totalizou R\$ 673.315,46 (seiscentos e setenta e três mil, trezentos e quinze reais e quarenta e seis centavos).

VALOR TOTAL DE OUTROS RECURSOS REPASSADOS PELA PATROCONADORA:

Além das contribuições normais referentes aos Empregados e Assistidos, a Companhia Docas do Ceará repassou ao PORTUS o valor de R\$ 427.951,99 (quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e cinqüenta e um reais e noventa e nove centavos) em referência aos 233 (duzentos e trinta e três) Assistidos Inativos e Pensionistas.

C) DISCRIMINAÇÃO DA RAZÃO OU MOTIVO DO REPASSE DE RECURSOS QUE NÃO SEJAM CONTRIBUIÇÕES:

Durante o Exercício de 2015 foi repassado o valor de R\$ 836.216,22 (oitocentos e trinta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos), referentes à integralização da Reserva de tempo de Serviço Anterior – RTSA, conforme o Termo de Confissão de Dívida assinado pela Companhia Docas do Ceará em 08/09/2005.



D) SÍNTSE DA MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR:

De acordo com as informações obtidas pela Patrocinadora, nos últimos anos a PREVIC não tem enviado nenhum relatório com sua manifestação acerca do Balanço Anual da Entidade. Entretanto, vale salientar que desde Agosto de 2011 foi decretada a intervenção no PORTUS, e, no seu único Plano de Benefícios Administrativos, o PBP1, conforme a Portaria nº 459, da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicada no DOU de 23/08/2011.

Registra-se que para o acompanhamento do processo de intervenção foi criado no âmbito da Secretaria Especial de Portos, de forma paritária, uma Comissão de Acompanhamento, conforme Portaria nº 165 da SEP, de 05/09/2011, publicada no DOU, de 06/09/2011.

Entre os motivos que justificaram a decretação da intervenção, destaca-se a situação econômico financeira insuficiente à preservação da liquidez e solvência do PBP1.

As Portarias supramencionadas compõem os anexos deste Relatório de Gestão.

E) CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE:

O PORTUS informou que o Parecer da Auditoria Independente referente ao ano de 2015 ainda não está finalizado, ficando definido (Portaria PREVIC nº 91 - cópia anexa), o prazo de 31/05/2016, para o envio das informações contábeis relativas ao Exercício de 2015.

Desta forma, fica prejudicada a apresentação do Relatório da Auditoria Independente do Exercício de 2015.

G) ESTUDO ATUARIAL:

O Portus encaminhou Relatório Atuarial realizado no encerramento do Exercício de 2015, com base em dados dos participantes Ativos e Inativos Assistidos e Pensionistas referentes a 31/12/2015. A documentação supramencionada compõe os Anexos deste Relatório de Gestão.

H) AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EMPREENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2015:

A CDC não procedeu nenhuma ação de fiscalização junto ao PORTUS conforme expressa o art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

8.1.5. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

A) CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

TABELA 42 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contrante						
Nome: COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação dos serviços de Apoio Administrativo (recepção, portaria e motorista) e Zeladoria (limpeza, conservação, higienização e copeiragem)	07.783.832/0001-70	01/02/2015	31/01/2017	Nível Médio para os de Apoio Administrativo e para os demais não há exigência de escolaridade	P
2015	Contratação dos serviços de Vigilância Armada	09.596.888/0001-41	05/12/2014	04/06/2016	Nível Fundamental	A
2014	Contratação dos serviços de Vigilância Armada	09.596.888/0001-41	08/06/2014	04/12/2015	Nível Fundamental	P

LEGENDA:
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

B) CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

TABELA 43 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio vigentes no Exercício 2015				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	36	39	40	39	289.404,71
Área Fim	6	7	7	6	59.534,46
Área Meio	30	32	33	33	229.870,25
2. Nível Médio	3	3	3	1	12.652,06
Área Fim	0	0	0	0	-
Área Meio	3	3	3	1	12.652,06
3. Total (1+2)	39	42	43	40	302.056,77
Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio vigentes no Exercício 2014				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	40	49	44	51	335.838,67
Área Fim	4	4	2	4	33.815,59
Área Meio	36	45	42	47	302.023,08
2. Nível Médio	4	4	4	4	17.264,25
Área Fim	0	0	0	0	-
Área Meio	4	4	4	4	17.264,25
3. Total (1+2)	44	53	48	55	353.102,92



ANÁLISE CRÍTICA

A Companhia tem Norma de Estágio, aprovada pela Resolução DIREXE nº 026/2000, com última alteração aprovada pela Resolução nº 019/2015, de 22/01/2015, com regras de contratação, exigências sobre os cursos de especialização, correlação com o negócio da CDC, limites e impedimentos para contratação.

Em que pese o fato de a CDC ser legalmente considerada pré-qualificada como Operadora Portuária, há tempos, deixou de operar, restringindo-se apenas às funções de Administração do Porto, razão pela qual os Estagiários concentram-se em maior número na área meio.

Houve uma considerável diminuição, em números absolutos, da quantidade de estagiários no Exercício de 2015, relativamente a 2014, por questões econômicas e financeiras.

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

TABELA 44 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF: Ceará	04	04
	Município: Fortaleza RIP: 13890002141-55 (Porto de Fortaleza) RIP: 13890002473-20 (Praia Mansa) RIP: 13890002505-42 (Instituto de Pesos e Medidas/Ce.)	03	03
	Município: Camocim RIP: 13510000135-00 (Porto de Camocim)	01	01
	Subtotal Brasil	04	04
EXTERIOR	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	Subtotal Exterior	-	-
	Total (Brasil + Exterior)	04	04

TABELA 45 – BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UPC

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Refomas	Com Manutenção
396003	13890002141-55	02	03	-	25/04/2014	130.733.229,66	47.900,00	3.853.761,62
396003	13890002473-20	21	03	-	25/04/2014	2.519.975,49	-	-
396003	13890002505-42	21	03	-	25/04/2014	1.009.419,84	-	-
396003	13510000135-00	21	03	-	25/04/2014	198.228,17	-	-
Total							47.900,00	3.853.761,62

LEGENDAS:

UG: Código da Unidade Gestora constante do SIAFI que se utiliza do imóvel;

RIP: Código de Registro Imobiliário Patrimonial do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU;

Regime: Regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel. No Quadro acima, os imóveis da CDC se enquadram nos Códigos 02 (Arrendamento) e 21 (Uso em Serviço Público);

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel. No Quadro acima, os imóveis da CDC se enquadraram no Código 03 (Bom).

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Esplanada do Mucuripe, S/N - Cais do Porto, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.206.816/0001-15
	Nome ou Razão Social	Moinho Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos
	Atividade ou Ramo de Atuação	Armazenagem e processamento de grãos de trigo
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Arrendamento (Processos nºs 20060001; 20061579 e 20091578)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Arrendamento Operacional
	Prazo de Cessão	Até 11/05/2032, não admitindo nova prorrogação
	Caracterização do espaço cedido	Pátio B1: 9.885 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 148.947,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Arrendamento
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeos da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Esplanada do Mucuripe, S/N - Cais do Porto, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	14.998.371/0001-19
	Nome ou Razão Social	J. Macêdo S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Armazenagem e processamento de grãos de trigo
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Arrendamento (Processo nº 20050196)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Arrendamento Operacional
	Prazo de Cessão	Até 15/06/2017
	Caracterização do espaço cedido	Armazém A1: 6.000 m ²

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 75.891,03
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Arrendamento
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeos da Companhia Docas do Ceará.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada
Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Esplanada do Mucuripe, S/N - Cais do Porto, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.591.524/0001-67
	Nome ou Razão Social	Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. - TERGRAN
	Atividade ou Ramo de Atuação	Armazenagem e processamento de grãos de trigo
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Arrendamento (Processo nº 20081108)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Arrendamento Operacional
	Prazo de Cessão	Até 31/03/2028
	Caracterização do espaço cedido	Armazém A2: 6.174 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 85.567,74
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Arrendamento
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeos da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Área interna do Porto/Áreas 1 e 2 do Plano de Zoneamento do Porto de Fortaleza, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.741.464/0001-11
	Nome ou Razão Social	De Francesco Alimentos Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Armazenagem de óleos vegetais
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Arrendamento (Processo nº 20091571)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Arrendamento Operacional
	Prazo de Cessão	Até 27/05/2022 – Suspenso por Ordem Judicial
	Caracterização do espaço cedido	Área de 9.500 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal por Ordem Judicial
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateios

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Avenida Vicente de Castro, 5700 - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	73.676.140/0004-09
	Nome ou Razão Social	Organização Hélio Meireles Petróleo Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Distribuição/venda de combustíveis
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Arrendamento (Processo nº 20091573)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Combustíveis
	Prazo de Cessão	Até 31/07/2021
	Caracterização do espaço cedido	Área de 1.029 m ²

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 4.546,83
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Arrendamento
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeos da Companhia Docas Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada
Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Núcleo de Atendimento Portuário, Salas nº 1 e 2 - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.552.312/0001-24
	Nome ou Razão Social	Terminais Marítimos de Contêineres e Serviços Portuários - TERMACO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Operação portuária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Permissão de Uso (Processo nº 20080215)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escritório
	Prazo de Cessão	Até 12/05/2018
	Caracterização do espaço cedido	Área de 28,64 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 1.470,86
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Permissão de Uso
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeos da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe, Fortaleza/Ceará.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.038.166/0005-20
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20130645)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimento Bancário/Serviços
	Prazo de Cessão	Até 31/10/2018
	Caracterização do espaço cedido	Área de 95 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 2.053,17
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Cessão de Uso
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeios da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Núcleo de Atendimento Portuário - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.601.539/0001-10
	Nome ou Razão Social	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ETC
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20090350)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de Correios
	Prazo de Cessão	Até 26/10/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de 79,9 m ²

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 953,37.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Arrendamento
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeos da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Avenida Francisco Sá, 4829 - Carlito Pamplona, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.281.836/0001-37
	Nome ou Razão Social	FTL Ferrovia Transnordestina Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Transporte de cargas via ferroviária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 2014792)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de transporte ferroviário
	Prazo de Cessão	Até 30/09/2015
	Caracterização do espaço cedido	Área de 13.611,75 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Servidão de Passagem - a definir
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Arrendamento
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeos da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe, Fortaleza/Ceará.
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.208.014/0001-68
	Nome ou Razão Social	Orgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário - OGMO

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20070281)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimento a Legislação - Trabalhador Portuário Avulso - Prédio com Serviço Médico
	Prazo de Cessão	Até 19/10/2015
	Caracterização do espaço cedido	Área de 1.278,75 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Núcleo de Atendimento Portuário, Pavimento Térreo - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.409.655/0001-80
	Nome ou Razão Social	Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades inerentes à Fazenda Pública Estadual
	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20080222)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para fins de tributação
	Prazo de Cessão	Até 30/06/2019
	Caracterização do espaço cedido	Área de 274,49 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Rua Rodrigues Júnior, 840 - Centro, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.112.386/0016-06
	Nome ou Razão Social	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Operações fiscalizatórias e de vigilância sanitária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20130455-1)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para fins de tributação
	Prazo de Cessão	Até 30/06/2019
	Caracterização do espaço cedido	Área de 131,03 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Avenida dos Expedicionarios, 442 - Montese, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.396.895/0018-73
	Nome ou Razão Social	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará - Ministério da Agricultura
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fiscalização
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20080223)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Operações fiscalizatórias
	Prazo de Cessão	Até 31/03/2018
	Caracterização do espaço cedido	Área de 101,85 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Avenida Vicente de Castro, 5700 - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.000.167/0001-01
	Nome ou Razão Social	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
	Atividade ou Ramo de Atuação	Base Avançada CDA-BA-FOR e o Centro de Controle Operacional da Transpetro
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20080278)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Auxiliar no combate ao derramamento de óleo/combustível no mar
	Prazo de Cessão	Até 24/09/2029
	Caracterização do espaço cedido	Área de 885 m ²

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio
Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Avenida Vicente de Castro, 5700 - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	70.194.440/0001-18
	Nome ou Razão Social	Superintendência Regional da Receita Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Operações fiscalizatórias
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20080223)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para fins de tributação
	Prazo de Cessão	Até 16/12/2019
	Caracterização do espaço cedido	Área de 638,64 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Núcleo de Atendimento Portuário - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.954.563/0001-68
	Nome ou Razão Social	Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará - SDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fiscalização - Análise de Produtos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20080221-1)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fiabilidade legal das Importações
	Prazo de Cessão	Até 12/12/2020.
	Caracterização do espaço cedido	Área de 101,85 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Núcleo de Atendimento Portuário - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.041.003/0002-29
	Nome ou Razão Social	Multilog Locações e Serviços de Logística Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Transportes
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20140707)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Operação portuária
	Prazo de Cessão	Até 04/05/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de 28,64 m ² /cada

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 1.600,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Cessão de Uso
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeios da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada
Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002505-42
	Endereço	Avenida Washington Soares, 1140, Galpão B – Paupina, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.009.865/0001-70
	Nome ou Razão Social	Unilink Transportes Integrados Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Transportes
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20080214)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Operação portuária
	Prazo de Cessão	Até 24/04/2018
	Caracterização do espaço cedido	Área de 14,32 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 809,56
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Arrendamento
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeios da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002505-42
	Endereço	Avenida Vicente de Castro, 5700 - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.909.112/0001-09
	Nome ou Razão Social	Instituto de Pesos e Medidas de Fortaleza - IPEM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Verificações e inspeções relativas aos instrumentos de medição materializadas regulamentadas e o controle da exatidão das indicações quantitativas dos produtos pré-medidos, de acordo com a legislação em vigor.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20040404)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de aferição de medidas e fiscalização
	Prazo de Cessão	Até 06/05/2015
	Caracterização do espaço cedido	Área de 1.716 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Núcleo de Atendimento Portuário - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	37.115.367/0012-13
	Nome ou Razão Social	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Ceará
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fiscalização trabalhista
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20080224)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Operações fiscalizatórias
	Prazo de Cessão	Até 01/04/2019

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Caracterização do espaço cedido	Área de 67,98 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Avenida Vicente Castro, 5720 - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.494/0023-41
	Nome ou Razão Social	Núcleo de Policiamento Marítimo - NEPOM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fiscalização
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20050203)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Operações fiscalizatórias
	Prazo de Cessão	28//10/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de 1.776,43 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002473-20
	Endereço	Parque Eólico - Praia Mansa, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.047.251/0001-70
	Nome ou Razão Social	Companhia Energética do Estado do Ceará - COELCE
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Permissão de Uso (Processo nº 20101320)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de distribuição de energia
	Prazo de Cessão	Até 29/12/2024.
	Caracterização do espaço cedido	Área correspondente à instalação de 04 (quatro) turbinas eólicas
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe, Fortaleza/Ceará.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.494.0023-41
	Nome ou Razão Social	Departamento de Polícia Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades inerentes à Polícia Federal
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20091977)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Operações fiscalizatórias
	Prazo de Cessão	Até 20/05/2015
	Caracterização do espaço cedido	Área de 66,6 m ²

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio
Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Avenida Vicente Castro, 5720 - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.869.566/0001-17
	Nome ou Razão Social	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará
	Atividade ou Ramo de Atuação	Corpo de Bombeiros - prevenção e combate à incêndios
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20000123)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de apoio às operações portuárias e à comunidade no entorno
	Prazo de Cessão	Até 11/12/2018
	Caracterização do espaço cedido	Área de 4.607,05 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	1389002141-55
	Endereço	Avenida Vicente Castro, 01 - Mucuripe, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.869.566/0001-17
	Nome ou Razão Social	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará
	Atividade ou Ramo de Atuação	Corpo de Bombeiros - prevenção e combate à incêndios
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20080223)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de apoio às operações portuárias e à comunidade no entorno
	Prazo de Cessão	Até 21/06/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de 1.319,11 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	1389002141-55
	Endereço	Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe, Armazém 4, Fortaleza/Ce.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.546.997/0001-80
	Nome ou Razão Social	Galvani Comércio e Serviços
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fabricação de adubos fertilizantes
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20141124)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para fins comerciais
	Prazo de Cessão	Até 01/03/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de 30,00 m ²

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal de R\$ 2.500,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Cessão de Uso
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeios da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada
Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13890002141-55
	Endereço	Cais Pesqueiro da Companhia Docas do Ceará
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.196.790/0001-46
	Nome ou Razão Social	Cooperativa dos Pequenos e Médios Armadores de Pesca
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atendimento de apoio aos pequenos e médios pescadores
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Permissão de Uso (Processo nº 20030082-1)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Uso de área no Cais Pesqueiro para fins operacionais
	Prazo de Cessão	Até 30/05/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de 1.112,50 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor mensal de R\$ 2.225,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento de Permissão de Uso
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Arcar com os custeios da Companhia Docas do Ceará
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com as despesas em geral, proporcional a unidade e área ocupada

TABELA 46 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	13510000136-00
	Endereço	Porto de Camocim
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.482.692/0001-75
	Nome ou Razão Social	Secretaria Especial da Pesca
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade portuárias
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso (Processo nº 20060146)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atividades operacionais e não operacionais
	Prazo de Cessão	Até 18/09/2018
	Caracterização do espaço cedido	Área de 9.394,7 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem pagamento mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Sem tratamento contábil
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Sem forma de utilização de recursos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Sem forma de rateio

8.2.1 QUALIDADE E COMPLETITUDE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES DOS IMÓVEIS NO SISTEMA DE REGISTRO DOS IMÓVEIS DE USOS ESPECIAL DA UNIÃO - SPIUNET

Na consulta ao *site* da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, especificamente no *link* Consulta de Dados Cadastrais, foram verificados que os registros no SPIUnet encontram-se com algumas informações inconsistentes e desatualizadas.

A Coordenadoria de Administração - COADMI envidará esforços para sanar as inconsistências e desatualizações, para tanto já procedeu com a solicitação de senha e de levantamento interno das informações a serem recadastradas, objetivando atualizar os registros no retomencionado Sistema.



8.2.2 RISCOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS IMÓVEIS E OS CONTROLES PARA MITIGÁ-LOS

Os maiores riscos relacionados à gestão dos imóveis da CDC são relativos à incêndios e explosões, por existirem armazenamentos de produtos inflamáveis na retroárea do Porto de Fortaleza (gás, combustível e óleos derivados de petróleo), que são transportados do Píer Petroleiro, dutos/tubulações aéreas, até os reservatórios das empresas comerciais que os armazenam e distribuem.

No Porto não há incidência de raios e tremores de terra ou qualquer outro fato que possa ocasionar desabamentos ou rachaduras nos imóveis construídos em suas áreas.

Os controles que atenuam os riscos relacionados à gestão dos imóveis adotados são a manutenção permanente dos extintores de incêndio distribuídos em toda a extensão do Porto, que são mantidos em condições de uso por empresa terceirizada sob a gerência da CODSMS. Existe ainda, no Porto de Fortaleza, uma unidade permanente do Corpo de Bombeiros para eventualidades que possam surgir por tratar-se de área de risco de incêndio.

8.2.3 ANÁLISE CRÍTICA

A Gestão Patrimonial da CDC utiliza-se de sistema informatizado, denominado Pátrio, pertencente a Empresa Ente Tecnologia, para controle dos bens móveis, imóveis e suas depreciações, consolidados por conta, possuindo reflexo direto no Sistema de Contabilidade, AC Contábil, pertencente também a mesma Empresa, onde são efetivados os registros patrimoniais e outros registros correspondentes por força legal.



8.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia da Informação é realizada tecnicamente por um Empregado efetivo da Companhia Docas do Ceará, responsável tecnicamente pela implementação e pelo gerenciamento dos sistemas informatizados, capacitado ainda para avaliar aplicativos, bancos de dados e segurança da informática a fim de garantir o melhor desempenho dos diversos Setores da Companhia. A rede corporativa de dados também está sob a supervisão desse mesmo gestor, que diagnostica disfunções dos sistemas, solucionando problemas de rede e escolhendo projetos de informática que devem ser adotados na Empresa.

ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR DE TI - CGTI

A Companhia conta ainda com um Comitê Gestor de TI - CGTI aprovado pelo Conselho de Administração - CONSAD.

Os principais objetivos do CGTI são: promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas da CDC; promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem desenvolvidos para dar suporte às necessidades estratégicas de planejamento da CDC; identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a CDC possa se adaptar rapidamente à mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e à novas demandas operacionais.

A composição do CGTI será estabelecida via Resolução da Diretoria Executiva - DIREXE, contando com as seguintes representações: 1 (um) representante da Diretoria de InfraEstrutura e Gestão Portuária - DIEGEP; 1(um) representante da Diretoria de Administração e Finanças - DIAFIN; 1(um) representante da Diretoria Comercial - DIRCOM; 1(um) representante da Coordenadoria da Tecnologia da Informação - CODTEI (representando a Diretoria da Presidência - DIRPRE) e 1(um) secretário(a).

Relativamente às reuniões, a CODTEI aguarda a definição por parte da DIREXE dos nomes que comporão o Comitê. A partir desta definição será dado início aos agendamentos e realizações de reuniões que deverão ter caráter trimestral. O primeiro assunto a ser deliberado pelo Comitê será a atualização do Plano Diretor da Tecnologia da Informação - PDTI.



PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI

O plano de capacitação do pessoal de TI obedece as diretrizes que a Companhia Docas do Ceará - CDC determina para todas as áreas, ou seja, a disponibilização formal à Coordenadoria de Recursos Humanos - CODREH, através de formulário próprio, da relação dos cursos de interesse da CODTEI.

No Exercício de 2015 não foi realizado nenhum treinamento na área da TI.

PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TI IMPLEMENTADOS NA UNIDADE

Os gerenciamentos dos processos de Tecnologia da Informação da CDC são controlados por ferramentas de automação como:

- *VMware System Center – vSphere Client*, para acesso aos servidores (Aplicação, File Server, AD, DHCP, DNS, SQLs);
- *WatchGuard System Manager*, para gerenciamento do fluxo de acesso e consumo da banda de Internet, por *link* e usuário. Situação dos *links* (FB) junto a Operadora; e
- *Tivoli TSM*, para *backup* e recuperação de dados, realizados por leitura e gravação em tapes (LTO*).

PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO EXERCÍCIO

A Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP está realizando um trabalho de readequação/padronização nas estruturas organizacionais de todas as Companhia Docas. Um dos itens é o alinhamento do Planejamento de TI com o Planejamento Estratégico. A CDC aguarda a implementação.

MEDIDAS TOMADAS PARA MITIGAR EVENTUAL DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE TI PARA A UNIDADE

A CDC realizará, ainda sem prazo determinado ou autorização, Concurso Público que deverá contemplar, dentre outros, a área de Tecnologia da Informação para sanar a problemática.

8.3.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

- **B.I – Business Intelligence:** aplicação *Web*, usado para visualizar a movimentação de mercadorias e contêineres, normas, relatórios de produtividade, fluxos econômico e financeiro, balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados do Exercício;
- **Intranet:** aplicação *Web*, estreita a relação Colaboradores/Empresa, canal de comunicação e postagens de conteúdo da CDC, trazendo interatividade entre setores e colaboradores;

- **L.A.I – Lei de Acesso à informação:** aplicação *Web*, fornece ao usuário informações relacionadas à despesas e viagens, gozadas pela CDC, assim como agenda de Diretores, licitações e contratos, informações dos Empregados e Terceirizados, bem como disponibilização da Ficha Financeira;
- **Sistema de Licitações:** aplicação *Web* para cadastro das licitações de provimento de produtos e serviços da CDC;
- **Portal de Licitações:** aplicação *Web*, fornece aos usuários interessados, as licitações para compra de produtos e serviços, divididas pelas modalidades Pregão Presencial, RDC – Presencial, Pregão Eletrônico, Carta Convite, Concorrência Pública, Concorrência Internacional, Tomada de Preços e Credenciamento;
- **Sistema de Almoxarifado:** aplicação *Web*, controla a entrada e a saída em estoque dos materiais solicitados pelos colaboradores em função;
- **Sistema de Protocolo:** aplicação *Web*, controla o cadastro e fluxo dos processos realizados pelos colaboradores, assim como, processos administrativos, processos contratuais, processos de terceiros, dentre outros;
- **Sistema de Processos:** aplicação *Web*, controla o cadastro e fluxo dos processos, realizados pelos colaboradores, assim como, processos administrativos, processos contratuais, processos de terceiros, dentre outros;
- **Sistema de Contratos:** aplicação *Web*, controla o cadastro e fluxos dos contratos, assim como, suas vigências, cláusulas e ementas;
- **Sistema Financeiro:** aplicação *Web*, controla o fluxo dos pagamentos realizados por cada setor da CDC. Desde o cadastro do processo para pagamento até a informação dos pagamentos em si pela Tesouraria. O Sistema também disponibiliza rotinas para consultas através de relatórios e dotação orçamentária;
- **Sistema de Gestão Portuária Desktop:** aplicação *Desktop*, realiza os trâmites relacionadas a atracação, desatracação, desova, faturamento e movimentação de contêineres, entre outros;
- **Sistema de Gestão Portuária Web:** aplicação *Web*, que cientifica toda gestão de acesso, pessoa ou veículo, além dos trâmites relacionadas a atracação, desatracação, desova, faturamento e movimentação de contêineres, entre outros;
- **Sistema de Service Desk:** aplicação *Web* para o colaborativismo interno, aonde são registrados chamados, contendo a descrição do problema, para que a equipe de TI da CDC tome ciência e seja atendido em pronta demanda, para resolução do mesmo;

- **Sistema CVT Portuário:** aplicação *Web*, cadastrava turmas e alunos para os cursos oferecidos pelo CVT Portuário;
- **Sistema de Compra Direta:** aplicação *Web*, controla o cadastro das ordens de serviço, solicitações de fornecimentos e compras diretas;
- **Sistema de Resoluções:** aplicação *Web*, cadastrava e consultava as Resoluções da Diretoria da CDC;
- **Sistema de Viagens a Serviços:** aplicação *Web*, no qual os colaboradores inseriam informações das viagens a serviço da CDC, bem como suas despesas e resarcimentos;
- **Sistema de Suprimentos:** aplicação *Web*, controla o fluxo com gastos oriundos de despesas internas diversas dos colaboradores;
- **Sistema de Pagamentos:** aplicação *Web*, controla o fluxo com gastos oriundos de viagens e/ou serviços dos colaboradores;
- **Sistema de Acompanhamento de Ações - Auditoria:** aplicação *Web*, onde o Setor de Auditoria controlava pendências de cada setor da Companhia informando seu andamento e situação atual através de status e observações;
- **Sistema de Folha de Pagamento:** aplicação *Web*, gerencia o envio e retorno do arquivo de pagamento que é enviado para o Banco;
- **Sistema Portal do Conselheiro:** aplicação *Web*, a Companhia informava arquivos, atas, relatórios com informações internas que ficam disponíveis para os Conselheiros efetuarem *download* antes das reuniões dos Colegiados;
- **Sistema de Controle de Acesso - Área Alfandegada - Receita Federal:** aplicação *Web*, controla o fluxo de veículos e pessoas no Porto, com informações de placas, data de saída, data de entrada de veículos e pessoas.

MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DA UNIDADE

Todas as manutenções são realizadas por empresas terceirizadas. As principais manutenções são relacionadas a seguir:

1. **Descrição do Serviço:** Suporte ao Usuário Nível I e II;
Empresa Contratada: IVIA SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA;
Valor Global da Contratação: R\$ 1.114.559,64.
2. **Descrição do Serviço:** Suporte ao desenvolvimento de Sistemas;
Empresa Contratada: SETE INFORMÁTICA;
Valor Global da Contratação: R\$ 1.130.438,56.

3. **Descrição do Serviço:** Suporte à Rede Corporativa de Dados;

Empresa Contratada: LANLINK SERVIÇOS;

Valor Global da Contratação: R\$ 755,499.90.

AVALIAÇÃO DE RISCOS RELACIONADOS À CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS E MEDIDAS PARA MITIGAR RISCOS EXISTENTES

Face a conteção de despesas, dada a situação financeira desta CDC, não há a implementação de tal procedimento.

8.3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)

A CDC procedeu com a implantação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI que tem por objetivos:

- I. Promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas da CDC;
- II. Promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem desenvolvidas para dar suporte às necessidades estratégicas de planejamento da CDC;
- III. Identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a CDC possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais.

Foi implantado ainda o Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI, o qual está em fase de revisão para o biênio 2016 e 2017.

O objetivo PDTI é dar subsídio para a estruturação de uma área de Tecnologia da Informação, com base em funções e processos, compatíveis com boas práticas de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade (GRC) Segurança da Informação visando diminuir os riscos relacionados a tecnologia da informação e aumentar a confiabilidade dos seus serviços, através da implementação de controles de risco, soluções de tecnologia e da definição de uma estrutura organizacional.

Para a concretização deste trabalho buscou-se, ainda, na SLTI/MP, Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), as orientações mestras para a elaboração deste Planejamento, levando-se em consideração as metas elencadas na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2011 – 2012, bem como seu Plano de Execução no qual constam as ações propostas para os Órgãos Integrantes do SISP e para a SLTI, com o objetivo de dar um direcionamento para o alcance das citadas metas.

8.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

8.4.1 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

TABELA 47 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL	AVALIAÇÃO				
	1	2	3	4	5
LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
1. A UPC tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
Resposta da CDC: A Empresa adotou vários critérios dentro dos processos de contratação de serviços de Engenharia, serviços de terceiros e para a aquisição de bens e materiais, principalmente, quanto a materiais de fontes renováveis, materiais biodegradáveis, equipamentos com eficiência do consumo de energia, e controle de desperdícios de água, e onde é possível aplicar os critérios, utilizando também pesquisas no site comprasnet.gov.br.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza reciclados, atóxicos e biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
Resposta da CDC: ISO 14001.					
5. No último Exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
Resposta da CDC: A Empresa adquiriu torneiras com redução de consumo de água e sistema de iluminação com baixo consumo, mas não avaliou o impacto sobre os elementos apontados.					
6. No último Exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
Resposta da CDC: A empresa adquiriu papel de origem de fontes renováveis apenas.					
7. No último Exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
Resposta da CDC: Não.					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

TABELA 47 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de Engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Resposta da CDC: A prática do gerenciamento dos resíduos recicláveis adotada na Unidade atende aos requisitos do Decreto nº 5.940/2006, onde a Associação de Catadores recebe os resíduos separados na área Administrativa, e o volume acumulado é recolhido diretamente para essa Associação. Além desses aspectos práticos, a Unidade adota medidas para redução de consumo de papel, procurando estimular a impressão de documentos em formato de rascunho para os documentos destinados ao uso administrativo, usando ilhas de impressão para permitir a redução de impressoras individuais, onde as áreas compartilham o equipamento. Quanta energia elétrica, a Unidade adotou a melhoria da iluminação dos Pátios com sistema automático de ligação com possibilidade de otimização do iluminamento dos espaços ocupados ou não. Há preferência do uso de lâmpadas tipo LED que economizam mais energia, além do que a Unidade disponibilizou área para a instalação de parque eólico que gera energia limpa para a área portuária e comunidade do entorno. Alguns equipamentos utilizam a energia solar para funcionamento (bóias de sinalização náuticas). Foram instalados ainda, sensores de presenças nas áreas de uso eventual (banheiros públicos). Quanto ao consumo de água, a Unidade instalou equipamentos de acionamento hidráulico que permite o fechamento em tempo reduzido do usuário, adequando o consumo consciente da água. Também possui instaladas caixas de vasos sanitários com duplo acionamento (baixo volume ou alto volume). A CDC faz divulgação de incentivo ao consumo racional de água e energia.				X	
12. Nos últimos Exercícios, a UPC promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta da CDC: A Empresa fez comunicações por <i>e-mail</i> aos Empregados e faz campanha com adesivos nos pontos de consumo.					X
13. Nos últimos Exercícios, a UPC promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta da CDC: A Empresa fez comunicações por <i>e-mail</i> aos Empregados.					X

LEGENDA:

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UPC.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UPC, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UPC.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UPC, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UPC.



AGENDA AMBIENTAL INSTITUCIONAL

A A3P da Companhia Docas do Ceará - CDC tem como base as ações voltadas principalmente ao programa da Administração Pública de Gestão Socioambiental. O programa vem sendo implementado através da sua Agenda Ambiental Institucional.

A Agenda Ambiental Institucional é uma ferramenta imprescindível para a Autoridade Portuária atuar na gestão ambiental. Por conta disso, a CDC elaborou e está em implantação no Porto de Fortaleza, os compromissos de conscientização dos diversos atores envolvidos na atividade portuária, ajustados aos conceitos de conformidade ambiental, vislumbrando a solução dos problemas ambientais inerentes a gestão ambiental e aos fatores adversos que ocorrem nessa atividade.

Diante disso, as diretrizes abaixo, formam a Agenda Ambiental Institucional da CDC:

1. Aquisição de Serviços e Bens Materiais

A CDC estabelecerá o compromisso de proteção ao meio ambiente em todos os seus contratos, principalmente adotando critérios de sustentabilidade ambiental para aquisição de serviços e bens materiais.

2. Fiscalização

A CDC manterá todo o apoio institucional às demandas da Coordenadoria Segurança, Meio Ambiente e Saúde - CODSMS, envolvendo ações complementares de ajuste dos procedimentos de todos os prestadores de serviços portuários (Usuários, Arrendatários, Operadores Portuários, Trabalhadores Portuários avulsos, e Órgãos de Fiscalização).

3. Orçamento

A CDC manterá um orçamento para a gestão ambiental das atividades sob sua responsabilidade, sendo definido em escopo orçamentário geral, podendo envolver todas as áreas.

4. Desenvolvimento das Ações

A CDC envidará todos os seus esforços para a eliminação ou redução de impactos ambientais oriundos de sua atividade. Considerando que não há passivo ambiental nas instalações do Porto de Fortaleza, a medida visa exclusivamente os impactos ambientais decorrentes das operações e obras em andamento.

5. Comercial e Marketing

A CDC manterá sua visão comercial e de marketing, através da implantação da Cultura Ambiental, buscando entre os atores intervenientes, tanto Usuários como Operadores Portuários e demais partes interessadas, um serviço portuário pautado pela segurança e proteção ao meio ambiente, junto à comunidade portuária.



6. Capacitação

A CDC envidará todos os seus esforços na promoção da capacitação dos seus Empregados, incentivando os Arrendatários, Usuários e demais atores presentes na atividade portuária na promoção de sua Política Ambiental.

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

A Companhia Docas do Ceará - CDC ainda não procedeu com implantação do Plano de Gestão Logística Sustentável.



CAPÍTULO 9: CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE



9.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Em 2015 foram emitidas 05 (cinco) recomendações pelo TCU, através do Acórdão nº 4.532/2015 - 2ª Câmara (referente ao Exercício de 2013). Destas, três recomendações a Companhia Docas do Ceará - CDC informou plano de ação para cumprimento, conforme foi determinado pelo Tribunal no mesmo Acórdão. Os planos de ação seguem descritos no quadro abaixo.

Quanto às recomendações de designar fiscais de contratos em conformidade com o art. 67 da Lei de Licitações, bem como aplicar penalidades em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, as mesmas foram acatadas pela CDC.

Como forma de acompanhar efetivamente o cumprimento das deliberações do Tribunal de Contas e do Órgão de Controle Interno, a Auditoria Interna da CDC realiza constante monitoramento, requisitando dos setores responsáveis os planos de ação, sua situação de implementação e o prazo de implantação, caso não tenha havido a finalização. De posse das informações, a Auditoria Interna encaminha aos gestores e aos Conselhos de Administração e Fiscal a situação de atendimento às deliberações. A Companhia conta também com uma Coordenadoria de Controle que, dentre outras atribuições, deve verificar o atendimento das demandas de Órgãos de Controle.

A CDC possui sistema interno de acompanhamento de pendências. Esta ferramenta é alimentada e atualizada pela Auditoria Interna e contém as recomendações e situação de implementação da própria Auditoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal e dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

A seguir demonstraremos informadas as determinações/recomendações do TCU referentes a julgamento de contas anuais pendentes de implementação.

TABELA 48 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2015

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	CIÊNCIA
TC-028.605/2014-4	4.532/2015 2ª Câmara	1.9.1	Ofício nº 1889/2015 - TCU/SECEX-CE	03/09/2015

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

CDC/CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Concluir as providências iniciadas para cumprir as determinações do subitem 1.5.5 do Acórdão 2.167/2009-1ª Câmara, referentes à construção de Indicadores de Gestão dos processos internos da CDC, sob pena de ter as contas julgadas irregulares, conforme § 1º do art. 16 da Lei nº 8443/92.

JUSTIFICATIVA PARA O NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTAS

A CDC, através de seu Colegiado, reuniu-se em 21/07/2015, para a apresentação do trabalho concluso do Planejamento Estratégico (2015-2018), do Mapa Estratégico e dos Indicadores de Gestão Estratégica, resultantes da contratação celebrada através do Processo nº 20140700, tendo como contratado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SC. A Resolução nº 154/2015, datada de 28/07/2015 da 2.065ª Reunião da DIREXE e a Deliberação nº 022/2015, datada de 31/07/2015 da 481ª Reunião do CONSAD, atestam a aprovação do Planejamento Estratégico da CDC para o período 2015-2018.

A CODPLA efetuou a mensuração dos Indicadores de Gestão Estratégica relativos ao período de Janeiro a Dezembro do ano de 2015. Os Indicadores de Gestão Estratégica estabelecidos, dentre outros, contempla Indicador específico de demonstração da Evolução da Rentabilidade, assim como um Grupo de Indicadores denominado Processos Internos. Dos Indicadores, o Grupo Clientes, não será mensurado temporariamente alguns itens - Pesquisa de Satisfação - Clientes Internos, Pesquisa de Satisfação - Operadores de Carga e Pesquisa de Satisfação - Passageiros (Terminal Marítimo de Passageiros - TMP). Para os Indicadores Pesquisa de Satisfação - Clientes Internos e Pesquisa de Satisfação - Operadores de Carga, a Companhia realizará nova aplicação de questionários no Exercício de 2016 aos moldes da pesquisa realizada no ano de 2012, prevista com recursos da Rubrica Estudos e Projetos, constante do Orçamento de Investimento. Relativamente a Pesquisa de Satisfação - Passageiros, a CDC realizará pesquisas com os usuários do novo Terminal Marítimo de Passageiros (TMP), conduzidas pela Coordenadoria de Comunicação Social, na temporada de navios de 2016, usando a metodologia de aplicação de questionários por amostragem.

Todos os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela CDC são acompanhados pela Comissão instituída na Portaria (E) nº 058/2015, datada de 23/09/2015. A Comissão retromencionada analisará trimestralmente os Indicadores de Gestão Estratégica, emitindo ao final de cada Exercício relatório de análise crítica a ser sub-

TABELA 48 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2015

metido aos Conselhos da CDC. A entrega do Relatório, referente ao Exercício de 2015, obedecendo ao previsto no Cronograma de Atividades de Implementação estava prevista para 20/01/2016. A data foi prorrogada para Março/2016 haja vista que se estava aguardando a disponibilização do balanço contábil da Companhia. Atualmente, os dados foram consolidados e submetidos à Diretoria para a definição das metas dos Indicadores para 2016.

A CDC encaminhou a relação dos Indicadores ao TCU por ocasião da apresentação de seu plano de ação em atendimento ao determinado pelo Acórdão em referência.

TABELA 48 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2015

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	CIÊNCIA
TC-028.605/2014-4	4.532/2015 2ª Câmara	1.9.2	Ofício nº 1889/2015 - TCU/SECEX-CE	03/09/2015

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

CDC/DIRPRE - Diretoria da Presidência

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Ajustar o número de contratados sem vínculo com a Empresa ao quantitativo previsto no Plano de Funções.

JUSTIFICATIVA PARA O NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTAS

Foi solicitado à Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR (Carta DIRPRE nº 310/2015) a renovação do Item 4.6.1.1.1. do Plano de Função da CDC - PFC por mais 04 (quatro) anos, justificando que a CDC vem tentando realizar um Concurso Público, conforme consta no Subitem 4.6.1.1.1., sendo que para se realizar tal concurso, é necessária a realização concomitantemente ao concurso de um PDV - Plano de Demissão Voluntária (haja vista a situação financeira da Companhia). Justifica que continua passando por dificuldades para atender todas as demandas através do seu quadro gerencial, pois além de ter um quadro com faixa etária alta existe também o desinteresse desses, pois todos estão esperando um PDV. Com esse desequilíbrio profissional em relação às demandas, aumenta consideravelmente a necessidade de ter Empregados em Comissão na CDC sem vínculo empregatício. Além desse pedido, também foi solicitado à SEP/PR alteração no PFC do seu Item 4.6.1.1. incluindo o Coordenador Jurídico entre as exceções discriminadas no referido Item. Esse plano de ação foi informado ao TCU conforme determinado no Acórdão de referência.

Atualmente, a CDC encontra-se estudando um novo plano de ação para atender à recomendação do TCU e ao previsto no Plano de Funções da CDC, já que o pleito quanto a manter um percentual de ocupação de Comissionados sem vínculo em 50% não foi deferido pela SEP. Foram nomeados mais dois Empregados Efetivos para ocupar mais Funções Comissionadas. Atualmente o percentual de ocupação para Comissionados sem vínculo é de 54% contra 45% de Comissionados com vínculo e a Direção encontra-se concluindo os trabalhos para elaborar Concurso Público de forma a atender a Determinação do TCU bem como estuda o prazo necessário para esse atendimento.

TABELA 48 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2015

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	CIÊNCIA
TC-028.605/2014-4	4.532/2015 2ª Câmara	1.9.3	Ofício nº 1889/2015 - TCU/SECEX-CE	03/09/2015

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

CDC/DIAFIN - Diretoria Administrativa Financeira

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Integrar o sistema de informações que gera a Folha de Pagamento ao sistema corporativo financeiro da Companhia, para tornar mais seguras e transparentes as despesas de pessoal.

JUSTIFICATIVA PARA O NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTAS

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação - CODTEI desenvolverá uma rotina, a qual será executada pela Coordenadoria de Recursos Humanos - CODREH, com a finalidade de exportar os dados da Folha de Pagamento Mensal (matrícula, nome, CPF e valor líquido) para o Sistema de Contas a Pagar, no momento que fechar a Folha de Pagamento. Essa exportação de dados será uma cópia fiel do valor líquido dos vencimentos que cada Empregado receberá.

Com a exportação da Folha de Pagamento para o Contas a Pagar, a CODTEI desenvolverá uma rotina, a qual será executada pela Coordenadoria Financeira, através da Tesouraria, com a finalidade de gerar automaticamente o arquivo “TXT” para o Banco do Brasil com as informações de pagamentos e transmitir para o respectivo banco. O arquivo “TXT” transmitido para o Banco do Brasil será arquivado no servidor para futuras auditorias.

Nestes procedimentos, teremos dois arquivos distintos contendo a mesma informação para uma futura auditoria. Estes dois arquivos ficarão indisponíveis aos usuários que operam os aplicativos. A CODTEI desenvolverá relatórios de auditoria, conforme a necessidade dos setores envolvidos. O prazo previsto de implantação é em Abril/2016. Esse plano de ação foi informado ao TCU conforme determinado no Acórdão em referência.

TABELA 48 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2015

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	CIÊNCIA
TC-028.455/2010-0	4.292/2011 2ª Câmara	1.7.1	Ofício nº 1141/2011 - TCU/SECEX-CE	28/07/2011

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

CDC/CODJUR - Coordenadoria Jurídica

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Cobrança de diárias percebidas sem viagem para o evento - acompanhar o deslinde do Processo Judicial nº 465154-69.2011.8.06.0001 interposto contra ex-Diretora.

* Recomendação proveniente do Acórdão TCU 2.167/2009 ex 2007.

JUSTIFICATIVA PARA O NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTAS

Foi designada audiência conciliatória para o dia 30/09/2011, A Audiência foi cancelada. A última informação que consta é concluso para despacho em 15/05/2015. Independe de ação direta da Companhia.

9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Em 2015, foram emitidas 21 (vinte e uma) Recomendações da CISET para a CDC, através do Relatório nº 15/2015 (referente ao Exercício de 2014), as quais ainda não foram implementadas em sua totalidade, apesar de acatadas pelas áreas e tomadas providências, restando, em alguns casos, serem analisadas novamente as situações pela CISET, a fim de considerar as pendências atendidas.

Temos que foram atendidas 12 (doze) Recomendações, contudo, pendente de análise pelo Órgão de Controle CISET/PR, e 09 (nove) pendentes de atendimento pela CDC.

Quanto aos mecanismos utilizados para o acompanhamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno, as informações já constam do Item 9.1 deste Relatório de Gestão (Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU).

As Recomendações do Órgão de Controle Interno que tiveram ou terão maior impacto na Gestão da CDC foram:

1. Estruturar a Coordenadoria de Compras e Licitações - CODCOL para realização de todas as aquisições diretas da Companhia, seja para bens ou serviços (atualmente só as compras são realizadas pela CODCOL; os serviços são descentralizados);
2. Revisar o Regimento Interno da Companhia de forma a estabelecer as atribuições relativas à gestão de contratos à área que não detenha participação em outras fases da aquisição, tais como: solicitação da aquisição, realização do procedimento de aquisição, manifestação sobre a legalidade dos atos relacionados à aquisição, recebimento dos produtos ou serviços resultantes da aquisição; fiscalização da aquisição e pagamento da aquisição;
3. Realizar novo levantamento dos contratos de prestação de serviços da Companhia, dos vigentes e dos encerrados, com fins a verificar quais foram beneficiados pela desoneração de pagamento;
4. Estabelecer, formalmente, rotinas para a organização dos processos administrativos da Companhia, em especial os relacionados às aquisições de bens e serviços, estabelecendo regramentos para: a) abertura e fechamento de volumes; b) obediência a sequencia de numeração cronológica; c) adoção de numeração cardinal sem qualquer outra expressão alfanumérica; d) registro da motivação de qualquer cancelamento ou alteração de numeração de documentos nos autos seja por retirada ou inserção de novas peças entre as páginas numeradas; sem prejuízo de outros regramentos que contribuam para a mesma finalidade;



5. Implementar melhorias no sistema informatizado utilizado para o acompanhamento das aquisições, de bens ou serviços, da Companhia de forma que haja integração de diversas etapas dos processos de aquisição e contratação.
6. Mapear o processo de pagamento dos Empregados da Companhia, desde o momento da inserção de dados sobre frequência até o efetivo pagamento dos Empregados de forma a evidenciar os riscos que contribuem para as dificuldades na elaboração da Folha de Pagamento, com objetivo de, futuramente, estabelecer controles internos adequados para a mitigação dos riscos encontrados;
7. Viabilizar a automação na transferência de dados do sistema de controle e registro de frequência para o sistema de geração da Folha de Pagamento, de forma que não seja necessária a intervenção humana na transferência e informações entre os sistemas.

9.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Em relação aos danos objeto de medidas administrativas internas, a tabela abaixo indica caso em que a Autoridade competente adotou medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano.

TABELA 49 – APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Órgão/ Entidade	Nº Processo	Tipo de Processo	Nome do Acusado/ Indiciado	Motivos que levaram à instauração do procedimento	Fase do Procedi- mento ou penalida- de aplicada
CDC	20151190-1	Sindicância	Em apuração	Pagamento de multa juros em atraso	Em conclusão

Cumpre ressaltar que não houve tomadas de contas especiais instauradas decorrentes de ilícitos administrativos de maneira geral.

A Companhia Docas do Ceará - CDC possui uma Comissão de Ética cujo objetivo é apurar, quando solicitado pela DIREXE, ocorrências de possíveis ilícitos praticados por Empregados efetivos da CDC. Relativamente a qualquer ilícito praticado por Empregados comissionados sem vínculo, é instaurada, para cada caso, comissão de apuração do fato.



9.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO AO ART. 5º DA LEI Nº 8.666/1993

A Companhia Docas do Ceará atesta sua observância às disposições do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens e serviços, aplicando-se, desta forma, o princípio da impessoalidade ao prever o pagamento das obrigações de acordo com a ordem de suas exigibilidades.

Os cronogramas dos contratos obedecem a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, não se valendo de nenhum critério subjetivo por ocasião das solicitações de pagamento dos contratos.

Os controles adotados são quanto à verificação da aderência aos termos contratuais - data de exigibilidade, finalização da execução do objeto (no caso dos contratos de obra civil e manutenções elétricas e mecânicas, o controle das execuções se dá por medições mensais), prazo para pagamento das notas fiscais (até 05 cinco dias contados da entrega de toda documentação necessária com o devido atesto da nota); todos os pagamentos são registrados no sistema interno de Contas a Pagar, onde são emitidas as solicitações de pagamento; há a devida segregação de função e revisões no processo de pagamento (em sentido lato), com alçadas de aprovação e conferência de notas fiscais pelo Setor Financeiro; os pagamentos e documentações correlatas ficam dispostos em processo administrativos, devidamente autuados, em ordem cronológica.

9.5. INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PATROCÍNIO

TABELA 50 – DESPESAS COM PATROCÍNIO

PATROCÍNIO	PROGRAMA/AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES COMPROMISSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)
	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 243340 Empresa: Companhia de Comunicação e Informação CNPJ: 09.913.315/0001-06 Processo: 20140731 Emissão da OS: 24/09/2014 Valor Contratual: R\$ 4.320,00 Vigência: Até a ocorrência da publicação da Revista Inexigibilidade de Licitação Objeto: Participação da CDC como patrocinadora em edição da Revista Buchicho Lounge Resultado alcançado pela CDC: Divulgação da CDC/Porto de Fortaleza, através de matéria jornalística, com foco no novo Terminal Marítimo de Passageiros.	4.320,00	4.320,00



9.6 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Relativamente à demonstração de medidas adotadas para a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento propiciada pela Lei nº 12.546/2011 e pelo Decreto nº 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos, mencionados na legislação, a CDC informa que a Coordenadoria Jurídica fez o levantamento de todas as empresas sujeitas a readequação dos contratos, concluindo com o resumo do valor que deve ser pactuado com essa alteração, conforme tabela abaixo.

Todas as licitações da CDC já estão sendo feitas com base na Lei da Desoneração da Folha de Pagamento.

A Companhia tem concentrado esforços na obtenção administrativa do resarcimento dos valores pagos a maior (elisão de dano) em relação aos contratos já encerrados que foram afirmados com empresas beneficiadas pela Desoneração propiciada pelos arts. 7º e 2º, respectivamente, da Lei nº 12.546/2011 e do Decreto nº 7.828/2012.

TABELA 51 – CONTRATOS BENEFICIADOS COM A DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Empresa: MPI CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 04.647.092/0001-57 Contrato: 016/2015	Valor Global Anterior (serviço) Desoneração Novo Valor Global (serviço)	1.983.842,81 78.507,63 1.905.147,49
Empresa: LUMALI ENGENHARIA CNPJ: 13.723.660/0001-42 Contrato: 003/2015	Valor Global Anterior (serviço) Desoneração Novo Valor Global (serviço)	1.417.724,97 18.989,77 1.398.735,20
Empresa: LUMALI ENGENHARIA CNPJ: 13.723.660/0001-42 Contrato: 002/2016	Valor Global Anterior (serviço) Desoneração Novo Valor Global (serviço)	1.559.401,59 36.151,84 1.523.249,75

9.7. INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

TABELA 52 – DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

PUBLICIDADE	PROGRAMA/AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES COMPROMISSADOS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)
LEGAL	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 243310 Empresa: Empresa Brasil de Comunicação - EBC CNPJ: 09.168.704/0001-42 Processo: 20080509 Contrato: 04/2012 Valor Contratual: R\$ 550.000,00 Vigência: 24/02/2012 a 23/02/2017 Inexigibilidade de Licitação Objeto: Contratação dos serviços de publicações oficiais.	152.169,80	152.169,80
LEGAL	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 243310 Empresa: Imprensa Nacional CNPJ: 04.196.645/0001-00 Processo: 20080073 Inexigibilidade de Licitação Objeto: Contratação dos serviços de publicações em Jornal Oficial (DOU).	28.183,36	28.183,36
LEGAL	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 243310 Empresa: Diário Oficial do Estado do Ceará CNPJ: 09.469.891/0001-02 Processo: 20091983 Inexigibilidade de Licitação Objeto: contratação dos serviços de publicações em Jornal Oficial (DOE).	59.382,55	59.382,55
MERCADOLÓGICA	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 243320 Empresa: LoA Agência de Publicidade Ltda. CNPJ: 15.176.802/0001-24 Processo: 20140505 Contrato: 13/2015 Valor Contratual: R\$ 4.880,00 Vigência: 07/04/2015 a 06/04/2016 Adesão a Ata de Registro de Preço Objeto: aquisição de material promocional da CDC.	4.880,00	4.880,00

TABELA 52 – DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

MERCADOLÓGICA	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 243320 Empresa: Intermodal Organização de Eventos Ltda. CNPJ: 08.171.358/0001-99 Processo: 20150068 Contrato: 05/2015 Valor Contratual: R\$ 29.783,00 Vigência: 07/04/2015 a 09/04/2015 Inexigibilidade de Licitação Objeto: Participação da CDC/Porto de Fortaleza na Feira Intermodal South América 2015.	29.783,00	29.783,00
MERCADOLÓGICA	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 243320 Empresa: Prática Eventos Ltda. CNPJ: 01.693.006/0001-54 Processo: 20151320 Contrato: 29/2015 Valor Contratual: R\$ 20.000,00 Vigência: 11/11/2015 a 13/11/2015 Inexigibilidade de Licitação Objeto: Participação da CDC/Porto de Fortaleza no X Seminário de Logística EXPOLOG 2015.	20.000,00	20.000,00
INSTITUCIONAL	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 243330 Empresa: Elisabete Coutinho ME CNPJ: 03.869.267/0001-08 Processo: 20130182 Contrato: 16/2013 Valor Contratual: R\$ 5.000,00 Vigência: 01/04/2013 a 30/04/2013 Dispensa de Licitação Objeto: contratação dos serviços de divulgação e publicidade da CDC/Porto de Fortaleza na Revista Informativo dos Portos na Feira Intermodal South América 2015.	5.000,00	5.000,00
UTILIDADE PÚBLICA	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG/RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 243350	-	-

9.7.1 RESULTADOS OBTIDOS COM AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Notadamente a participação em feiras e eventos é uma oportunidade para a consolidação da imagem do Porto de Fortaleza como um terminal marítimo estratégico no País, um Porto de rápida operacionalidade e ampla capacidade de movimentação, bem como de captação de novos parceiros.

A partir de contatos formalizados durante os eventos, surgem negócios e a consequente ampliação da rede de relacionamentos, contatos comerciais e a concretização de novas parcerias.



CAPÍTULO 10: OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Companhia Docas do Ceará- CDC, tem pautado as suas ações dentro de uma visão estratégica de longo prazo, onde consideráveis obras de investimento foram principiadas e seus trabalhos continuados no decorrer do ano, e dentre as realizações mais recentes que naturalmente poderiam ser destacadas como de importância fundamental para a consolidação da visão estratégica da Companhia, destacaríamos os investimentos feitos com a construção do novo Terminal Marítimo de Passageiros - TMP, já concluído e, com projeto pronto, na Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, a Dragagem do Berço do referido Terminal e o Alargamento do Canal de Acesso.

Com a finalidade de melhorar a navegação, a Companhia projeta o alargamento do Canal para 220m, o que viria a dar expectativa do recebimento de navios de grande porte. Em relação ao Berço, a dragagem se torna imprescindível para que os navios possam atracar em frente ao novo TMP.

A dragagem trará os benefícios alencados a seguir:

- Com a conclusão dos trabalhos no Canal, o Porto de Fortaleza passará a ter condições de atração mais adequada de navios de grande calado, em virtude de ter um Berço com comprimento de 350m, o que não ocorre no Cais antigo;
- Mais segurança para os passageiros que desembarcarem no novo Terminal Marítimo de Passageiros;
- Com o atrativo de mais um Berço em operação e com profundidade maior, existe a possibilidade de atração de novos parceiros comerciais, fazendo com que o Porto tenha um incremento nas movimentações de carga;
- Melhoria do perfil de rentabilidade da CDC.

Dando continuidade as obras em andamento, destacamos algumas tão importantes quanto, vejamos:

- A pavimentação de pátios e arruamentos do Porto de Fortaleza encontra-se em franco andamento, o que otimizará a movimentação de equipamentos face a eliminação de lombadas existentes da pavimentação anterior, que acarretam grandes prejuízos de custos de recuperação à Companhia. O aumento da resistência do pavimento possibilitará empilhar vários contêineres sem o risco de afundamento do piso, aperfeiçoando o aproveitamento das áreas de armazenagem.
- Conclusão dos trabalhos para renovação do Alfandegamento do Porto, bem como o Alfandegamento do novo TMP.



Esses investimentos realizados dentro de uma visão estratégica de longo prazo evidentemente contribuirão, sem a menor sombra de dúvida, para a melhoria da rentabilidade da Companhia, de forma mais ampla, contribuindo sobremaneira para o crescimento econômico do Estado do Ceará e da cidade de Fortaleza, vocacionada que é para o turismo, possibilitando o equilíbrio financeiro que tanto se busca para o custeio da Companhia Docas do Ceará.



CAPÍTULO 11: ANEXOS E APÊNDICES



***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI N° 6.404/1976, INCLUINDO
NOTAS EXPLICATIVAS***



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO

		2015	2014
ATIVO CIRCULANTE		<u>15.456</u>	<u>12.317</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Nota 4	<u>10.003</u>	<u>6.637</u>
Caixa e Bancos		162	28
Aplicações de Liquidez Imediata		10.546	6.949
Saldo de crédito não identificado		(705)	(340)
CONTAS A RECEBER		<u>3.797</u>	<u>3.752</u>
Clientes	Nota 5	3.231	2.910
Servidores a Disposição		53	22
Adiantamentos a Fornecedores		-	38
Adiantamentos a Empregados		472	741
Acordos/Ressarcimentos	Nota 6	41	41
TRIBUTOS A RECUPERAR	Nota 7	1.527	1.806
ESTOQUES		82	90
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		48	32

Companhia Docas do Ceará - Secretaria de Portos da Presidência da República.

Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe - Fortaleza/CE - CEP 60.180-422 - Fone: (85) 3266.8989 - www.docasdoceara.com.br



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO

		2015	2014
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>347.903</u>	<u>331.798</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Nota 8	<u>2.640</u>	<u>8.192</u>
Contas a Receber	Nota 8 a	-	31
Depósitos e Cauções Judiciais	Nota 8 b	2.640	8.161
INVESTIMENTOS	Nota 9	<u>10</u>	<u>11</u>
IMOBILIZADO	Nota 10	<u>340.048</u>	<u>319.233</u>
INTANGÍVEL	Nota 11	<u>5.205</u>	<u>4.362</u>
ATIVO COMPENSADO			
Convênio CVT	Nota 23	<u>1.237</u>	<u>1.237</u>
TOTAL		<u>364.596</u>	<u>345.352</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Nilane Souza de Menezes
Nilane Souza de Menezes
Contadora
CRC-CE 16.629/O-7
CPF: 616.329.613-34



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

P A S S I V O

		2015	2014
PASSIVO CIRCULANTE		<u>43.909</u>	<u>75.509</u>
Fornecedores	Nota 12	1.591	6.092
Obrigações Trabalhistas	Nota 13	2.125	1.529
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	Nota 14	2.801	1.650
PORTUS - Previdência Privada	Nota 15	630	630
REFIS INSS	Nota 16	1.312	1.200
Provisões	Nota 17	1.892	2.001
Credores Diversos		592	549
Credores por Depósitos Caucionados	Nota 18	21	97
Credores Diversos IPTU	Nota 19	2.074	1.919
Depósitos Contribuições e Consignações		388	409
Convênios	Nota 20	-145	127
Obrigações Societárias	Nota 21	30.627	59.306
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>4.473</u>	<u>6.630</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>4.473</u>	<u>6.630</u>
PORTUS - Previdência Privada	Nota 15	4.473	4.742
REFIS INSS	Nota 16	-	1.888
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>314.978</u>	<u>261.976</u>
Capital Social	Nota 22 a	332.778	297.438
Reserva Legal	Nota 22 b	-	138
Reserva p/ Investimento	Nota 22 c	-	282
Reserva Especial	Nota 22 d	1.033	-
Lucro e Prejuízos do Exercício		-18.834	-35.882
PASSIVO COMPENSADO			
Convênio CVT	Nota 23	1.237	1.237
TOTAL		<u>364.596</u>	<u>345.352</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Nilane Souza de Menezes
Nilane Souza de Menezes
Contadora

CRC-CE 16.629/O-7

CPF: 616.329.613-34

Companhia Docas do Ceará - Secretaria de Portos da Presidência da República.

Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe - Fortaleza/CE - CEP 60.180-422 - Fone: (85) 3266.8989 - www.docasdoceara.com.br



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de reais)

		PERÍODOS DE	PERÍODOS DE
		01/JAN./15	01/JAN./14
		A	A
		31/DEZ./15	31/DEZ./14
RECEITAS	Nota 25	34.654	35.858
CUSTOS DOS SERVIÇOS		-26.402	-26.053
LUCRO BRUTO		8.252	9.805
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		-22.253	-42.120
Despesas Gerais e Administrativas		-28.025	-30.371
Outras Receitas Operacionais	Nota 26	7.390	5.271
Outras Despesas Operacionais	Nota 26	-1.617	-17.020
GANHOS E PERDAS DE CAPITAL		0	13
Receitas e Alienação de Bens e Direitos		0	90
Custo de Aquisição ou de Formação de Bens		0	-77
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		-14.001	-32.302
Receitas Financeiras	Nota 27	1.399	2.706
Despesas Financeiras	Nota 27	-6.232	-6.286
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		-18.834	-35.882
DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	Nota 28		
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-18.834	-35.882

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Nilane Souza de Menezes
Nilane Souza de Menezes
Contadora
CRC-CE 16.629/O-7
CPF: 616.329.613-34

AP *PA* *CF*



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	PERÍODOS DE	PERÍODOS DE
	01/JAN./15	01/JAN./14
	A 31/DEZ./15	A 31/DEZ./14
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	<u>(36.335)</u>	<u>49.270</u>
Despesas/Receitas que não afetam o Caixa		
(+) Depreciação/Amortizações	<u>10.476</u>	<u>5.807</u>
(-) Ajuste de Depreciação (RTT)	<u>5.646</u>	<u>4.691</u>
(-) Recuperação de Despesas	<u>(1.182)</u>	<u>(1.142)</u>
(+) Recuperação de Receitas	<u>(1.162)</u>	<u>-</u>
(+) Baixa Imobilizado	<u>-</u>	<u>944</u>
(+) Atualização Monetária	<u>62</u>	<u>1.314</u>
(-) Juros Atualização Depósitos Judiciais	<u>5.665</u>	<u>-</u>
(-) Variação Monetária de Tributos a Recuperar	<u>(37)</u>	<u>-</u>
(+) Provisão Perda Devedores Duvidosos	<u>(132)</u>	<u>-</u>
(+) Débitos Incobráveis - Perda	<u>28</u>	<u>-</u>
(+) Atualização Monetária Portus	<u>138</u>	<u>-</u>
(+) Ações Cíveis	<u>308</u>	<u>-</u>
	<u>1.142</u>	<u>-</u>
(-) Aumento do Ativo Circulante	<u>(397)</u>	<u>(30)</u>
(-) Clientes	<u>(350)</u>	<u>-</u>
(-) Servidores a disposição	<u>(31)</u>	<u>(5)</u>
(-) Adiantamentos a Empregados	<u>-</u>	<u>(27)</u>
(-) Despesas Antecipadas	<u>(16)</u>	<u>2</u>
(+) Diminuição do Ativo Circulante	<u>624</u>	<u>12.011</u>
Clientes	<u>-</u>	<u>2.492</u>
Adiantamento a Fornecedores	<u>38</u>	<u>-</u>
Adiantamento a Empregados	<u>270</u>	<u>-</u>
Provisão para perdas em Clientes	<u>28</u>	<u>674</u>
Impostos a Recuperar	<u>279</u>	<u>655</u>
Estoques	<u>8</u>	<u>148</u>
Acordos/Ressarcimentos	<u>-</u>	<u>8.042</u>
(+/-) Aumento/Redução dos Ativos e Passivos de Longo Prazo	<u>3.395</u>	<u>2.734</u>
Depósitos realizáveis a longo prazo	<u>5.521</u>	<u>(1.395)</u>
Devedores diversos	<u>31</u>	<u>2.597</u>

Companhia Docas do Ceará - Secretaria de Portos da Presidência da República.

Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe - Fortaleza/CE - CEP 60.180-422 - Fone: (85) 3266.8989 - www.docasdoceara.com.br



Obrigações Fiscais Trabalhistas e Previdenciárias	(2.157)	1.888
Provisões p/ Riscos Trabalhistas	-	(356)
(+) Aumento do Passivo Circulante	2.104	66.221
Fornecedores	-	5.184
Obrigações Fiscais Trabalhistas e Previdenciárias	1.860	1.732
Credores Diversos	-	267
Credores Diversos - Aforamento	89	108
Credores Diversos IPTU	155	154
Depósitos Contribuições e Consignações	-	34
Provisões	-	99
Obrigações Societárias	-	58.644
(-) Diminuição do Passivo Circulante	(33.704)	(1.591)
(-) Convênios	(272)	(355)
(-) Obrigações Fiscais Trabalhistas e Previdenciárias	-	(1.113)
(-) Fornecedores	(4.501)	-
(-) Credores por Depósitos Caucionados	(76)	(123)
(-) Credores Diversos	(46)	-
(-) Obrigações Societárias	(28.679)	-
(-) Provisões	(109)	-
(-) Outras Contas a Pagar- CONSIGNAÇÕES	(21)	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(26.183)	(70.904)
Aumento/Redução nos Investimentos	1	-
Aplicações no Imobilizado	(24.296)	(69.592)
Alienação de Imobilizado	-	(90)
Aplicações no Intangível	(1.888)	(1.222)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	65.884	19.180
Integralização de Capital	70.802	34.410
Créditos para futuro aumento de Capital	(42.785)	(14.874)
Absorção de Prejuízos	35.882	-
Refis	2.389	-
Amortização da Dívida da Portus	630	(356)
Reserva Especial	(1.033)	-
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.366	(2.454)
Saldo no Início do Período	6.637	9.091,00
Saldo no Final do Período	10.003	6.637,00
Variação do Período	3.366	(2.454)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Contadora
CRC-CE 16.629/O-7
CPF: 616.329.613-34

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)
(PERÍODO DE 31/DEZ/13 A 31/DEZ/15)

ESPECIFICAÇÕES	CONTAS	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	CRED. P/ FUTURO	RESERVAS	LUCRO(PREJUÍZOS)	TOTAL
		GOVERNO FEDERAL	AUMENTO DE CAPITAL	DE LUCROS	ACUMULADOS	GERAL
Saldos em 31 de dezembro de 2013		262.806	222	14.874	421	0
Constituição de Créditos p/Aumento de Capital		-	-	26.632	-	26.632
Transferência Créditos p/ Passivo Circulante		-	-	(41.507)	-	(41.507)
Aumento de Capital com Créditos	34.380	29	-	-	-	34.410
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(35.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	297.187	251	0	421	0	(35.882)
Constituição de Créditos p/Aumento de Capital						261.976
Transferência Créditos p/ Passivo Circulante						-
Aumento de Capital com Créditos	70.802	(1)				70.802
Prejuízo do Exercício						(18.834)
Reserva Especial				1.033		1.033
Absorção do Prejuízo com Capital Social	(35.432)	(30)	(421)		35.882	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	332.558	221	0	0	1.033	(18.834)
						314.978

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Milane Souza de Menezes
Milane Souza de Menezes

H
H
0-7
34

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16
Fortaleza – CE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n.º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, através do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,93%** do capital votante.

A CDC é vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores pólos trigueiros do país e uma infra-estrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em granéis sólidos (grãos, cereais, etc), granéis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e conteinerizada. Castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade (ou conforme a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas).

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto(Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

b) Contas a Receber de Usuários

Estão incluídos os serviços faturados, mediante as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.

c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na série histórica das perdas contabilizadas dos últimos 5 (cinco) anos.

d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

e) Investimentos

Estão demonstrados tendo como base o valor de mercado da cota.

f) Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

Não houve alterações nas taxas de depreciação no exercício de 2015, permanecendo os mesmos critérios adotados em 2014.

Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem futuros benefícios econômicos para a Empresa. Caso contrário, são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na **nota 10**. Os terrenos não são depreciados.

Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

g) Apuração dos Resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

Ressalta-se que dos recursos disponíveis R\$ 7.065 (mil) são recursos provenientes da União.

	2015	2014
Caixa Banco	162	28
Aplicação - BB – Fundo de renda Fixa	10.546	6.949
Saldo de crédito não identificado	(705)	(340)
	<u>10.003</u>	<u>6.637</u>

5. CLIENTES

	2015	2014
Contas a Receber de Usuários	3.994	3.644
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa	(763)	(734)
TOTAL	<u>3.231</u>	<u>2.910</u>

6. ACORDOS/RESSARCIMENTOS

A rubrica Acordos/Ressarcimentos contempla os valores resultantes de acordos entre a CDC e empresas.

	2015	2014
Contas a Receber de Usuários	41	41
TOTAL	<u>41</u>	<u>41</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de IR s/ aplicação financeira, retenções s/ serviços prestados e saldo negativo formado em períodos diversos. Segue a discriminação:

	2015	2014
Saldo Negativo IRPJ 2015 - 2014	-	1578
Saldo Negativo IRPJ 2016 - 2015	1.313	-
Saldo Negativo CSLL 2014 - 2013	-	16
Saldo Negativo CSLL 2015 - 2014	-	212
Saldo Negativo CSLL 2016 - 2015	214	-
TOTAL	1.527	1.806

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE

a) Contas a Receber

	2015	2014
Empresa Nutrialho Com LTDA	-	13
Nordeste Embalagens LTDA	-	18
TOTAL	-	31

No decorrer de 2015, o grupo de Contas a Receber de Longo Prazo era composto por valores oriundos de cheques dos clientes, Nordeste Embalagens Ltda e COMIMAT – Exportação e Importação LTDA, que foram devolvidos, bem como termo de confissão de dívida da empresa Nutrialho Com. Ltda, que perfaziam o montante de 51 mil reais.

A CDC ingressou judicialmente, com a finalidade de recuperar os respectivos valores e, para o Balanço de 2015, o setor jurídico da CDC emitiu prognósticos (2) PROVÁVEL, quanto ao êxito das respectivas ações.

De acordo com o PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 25, que dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando a entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa; nenhum ativo deverá ser reconhecido, apenas deverá ser divulgado em notas explicativas.

Dessa forma, foram procedidas as respectivas baixas, entretanto, as causas judiciais ainda estão ativas no Judiciário.

b) Depósitos Judiciais

	2015	2014
SINDEPOR	29	28
Reclamações Trabalhistas	<u>2.611</u>	<u>8.133</u>
TOTAL	<u>2.640</u>	<u>8.161</u>

Os valores constantes como Depósitos Judiciais, correspondem às causas trabalhistas ingressadas por empregados da CDC e pelo SINDEPOR e às ações cíveis. Destaca-se o bloqueio judicial efetuado em 2012 pelo INSS referente às causas trabalhistas no valor de aproximadamente sete milhões de reais, onde parte já foi desbloqueado, restando ainda um saldo bloqueado de R\$ 1.312 mil. Estes valores estão atualizados até 31 de dezembro de 2015.

Dentre as diminuições do respectivo grupo de contas, ocorridas no período, vale destacar a baixa referente ao processo nº 0047319-22.2000.8.06.0001/1, que tramitou na 3ª Vara Cível, referente ação acidentária de colaborador não pertencente ao quadro efetivo de empregados da CDC, mas como responsável solidária, a justiça procedera um bloqueio na conta da CDC no montante de R\$ 1.142.093,12, em novembro de 2014. De acordo com o prognóstico emitido pelo setor jurídico, no tocante à ação em comento, o trabalhador já foi beneficiado pela decisão judicial e a CDC está pleiteando a devolução dos valores despendidos, via ação de regresso contra a empresa empregadora do autor.

9. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

	2015	2014
Bndes	4	4
Finor – Banco Nordeste	<u>6</u>	<u>7</u>
TOTAL	<u>10</u>	<u>11</u>

10. IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica remanescente dos bens.

	2015	2014
Bens Móveis	5.098	4.999
Bens Imóveis	110.830	110.132
Obras em Andamento	273.720	250.283
Imobilizado Convênios	1.487	1.487
Convênio CVT	528	528
Convênio DNIT	959	959
Depreciação	(51.087)	(47.668)
TOTAL	<u>340.048</u>	<u>319.233</u>

	Taxa Depreciação Anual	Prazo de Vida Estimada - Anos
Edificações	1,67%	60
Embarcações	5%	20
Máquinas Móveis, Aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

Em 2015, houve um aumento significativo no grupo de Imobilizado em Andamento, onde se destaca com mais relevância a obra de construção do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza - TMP, onde foram gastos no ano, aproximadamente R\$ 16 milhões. O TMP vem para fomentar o desenvolvimento da vocação turística da cidade de Fortaleza. Além do Terminal Marítimo, a Companhia Docas do Ceará vem realizando investimentos em sua infra-estrutura, os quais também integram o grupo de Imobilizado em Andamento.

Em 2010, a CDC contratou empresa especializada para realização de Avaliação do Porto de Fortaleza, abrangendo seu terreno e as benfeitorias relacionadas. A avaliação foi realizada nos bens imóveis: Edifícios, Píer Petroleiro, Cais e Anexos Fixos, Arruamentos e Terminal Pesqueiro. Após a finalização dos trabalhos, em fevereiro de 2011, a contratada emitiu um Laudo onde se constatou que a expectativa de vida útil dos bens avaliados é superior à determinada pela Receita Federal do Brasil.

Em 2015, foi iniciado o processo licitatório objetivando a contratação de empresa especializada para realização de teste de *Impairment* nos ativos da Companhia para o balanço de 2015. Ocorre que pela especificidade do serviço e pelo número restrito de empresas que atuam no ramo desta contratação, a CDC encontrou dificuldade na obtenção, no mínimo, de três orçamentos de fornecedores distintos, o que comprometeu a realização do certame e consequentemente a contratação de empresa para execução do referido teste.

Vale salientar que no Exercício de 2014, a empresa STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA realizou teste de *Impairment* nos ativos da CDC, no qual apurou a sua total recuperabilidade, não restando, portanto, nenhum ajuste a ser efetuado, à época.

Cumpre destacar que a grande parte do Imobilizado da CDC, refere-se a bens imóveis, os quais são ativos que geralmente, não sofrem perdas significativas.

Diante do exposto, inobstante os impedimentos que frustraram a contratação para o exercício de 2015, essa CDC continuará envidando esforços no sentido de desembaraçar o processo licitatório para teste de *Impairment*, atendendo às obrigações constantes no CPC 01.

11. INTANGÍVEL

Compreende a aquisição de software contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a e vida útil estimada de 5 anos.

	2015	2014
Intangível	6.785	4.897
Amortização	(1.580)	(535)
TOTAL	<u>5.205</u>	<u>4.362</u>

12. FORNECEDORES

Tratam-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC, os quais listamos os principais:

FORNECEDORES	2015	2014
COELCE	464	254
INTELLSISTEMAS	120	120
HAPVIDA	123	105
LANLINK INFORMÁTICA	-	286
TUTTI ENGENHARIA LTDA	-	235
CONSTREMAC CONSTRUÇÕES LTDA	-	2.216
SERVENG-CIVILSAN S/A	-	2.216
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA	254	-
CRIART SERV. TERCEIRIZAÇÃO	143	-
VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	83	-
FORNECEDORES DIVERSOS	317	660
TOTAL	1.591	6.092

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Referem-se a valores em processo judicial em curso. Foi contabilizado no ano de 2015, o passivo contingente, cujo prognóstico do setor jurídico da CDC era provável.

CURTO PRAZO	2015	2014
Reclamações Trabalhistas	1.197	1.528
TOTAL	1.197	1.528

Não foi provisionado o montante aproximado de R\$ 535 (mil), referente às causas trabalhistas cujo prognóstico, enviado pelo setor jurídico da CDC, foi possível e, o montante de R\$ 3.117(mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda.

No grupo onde está classificado o saldo de curto prazo, também são registrados os valores referentes salários a pagar, férias a pagar, rescisões a pagar e décimo terceiro salário a pagar, informamos que estes valores foram liquidados no próprio exercício.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, principalmente, em dezembro de 2015.

	2015	2014
Impostos A Recolher - INSRF 480/04	1.072	496
INSS A Recolher	570	448
ISS - Imposto Serviços Prestados	69	41
ISS Retido Na Fonte	474	151
COFINS -Contribuição Social Lei Compl 70/91	265	229
Outros	351	285
Total	2.801	1.650

15. PORTUS – PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, determinou a paridade contributiva entre contribuição de participantes e patrocinadoras, razão por que estas reconheceram, em reunião realizada em 16 de janeiro de 2002, na sede da PORTUS, os valores referentes à Reserva a Amortizar.

A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R\$ 6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a. a mais INPC e sem existência de garantia.

CURTO PRAZO	2015	2014
Portus – Previdência Privada	630	630
LONGO PRAZO		
Portus – Previdência Privada	4.473	4.742
TOTAL	5.103	5.372

16. REFIS

Em novembro de 2012, a Companhia realizou um parcelamento ordinário na Receita Federal do Brasil, cuja origem é decorrente de débito de INSS em atraso, oriundo da Reclamação Trabalhista nº 351/1996, onde foram pagos R\$ 1.613 (mil) a título de valor principal, referente à 13 parcelas do mesmo. Em dezembro de 2013 o referido parcelamento ordinário foi suspenso com a adesão ao REFIS, onde o débito de INSS foi inscrito com o valor principal de R\$ 6.002 (mil) a ser pago em 60 meses. Do valor inscrito, já foram pagos R\$ 1.300 (mil) e que, somando ao valor já pago pelo parcelamento ordinário restou, em dezembro de 2014, um saldo remanescente de R\$ 3.088 (mil), o qual foi devidamente contabilizado. Em 2015, houve a consolidação do saldo devedor pela Receita Federal do Brasil, conforme Ofício nº 447/2015/SECAT/DRF-FOR/SRRF03/RFB/MF-CE, restando um saldo devedor, em setembro de 2015, de R\$ 1.229 (mil). Por fim, resta bloqueado o montante de R\$ 1.312 (mil) para liquidação da dívida, conforme determinação judicial datada de 15 de outubro de 2015. Dessa forma, do montante reconhecido anteriormente como Despesa, em dezembro de 2015, foi lançado como Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores o valor de R\$ 877 (mil).

17. PROVISÕES

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 31.12.2015.

	2015	2014
Provisão de Férias	1.328	1.471
Outros	200	141
TOTAL	1.892	2.001

18. CREDORES POR DEPÓSITOS CAUCIONADOS

	2015	2014
Ceplanus – Consult. Asses. Pública	-	76
Outros	21	21
TOTAL	21	97

19. CREDORES DIVERSOS - IPTU

O valor de R\$ 2.074(mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto, hoje, de lide jurídica junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

20. CONVÊNIOS

	2015	2014
CVT Portuário	84	71
Monitoramento Ambiental	(229)	56
TOTAL	(145)	127

Em 2015, houve o provisionamento de notas fiscais referente ao projeto básico ambiental da obra de aprofundamento do Porto de Fortaleza, objeto do Convênio de Monitoramento Ambiental. Por conta do bloqueio judicial relativo ao processo judicial nº 351/1996, existente na conta de aplicação financeira do referido convênio, na importância de R\$ 517.068,44, em 07/11/2012, a conta contábil apresenta saldo negativo, que será sanado, na ocasião do desbloqueio judicial.

21. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Dividendos

Correspondem às obrigações societárias decorrentes do provisionamento de dividendos que, segundo Estatuto Social da CDC, fixou em 25% do lucro líquido ajustado. Os valores, que ora encontravam-se registrados, são oriundos de exercícios anteriores de 2010 a 2012. Em 2015, o Conselho de Administração da CDC, através da deliberação nº 016/2015, manifestou-se favoravelmente à constituição de Reserva Especial, nos termos da Lei nº 6.404/76. Vide nota 21d.

	2015	2014
Dividendos	-	662
TOTAL	-	662

b) CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê fundos para investimento no Porto e consequente aumento de Capital. Tais fundos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidade.

Seu valor nominal sofre atualização monetária de acordo com variação da taxa SELIC. Neste exercício, os créditos recebidos para aumento de capital foram oriundos da Lei 12.952, de 20/01/2014 (Lei Orçamentária Anual de 2014) e da Lei 13.115, de 20/04/2015 (Lei Orçamentária Anual de 2015).

ACIONISTAS	2015	2014
GOVERNO FEDERAL	30.626	58.643
GOVERNO ESTADO CEARÁ	1	1
TOTAL	30.627	58.644

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 27.485.113.672 ações, sem valor nominal, sendo 17.948.605.801 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 31 de dezembro de 2015 está assim distribuído:

Composição Acionária

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	27.466.893.721	99,933709748%	332.557.573,78
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,066235127%	220.416,05
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,000011668%	38,83
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,000010864%	36,15
TOTAL	27.485.113.672	100,000000000%	332.778.173,27

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

Poderão ser acionistas da Companhia Docas do Ceará – CDC quaisquer pessoas físicas ou jurídicas. A União é reservada, em qualquer hipótese, a participação mínima no Capital Social com direito a voto, necessária à manutenção do controle acionário, sendo-lhe garantido sempre, em todas as emissões de ações, manter esta situação.

Em 15/10/2015, a 113ª Assembléia Geral Extraordinária homologou o aumento no Capital Social, aumento este proveniente de créditos do acionista majoritário, União Federal.

b) RESERVA LEGAL

Conforme Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal foi destinada para a absorção de parte do prejuízo do exercício de 2014, no valor de R\$ 139 (mil), não restando saldo remanescente.

c) RESERVA DE INVESTIMENTO

A reserva de investimento foi destinada para a absorção de parte do prejuízo do exercício de 2014, no valor de R\$ 282 (mil), não restando saldo remanescente.

d) RESERVA ESPECIAL

Em 2015, mediante aprovação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e, conforme ata da Assembléia Geral Extraordinária nº 112 de 25/06/2015, a Assembléia votou pela aprovação da proposta de constituição de Reserva Especial, no valor de R\$ 975 (mil) decorrentes de dividendos não pagos, pertencentes aos exercícios de 2010 a 2012, com fulcro no que dispõe o artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, condicionando ao que segue:

- Que a Reserva Especial não poderá ser absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes;
- Que sobre esta reserva deverão incidir encargos financeiros equivalentes à Taxa SELIC e juros moratórios conforme determina o Decreto nº 2.673/98;
- Que os acionistas minoritários que não comparecerem à Assembléia, se abstiverem de votar, ou votarem de forma desfavorável à constituição da Reserva Especial, farão jus aos recebimentos dos dividendos, acrescidos dos encargos financeiros equivalentes à Taxa SELIC e juros moratórios conforme determina o Decreto nº 2.673/98.

O saldo atualizado até 31/12/2015 totaliza um montante de R\$ 1.033 (mil).

23. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R\$ 1.237 (mil) refere-se a parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a conclusão do convênio com a União para que seja definida a propriedade dos bens adquiridos.

24. DIVULGAÇÃO REQUERIDA PELO DECRETO N° 95.524/87

Em conformidade com o disposto no Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987 e legislação complementar, a maior e menor remuneração pagas aos empregados e dirigentes em 2015 e 2014, foram:

REMUNERAÇÃO	2015	2014
DIRETORES		
Maior Remuneração	24	19
Menor Remuneração	23	18
EMPREGADOS		
Maior Remuneração	20	18
Menor Remuneração	2	1

25. RECEITAS

As receitas operacionais da CDC apresentada na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

	2015	2014
Utilização da Infra Estrutura de Proteção e Acesso Aquaviário	12.491	12.622
Utilização das Instalações de Acostagem	2.060	2.016
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	18.480	19.053
Serviços de Armazenagem	4.227	7.039
Serviços Diversos	3.458	3.239
(-) DEDUÇÕES	(6.062)	(8.111)
Receitas	34.654	35.858

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas, conforme Demonstração do Resultado, perfazem o montante R\$ 7.390 mil, composta pela descrição a seguir:

	2015	2014
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	6.147	4.259
Recuperação de Valores baixados como perdas em exercícios anteriores	21	944
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	1.197	-
Doações Governamentais	-	58
Receitas Eventuais	<u>25</u>	<u>10</u>
Total	<u>7.390</u>	<u>5.271</u>

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2015	2014
Receitas Financeiras	1.399	2.706
Despesas Financeiras	<u>(6.232)</u>	<u>(6.286)</u>
TOTAL	<u>(4.833)</u>	<u>(3.580)</u>

Em 2015, verificou-se uma diminuição de receitas financeiras num percentual de 48,30% e uma diminuição nas despesas financeiras de 0,86% em relação ao ano de 2014. A diminuição de receitas financeiras ocorreu devido à diminuição do montante de aplicações financeiras, visto que a receita financeira provém dos rendimentos das referidas aplicações.

28. DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

As provisões para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados de acordo com a legislação específica. As alíquotas utilizadas são:

	Alíquotas em %
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	15%
Adicional de Imposto de Renda Pessoa Jurídica	10%
Contribuição Social	9%



PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA - PORTUS



DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo N° 08364.000221/2011-21 - Jean Marie Weckerlin
Processo N° 08389.014689/2011-15 - Lucia Garcia Gamarra

Processo N° 08520.001487/2011-41 - Daniel Amador da Cunha Pires
Processo N° 08389.016031/2011-48 - Agueda Gregoria García

Processo N° 08212.001348/2011-00 - Cesar Aguilar Ojeda
Processo N° 08420.029296/2010-91 - Jaspal Singh e Sumit Kaur.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo N° 08240.004586/2011-21 - Gaylen Bret Jorgensen

Processo N° 08280.026719/2011-44 - William Lopez Silvero

Processo N° 08354.007176/2010-74 - Juan Emilio Matamala Oliva

Processo N° 08389.016007/2011-17 - Bernarda Benitez Martínez

Processo N° 08712.003086/2011-79 - Phillip Matthew Kopp.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08240.013711/2011-94 - Yodel Pérez Pulido.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto temporário VII, em permanente, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08375.002425/2011-78 - Judith Escobedo Velazquez.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08495.003317/2011-56 - José Antonio Almeida Fernandes.

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional peruviana, Geanneth Esther Chayna Cusi, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08505.085055/2009-59 - Geanneth Esther Chayna Cusi.

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional peruviano, Emiliano Achancaray Yarahuanman, nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08505.008877/2011-31 - Emiliano Achancaray Yarahuanman.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubstancial o ato INDEFERITÓRIO publicado no D.O.U. de 17/09/1996, Seção I, p. 18.414, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando que o ato persistirá enquanto for detentor(a) da condição que lhe deu origem. Processo N° 08389.001794/93-14 - YAN CHI FOR.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo N° 08420.004425/2008-14 - Jorge Luís Ferreira Catarino.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o estrangeiro encontra-se fora do país. Processo N° 08354.006254/2010-13 - Barry Antebi.

Tendo em vista a inobservância do requisito temporal disposto no art. 4º da Lei 11.961/09, INDEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional peruano, Elrid Marco Manchego. Processo N° 08495.002665/2011-14 - Elrid Marco Manchego.

Tendo em vista que o(a) interessado(a) não comprovou a permanência em situação irregular no território nacional antes do dia 1º de fevereiro de 2009, e nem apresentou qualquer outro documento capaz de atestar dita condição, INDEFIRO o pedido formulado pelo(a) nacional chinês, Yan Huanning, por não atender ao que dispõe o art. 1º c/c o art. 4º, inc. IV, ambos da Lei 11.961/09. Processo N° 08212.009652/2009-72 - Yan Huanning.

Tendo em vista que o(a) interessado(a) não comprovou a permanência em situação irregular no território nacional antes do dia 1º de fevereiro de 2009, e nem apresentou qualquer outro documento capaz de atestar dita condição, INDEFIRO o pedido formulado pelo(a) nacional chinês, Zhou Shuaow, por não atender ao que dispõe o art. 1º c/c o art. 4º, inc. IV, ambos da Lei 11.961/09. Processo N° 08457.007595/2009-14 - Zhou Shuaow.

Tendo em vista que o(a) estrangeiro(a) respondeu a processo criminal, INDEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional sírio, Adel Khaled, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei 11.961/09. Processo N° 08505.042021/2009-70 - Adel Khaled.

Tendo em vista que os interessados não comprovaram a permanência em situação irregular no território nacional antes do dia 1º de fevereiro de 2009, e nem apresentaram qualquer outro documento capaz de atestar dita condição, INDEFIRO o pedido formulado pelos nacionais chineses, Yuezi Kuang, e, Huiqiong Lei, por não atender ao que dispõe o art. 1º c/c o art. 4º, inc. IV, ambos da Lei 11.961/09. Processo N° 08353.007811/2009-90 - Yuezi Kuang e Huiqiong Lei.

Tendo em vista que o(a) estrangeiro(a) respondeu a processo criminal, INDEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional boliviano, Richard Braulio Valle Alcantara, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei 11.961/09. Processo N° 08505.076900/2009-03 - Richard Braulio Valle Alcantara.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, dos(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08000.001236/2011-36 - Maciej Jan Chrobak, até 07/02/2013

Processo N° 08000.006064/2011-97 - Chandra Sekhar Gudati, até 15/05/2012

Processo N° 08000.007121/2011-55 - Yves Francois Louis Chiffolleau, Jean Baptiste Erwan Julien Chiffolleau, Monica Cecilia Pallares Borja Chiffolleau e Virginie Enora Jeanne Chiffolleau, até 18/08/2013

Processo N° 08000.007178/2011-54 - Sven Ivar Johnsen, até 13/07/2012

Processo N° 08000.007195/2011-91 - Tomas Oliveira Braga da Veiga Frade, até 22/07/2012

Processo N° 08000.007227/2011-59 - Danial La Grange, até 31/12/2011

Processo N° 08000.007272/2011-11 - Michael W Picard, até 13/04/2012

Processo N° 08000.007276/2011-91 - Raoul Ochoa, até 31/12/2011

Processo N° 08000.007278/2011-81 - Paul Scott Taylor, até 31/12/2011

Processo N° 08000.007280/2011-50 - Louis Raymond Swartz III, até 31/12/2011

Processo N° 08000.007315/2011-51 - Ana Lia Pimentel de Almeida Garcia, até 14/07/2013

Processo N° 08000.008045/2011-03 - Rossano Bavaro, até 18/07/2012

Processo N° 08000.008149/2011-18 - Samuel Kristopher King, até 31/12/2011

Processo N° 08000.008155/2011-67 - Ralph Edward Smith Sr, até 31/12/2011

Processo N° 08000.008159/2011-45 - Michael Shane Tidmore, até 31/12/2011

Processo N° 08000.008161/2011-14 - James Clinton Johnson, até 31/12/2011

Processo N° 08000.008579/2011-21 - Ian Ingram Moir, até 30/10/2013

Processo N° 08000.011953/2011-76 - Reynaldo Alfredo Meza Ramirez, até 17/09/2012

Processo N° 08000.011955/2011-65 - Jean Marc Vincent Perales, até 17/09/2012

Processo N° 08000.011961/2011-12 - David Lynn Ardoin, até 29/01/2012

Processo N° 08000.011964/2011-56 - Hal James Broussard, até 29/01/2012

Processo N° 08000.011965/2011-09 - Jonathan Darrel Wright, até 29/01/2012

Processo N° 08000.011968/2011-34 - Donald Ray Underwood Jr, até 29/01/2012

Processo N° 08000.011978/2011-70 - James Andrew Kintner, até 29/01/2012

Processo N° 08000.011979/2011-14 - Lionel Joseph Gautreaux Jr, até 29/01/2012

Processo N° 08050.036627/2010-18 - Marco Castenetto, até 01/08/2012

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3º do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.008397/2011-51 - Berend Reiner Dijk, até 09/01/2012

Processo N° 08000.008130/2011-63 - Hongchao Wang, até 25/06/2012

Processo N° 08000.008114/2011-71 - Guogang Yang, até 25/06/2012

Processo N° 08000.008125/2011-51 - Wenguang Xu, até 25/06/2012

Processo N° 08000.008128/2011-94 - Wei Liu, até 24/06/2012

Processo N° 08000.008108/2011-13 - Jiasong Li, até 24/06/2012

Processo N° 08000.008107/2011-79 - Daojun Song, até 25/06/2012

Processo N° 08000.007851/2011-56 - Grim Arc Bergtun, até 07/05/2013

Processo N° 08000.007027/2011-04 - Jean Yves Fondu, até 05/06/2012.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 08/04/2011, Seção I, Pág. 45, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/ temporário em permanente nos termos do Decreto No. 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08505.002121/2011-88 - Martin Jorge Fritsches, Mathias Fritsches e Victoria Fritsches

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/ temporário em permanente nos termos do Decreto No. 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08505.002121/2011-88 - Martin Jorge Fritsches, Mathias Fritsches e Victoria Fritsches

No Diário Oficial da União de 20/04/2011, Seção I, Pág. 131, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08241.000177/2008-41 - Axel Henry Antoine Feill

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08241.000177/2008-41 - Axel Henry Antoine Feill Simon

No Diário Oficial da União de 09/06/2011, Seção I, Pág. 119, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08124.002562/2010-83 - Mohammad Awad Saleh Abu-Riziq

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo N° 08124.002562/2010-83 - Mohammad Awad Saleh Abu-Riziq

No Diário Oficial da União de 10/08/2011, Seção I, Pág. 63, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3º do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.003511/2011-56 - Zhang Zhenghu e Li Long, até 05/04/2013.

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3º do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.003511/2011-56 - Zhang Zhenghu e Lin Long, até 05/04/2013.

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA N° 459, DE 22 DE AGOSTO DE 2011

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e por decisão unânime, resolve:

Art. 1º Decretar a intervenção no PORTUS - Instituto de Seguridade Social, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARIA RABELO
p/Diretoria

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 1.972, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Suspender a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Natal (RN).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparéncia nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, em especial o subitem 5. do Capítulo III;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades nas ações financeiras por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Suspender, a partir da competência financeira julho de 2011, a transferência de incentivo financeiro referente às equipes de Estratégia Saúde da Família do Município de Natal (RN).

Parágrafo único. Tal suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas em supervisão técnica realizada pela Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte, especialmente no que tange às equipes de Saúde da Família incompletas e inconsistências nos dados do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

SECRETARIA DE PORTOS

PORTEIRA Nº 165, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição da República, c/c o art. 6º, parágrafo único da Lei N.º 11.518, de 5 de setembro de 2.007, resolve:

Art. 1º. Fica criada, no âmbito da Secretaria de Portos da Presidência da República, a Comissão de Acompanhamento do Processo de Intervenção no PORTUS - Instituto de Seguridade Social.

Art. 2º. Cabe à Comissão de Acompanhamento do Processo de Intervenção:

I - Articular-se com a autoridade interventora do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, buscando agendar reuniões periódicas para informar-se do andamento do processo de intervenção;

II - Informar ao público alvo, segurados do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, sobre o andamento dos trabalhos, por meio de dados colhidos junto à Autoridade Interventora;

III - Transmitir, ao Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, as informações que o habilitem a atuar no processo para a garantia da sua eficácia e consecução dos seus resultados, no prazo estipulado.

Art. 3º A Comissão de Acompanhamento do Processo de Intervenção será constituída de forma paritária, com os seguintes representantes da Secretaria de Portos da Presidência da República e dos Trabalhadores Portuários indicados pela Federação Nacional dos Portuários:

I - Pela Secretaria de Portos da Presidência da República:

a) MÁRIO LIMA JÚNIOR - Secretário Executivo da Secretaria de Portos, na condição de Coordenador da Comissão;

b) GUY DE FONTGALLAND CORRÊA DA SILVA LOUREIRO - membro;

c) JOSÉ LOPES FEIJÓ - membro.

II - Pela Federação Nacional dos Portuários:

a) EDUARDO LÍRIO GUTERRA - membro;

b) MARCELISE DE MIRANDA AZEVEDO - membro;

c) VILSON BALTHIAR ARSÉNIO - membro.

Parágrafo único No caso de motivo de força maior que impeça a participação de qualquer membro em reunião agendada, desde que com um prazo de 24 horas de antecedência, o Secretário Executivo da Secretaria de Portos ou o Presidente da Federação Nacional dos Portuários poderá indicar um substituto.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ LEÔNIDAS DE MENEZES CRISTINO

**Diário Oficial da União - Seção 1**

Nº 35, segunda-feira, 23 de fevereiro de 2015

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendado para menores de dez anos" em 29 de março de 2013.

CONSIDERANDO que o monitoramento do filme não identificou tendências de indicação que justificassem a classificação autotribuída pela emissora, resolve:

indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "livre".

Despacho nº 116/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08017.000557/2014-87
Filme: MANDIE E O TUNEL SECRETO
Emissora: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Requerente: SET Serviços Empresariais Ltda. EPP

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendado para menores de dez anos" em 24 de fevereiro de 2014.

CONSIDERANDO que o monitoramento do filme não identificou tendências de indicação que justificassem a classificação autotribuída pela emissora, resolve:

indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "livre".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÔES PIRES

Ministério da Previdência Social**SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA****PORTRARIA N° 91, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015**

Dispõe sobre a forma e prazo de envio das informações para apuração da duração do passivo referida na Resolução nº 18, de 28 de março de 2006 e do ajuste de precificação referido na Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, bem como referidos na Instrução Previc nº 19, de 04 de Fevereiro de 2015.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, em sessão extraordinária nº 22 realizada em 20 de fevereiro de 2015, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso X, artigo 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e o inciso XXIII, artigo 11 do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista o contido no artigo 3º da Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, alterada pela Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e do artigo 34 da Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, do CGPC, alterada pela Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014, do CNPC, decide:

Art. 1º Para apuração da duração do passivo referida na Resolução nº 18, de 28 de março de 2006 e do ajuste de precificação referido na Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do CGPC, bem como referidos na Instrução Previc nº 19, de 04 de Fevereiro de 2015, a entidade fechada de previdência complementar (EFPC) deve utilizar planilha eletrônica específica divulgada na página da Previc.

§ 1º A EFPC deverá encaminhar à Previc, até a data de envio das demonstrações contábeis, a planilha eletrônica descrita no caput, por meio de mensagem eletrônica endereçada à previc.diace@previc.gov.br, para cada um dos planos de benefícios.

§ 2º Os títulos da planilha eletrônica e da mensagem eletrônica devem observar o disposto no anexo a esta Portaria.

Art. 2º A planilha eletrônica constante no art. 1º deve ser utilizada, inclusive, para efeito de encerramento do exercício de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA
Diretor-Superintendente
Substituto

ANEXO

1 - Os fluxos de contribuições, bem como os fluxos de pagamentos de benefícios utilizados para a definição da duração do passivo devem estar posicionados no final de cada exercício.

2 - A planilha eletrônica pode ser enviada somente com as informações necessárias para o cálculo da duração do passivo, caso o plano de benefícios não se enquadre nos requisitos para apuração e divulgação do ajuste de precificação constante no art. 9º na Instrução Previc nº 19/2015.

3 - Caso, na apuração de ajuste de precificação, não forem atendidos todos os requisitos constantes no quadro "Cumprimento dos Requisitos para Ajuste", a planilha eletrônica não permite a compilação para envio à Previc. Cabe à EFPC promover a exclusão de títulos para o devido enquadramento e o consequente atendimento a todos os requisitos constantes nos incisos III a V do art. 9º da Instrução Previc nº 19/2015.

Caminho para exclusão: Calcular Ajuste / Lançar Títulos / Marcar com "X" para excluir do fluxo.

4 - O nome da planilha eletrônica deve observar o seguinte formato: caracteres "DPAP", seguidos pelas siglas da EFPC e do CNPB, com 4 e 10 caracteres numéricos, respectivamente e incluídos os dígitos verificadores, acrescido da data de apuração no formato "ddmmmaaaa" (Exemplo: DPAP_9999_9999999999_31122014).

5 - O título da mensagem eletrônica deve observar o mesmo formato do nome da planilha eletrônica constante no item 1, apenas substituindo o CNPB pelo número relativo ao sequencial correspondente à respectiva mensagem eletrônica encaminhada (Exemplo: no caso de envio de uma mensagem eletrônica: DPAP_9999_0000000001_31122014; no caso de envio de duas ou mais mensagens eletrônicas: DPAP_9999_0000000001_31122014; DPAP_9999_0000000002_31122014; etc.).

5.1 - No caso de a EFPC enviar somente uma planilha eletrônica, o título da mensagem eletrônica poderá ser equivalente ao nome da planilha conforme o item 1.

Ministério da Saúde**SECRETARIA EXECUTIVA****PORTRARIA N° 113, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015**

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

A SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Esta Portaria defere pedido de credenciamento, para apresentação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), da instituição abaixo relacionada:

I - Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, CNPJ 84.592.369/0009-88, Processo SIPAR 25000.202829/2014-80.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTRARIA N° 114, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

Indefere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

A SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Esta Portaria indefere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), das instituições abaixo relacionadas:

I - Instituto de Tecnologia e Pesquisa, CNPJ 02.886.710/0001-96, Processo SIPAR 25000.148437/2014-68; e

II - Rede Feminina de Combate ao Câncer, CNPJ 02.140.690/0001-00, Processo SIPAR 25000.172574/2014-13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NO PARÁ****DECISÃO DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015**

O - Uender Soares Xavier - Chefe do Núcleo Pará - NUCLEO DA ANS PARA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 331 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
25780.006037/2013-65	UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	303976.	04.201.372/0001-37	Ressicndir unilateralmente por inadimplência, em 21/02/13, o contrato dos benef. IMFP e EFP. Infr. art. 13 da Lei 9656/98.	16000 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS)	
25780.008426/2012-44	FUNDACAO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA - FASSINCRA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	358720.	00.431.403/0001-95	Deixar de ger. em out/12, cob. para os proc. hemiatrofia facial, correção com exerto de gordura, reconstrução da mandíbula/maxila com prótese e ou exerto ósseo, e osteotomias alveolar/palatinas, a benef. RAPD. Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	16000 (DEZESSEIS MIL REAIS)	
25780.003988/2014-63	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Aplicar, em 06/01/14, reajustos na contraprestação da benef. CSL, por inadimpl. de fárax. cláus. em desacordo com a regulamentação e deixar de fornecer, em 01/07/06, cópia do contrato. Infr. art. 15 e 16, respectivamente, da Lei 9656/98.	50000 (CINQUENTA MIL REAIS)	

Carta Interv - Corab nº 071.000006.2016-0

Rio de Janeiro, 03 de Maio de 2016.

Ilmo. Sr.

Dr. Mário Jorge Cavalcanti

M.D. Diretor da Companhia Docas do Ceará – CDC

JÁ DIAFIN
P/ análise e
providências

Pinheiro

Cesar Augusto Pinheiro

Diretor Presidente

Companhia Docas do Ceará

10/05/16

Assunto: Resultados da Avaliação atuarial do PBP1 referente ao encerramento do exercício de 2015.

Prezado Senhor,

Disponibilizamos para V.Sa. no anexo, em formato de mídia digital - "Compact Disc" - os resultados da avaliação atuarial do Plano de Benefícios Portus 1 - PBP1 relativo ao encerramento do exercício de 2015, realizado com data base em 31/12/2015, administrado pelo Portus Instinto de Seguridade Social.

Cumpre esclarecer neste ano o resultado deficitário do PBP1 foi menor em comparação ao apresentado no encerramento do exercício de 2014, conforme pode ser observado no quadro que segue.

Contas Patrimoniais	31/12/2015	31/12/2014	Variação em R\$	Variação em %
Passivo	353.201.715,57	348.666.608,68	- 4.635.106,89	-1,28%
Exigível Operacional	9.896.297,88	8.913.848,52	- 982.449,36	-9,93%
Gestão Previdencial	9.186.362,74	8.258.277,84	- 928.084,90	-10,10%
Gestão Administrativa	688.120,11	597.553,00	- 90.567,11	-13,16%
Investimentos	21.815,03	58.017,68	- 36.202,65	-165,95%
Exigível Contingencial	83.950.729,78	82.472.551,23	- 1.478.178,55	-1,76%
Provisões Matemáticas	3.733.744.808,13	3.866.704.373,94	- 132.959.565,81	3,56%
Benefícios Concedidos	2.072.576.558,43	2.255.913.400,07	- 183.336.841,64	-8,85%
Benefícios a Conceder	1.722.295.242,25	1.678.341.058,98	- 43.954.183,27	-2,55%
a Constituir [1]	61.126.992,55	67.550.085,11	- 6.423.092,56	-10,51%
Déficit	-3.572.400.223,53	-3.693.910.261,92	- 121.510.038,39	3,40%
Fundos	98.010.103,31	84.486.096,91	- 13.524.006,40	-13,80%
Previdencial	57.799.386,29	49.606.504,62	- 8.192.881,67	-14,17%
Administrativo	36.355.121,47	31.192.977,47	- 5.162.144,00	-14,20%
Investimentos	3.855.595,55	3.686.614,82	- 168.980,73	-4,38%

Outro fato importante é que a partir de 01/04/2016 o Plano de Custeio definido na presente avaliação passa a vigorar sem retroatividade, entretanto, o custeio proposto teve como objetivo inicial manter os mesmos percentuais de contribuição normal praticados pelas patrocinadoras e participantes ao longo do exercício de 2015, conforme apresentado no Capítulo 4 do anexo "1 – Relatório de Avaliação Atuarial PBP1 3112015.pdf", como também, manter inalterada as demais cobranças regulares, quer sejam para joia, contribuição extraordinária para RTSA, fundos para antecipação de suplementação ou para alteração de beneficiários e contribuição adicional de risco.

Portanto, pelo motivo do Plano de Custeio determinado inicialmente não gerar elevação nas contribuições das Patrocinadoras, para entrar em vigor o mesmo

Sob Intervenção

não precisa de prévia manifestação das mesmas e dos seus respectivos órgãos fiscalizadores, conforme exigido pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 108/2001 e pelo parágrafo segundo do artigo 29 do Regulamento do PBP1.

Por outro lado, o Plano se encontra atualmente em situação de descumprimento quanto as normas técnicas atuariais adequadas e o disposto na legislação quanto à obrigatoriedade de imediata regularização de insuficiências, sejam técnicas ou patrimoniais.

Por conta disso, a avaliação atuarial de 2015 apresenta um Plano de Custeio específico para equacionamento da totalidade do déficit técnico do PBP1, disposto de forma detalhada ao final do Capítulo 6 do Anexo "1 – Relatório de Avaliação Atuarial PBP1 31122015.pdf", que considera a introdução de contribuição extraordinária/adicional mensal por prazo certo para todos participantes e patrocinadoras do PBP1. Consta no Anexo I do relatório supracitado o valor de contribuição extraordinária mensal atribuída a cada Patrocinadora. Consta no Anexo I do relatório supracitado o valor de contribuição extraordinária mensal atribuída a cada Patrocinadora.

Diferente do Plano de Custeio inicial que entra em vigor a partir 01/04/2016, este segundo tem previsão para entrar em vigor **após aprovação por todas as patrocinadoras do PBP1 e por seus respectivos órgãos fiscalizadores**, conforme previsto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 108/2001 e pelo parágrafo segundo do artigo 29 do Regulamento do PBP1, cuja transcrições seguem abaixo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001

"Art. 4º Nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, a proposta de instituição de plano de benefícios ou adesão a plano de benefícios em execução será submetida ao órgão fiscalizador, acompanhada de manifestação favorável do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador.

Parágrafo único. As alterações no plano de benefícios que implique elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle referido no caput." (Grifo nosso)

REGULAMENTO DO PBP1, VIGÊNCIA A PARTIR DE 11 DE MAIO DE 2010

"Art. 29 O Plano de Custeio do PBP1 será determinado atuarialmente ao encerramento de cada exercício, devendo obrigatoriamente apresentar:

- I. os regimes financeiros, os métodos de financiamento e as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial;
- II. os percentuais da Contribuição Regular e, quando instituída, da Contribuição Extraordinária;
- III. a data de início de sua vigência e, quando instituída, o período de aplicação da Contribuição Extraordinária.

§ 1º Sem prejuízo da determinação anual prevista no caput, o Plano de Custeio será reavaliado atuarialmente quando ocorrerem eventos determinantes de alterações nos compromissos do PBP1.

§ 2º As alterações no Plano de Custeio que impliquem elevação das Contribuições serão objeto de prévia manifestação dos Patrocinadores e dos órgãos governamentais competentes." (Grifo nosso)

Sob Intervenção

Neste contexto, solicitamos a gentileza de manifestação desta patrocinadora bem como dos seus respectivos órgãos fiscalizadores quanto a aprovação ou não do Plano de Custeio para o equacionamento do déficit técnico do PBP1.

O Portus reconhece que os valores constantes na proposta de equacionamento são consideravelmente altos, entretanto, o Portus reforça que cumpriu rigorosamente a legislação que determina como deverá ser realizado o equacionamento de déficit técnico de Plano de Previdência Complementar Fechado.

Caso necessitem de maiores esclarecimentos, os técnicos dessa patrocinadora poderão entrar em contato Portus, através do Sr. Felipe Paiva, por meio dos seguintes contatos: [felipe.paiva @portus.com.br](mailto:felipe.paiva@portus.com.br) ou (21) 2122-8510.

Por fim, listamos a seguir quais são as informações constantes no "Compact Disc" que segue junto a este á título de anexo:

- 1 – Relatório de Avaliação Atuarial PBP1 3112015.pdf;
- 2 – Estatuto Social do Portus Instituto de Seguridade Social vigente; e
- 3 – Regulamento vigente do Plano de Benefícios Portus 1.

Atenciosamente,

José Pereira Filho
Interventor

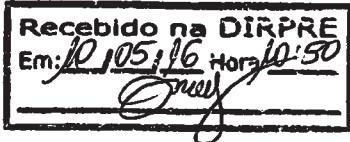

Felipe Paiva
Coordenador de Gestão Atuarial e
Benefícios - Corab
Atuário MIBA nº 2.258



A CODREH,
Para conhecimento. Em: 11/05/16


José Ilírio Gonçalves Marques
Diretor de Administração e Finanças

CC. Secretaria de Portos – SEP
CC. Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC
CC. Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST



Relatório Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1 – PBP1(CNPB: 19.780.005-29), administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL - PORTUS

**Estudo: Avaliação Atuarial de Encerramento do
Exercício de 2015, realizada com a data base de
31/12/2015**

28 de março de 2016

Sumário

1.	Objetivo.....	2
2.	Base de Dados e Estatísticas.....	3
3.	Regimes e Métodos de Financiamento, Hipóteses Atuariais e Variáveis de Cálculo.....	7
4.	Plano de Custeio.....	10
5.	Resultados.....	17
6.	Parecer Atuarial.....	21
7.	Fatos Importantes.....	33
8.	Considerações Finais.....	35
ANEXO I	Distribuição do Valor da Contribuição Extraordinária Mensal por Patrocinadora em 31/12/2015 – Sistema Price.....	36

1. Objetivo

Este parecer tem por objetivo apresentar o valor das Provisões Matemáticas em 31/12/2015, para o Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29) administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL – PORTUS, classificado na Modalidade de Benefício Definido, que encontra-se fechado a adesão de novos patrocinadores e participantes e que é patrocinado solidariamente pelas seguintes empresas: Companhia Docas do Ceará - CDC; Companhia Docas do Estado do Pará - CDP; Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA; Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN; Companhia Docas do Estado do Espírito Santo - CODESA; Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP; Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR; Companhia Docas da Paraíba - DOCAS-PB; Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP; Porto do Recife S/A; Instituto de Seguridade Social - PORTUS; Sociedade de Navegação Porto e Hidrovias do Estado do Amazonas - SNPH; e Superintendência do Porto de Itajaí - SPI.

Salientamos que além dos participantes inscritos no PBP1 das empresas patrocinadoras acima descritas, o Plano também acolhe grupo de participantes vinculados às extintas empresas patrocinadoras PORTOBRAS e CBD.

Além das Provisões Matemáticas, serão apresentados outros resultados decorrentes da Avaliação Atuarial, como o Plano de Custeio do PBP1 e sugestões para sua adequação frente a sua atual situação, as Hipóteses Atuariais e Regimes e Métodos de Financiamento, observando o que determina a Legislação vigente.

Neste contexto, serão ainda apresentados os valores relativos ao Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Resultado Técnico e Fundos.

Os resultados quando se fizerem necessários serão segregados por Patrocinadora.

Os resultados desta avaliação atuarial tem início de vigência em 01/04/2016, portanto, os cálculos dos fundos, de fator de débito, de antecipações e de benefícios deverão observar as hipóteses definidas neste estudo a partir da data acima mencionada.

As principais regras do Plano e do Regime Geral de Previdência Oficial, as metodologias atuariais, as simbologias e a descrição das hipóteses sobre os aspectos qualitativos serão apresentadas em documento específico conhecido como Nota Técnica Atuarial do Plano.

Por fim, cumpre esclarecer que o PORTUS está sob intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 22 de agosto de 2011, através da portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2011, com última prorrogação através da Portaria nº 667, de 11 de dezembro de 2015.



2. Base de Dados e Estatísticas

A base de dados utilizada para processar a avaliação atuarial do PBP1 foi inicialmente concebida pelo PORTUS na posição de 31/12/2015. A esse conjunto de informações foram aplicados testes de consistência para verificar os aspectos qualitativos e quantitativos antes de ser utilizada nos cálculos atuariais.

Após receber os ajustes necessários, relativos sua a verificação, a mesma foi julgada própria e adequada para realização da Avaliação Atuarial.

Dito isso, abaixo apresentamos as principais estatísticas relativas a base de dados dos participantes do PBP1 posicionado em 31/12/2015, como também as informações obtidas do relatório de avaliação atuarial de 31/12/2014 e 31/12/2013.

I – Ativo e Autopatrocínado:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência (*)	1.780	1.821	1.904
Idade Média em anos	56,91	55,84	54,59
Tempo Faltante Médio em anos (**)	2,14	2,58	3,11
Tempo de Contribuição em anos	30,98	29,96	28,92
Salário de Participação Médio Mensal em R\$	10.702	9.287	8.825
Salário de Participação Anual (***) x 13 em R\$	246.952.104	219.859.858	218.430.373

Informações relativas a 2015:

(*) Considera 13 participantes autopatrocinados e 13 participantes em auxílio doença com menos de 24 meses de benefício. Por sexo a segregação é a seguinte: 1.513 masculinos e 267 femininos.

(**) Para a aposentadoria programada.

(***) Considera o conceito de pico e capacidade para os valores em R\$.

II - Remido:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência	1	4	1
Idade Média em anos	48,17	41,13	59,93
Benefício Médio Mensal (*) em R\$	6.136	1.711	3.680

Informações relativas a 2015:

(*) Benefício calculado quando da opção pelo Instituto do BPD com conceito de pico e capacidade.

III - Aposentadoria Programada:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência (*)	4.722	4.861	4.974
Idade Média em anos (**)	72,96	72,24	71,54
Benefício Médio Mensal (*** e ****) em R\$	2.327	2.082	1.950
Benefício Anual (****) x 13 em R\$	142.827.50	131.552.457	126.106.514

Informações relativas a 2015:

(*) a.1) Especial: 2.059 masculinos e 20 femininos; a.2) Tempo de Contribuição: 2.163 masculinos e 396 femininos; e a.3) Idade: 44 masculinos e 40 femininos.

(**) b.1) Especial: 74,58; b.2) Tempo de Contribuição: 71,27; e b.3) Idade: 84,34.

(*** c.1) Especial: 2.000; c.2) Tempo de Contribuição: 2.624; e c.3) Idade: 1.343.

(****) Considera o conceito de pico e capacidade.

IV - Aposentadoria por Invalidez:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência (*)	423	438	454
Idade Média em anos	62,80	62,04	61,26
Benefício Médio Mensal (**) em R\$	1.635	1.431	1.368
Benefício Anual (**) x 13 em R\$	8.991.354	8.146.620	8.071.025

Informações relativas a 2015:

(*) Considera 8 participantes em auxilio doença com mais de 24 meses em benefício.

(**) Considera o conceito de pico e capacidade.

V - Pensão:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência (*)	3.298	3.265	3.210
Idade Média em anos (**)	66,96	66,16	68,79
Benefício Médio Mensal (***) em R\$	927	850	806
Benefício Anual (***) x 13 em R\$	39.730.648	36.094.394	33.645.317

Informações relativas a 2015:

(*) Representa o Grupo Familiar.

(**) Idade do pensionista vitalício mais novo de cada Grupo Familiar.

(***) Considera o conceito de pico e capacidade.

VI – Ativo e Autopatrocinado por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência			Salário de Participação em R\$		Idade Média em anos
	Masculino	Feminino	Total	Mensal (*)	Médio (*)	
PORTOBRAS	-	-	-	-	-	-
PORTUS	15	9	24	113.449	4.727	50,53
CODOMAR	12	2	14	76.532	5.467	61,14
CDC	72	9	81	697.498	8.611	59,71
CODERN	99	30	129	1.059.699	8.215	57,39
CODEBA	111	35	146	1.295.687	8.875	57,90
CDP	127	25	152	1.571.537	10.339	56,30
CDRJ	312	75	387	4.559.300	11.781	57,37
APR	54	24	78	479.063	6.142	59,43
DOCAS-PB	4	1	5	26.000	5.200	60,28
CODESA	110	16	126	1.425.736	11.315	57,55
CODESP	571	37	608	7.437.339	12.232	55,63
SPI	11	1	12	127.738	10.645	58,99
EMAP	11	1	12	109.670	9.139	57,08
SNPH	4	2	6	17.067	2.844	61,75
TOTAL	1.513	267	1.780	18.996.316	10.672	56,91

VII – Remido por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência			Benefício Projetado em R\$		Idade Média em anos
	Masculino	Feminino	Total	Mensal (*)	Médio (*)	
PORTOBRAS	-	-	-	-	-	-
PORTUS	1	-	1	6.135	6.135	48,17
CODOMAR	-	-	-	-	-	-
CDC	-	-	-	-	-	-
CODERN	-	-	-	-	-	-
CODEBA	-	-	-	-	-	-
CDP	-	-	-	-	-	-
CDRJ	-	-	-	-	-	-
APR	-	-	-	-	-	-
DOCAS-PB	-	-	-	-	-	-
CODESA	-	-	-	-	-	-
CODESP	-	-	-	-	-	-
SPI	-	-	-	-	-	-
EMAP	-	-	-	-	-	-
SNPH	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1	-	1	6.135	6.135	48,17

(*) Considera o conceito de pico e capacidade.

VIII - Aposentadoria Programada por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência			Suplementação em R\$		Idade Média em anos
	Masculino	Feminino	Total	Mensal (*)	Média (*)	
PORTOBRAS	153	45	198	350.766	1.772	81,83
PORTUS	14	29	43	77.664	1.806	65,04
CODOMAR	79	9	88	184.155	2.093	74,93
CDC	115	24	139	307.640	2.213	75,92
CODERN	171	31	202	346.179	1.714	70,21
CODEBA	221	33	254	468.828	1.846	73,41
CDP	105	22	127	247.721	1.951	72,26
CDRJ	553	130	683	1.658.279	2.428	75,35
APR	13	1	14	30.675	2.191	69,21
DOCAS-PB	17	3	20	28.614	1.431	63,39
CODESA	282	47	329	667.492	2.029	73,17
CODESP	2.489	76	2.565	6.416.310	2.501	71,97
SPI	35	1	36	133.263	3.702	64,36
EMAP	1	-	1	6.568	6.568	57,50
SNPH	18	5	23	62.542	2.719	70,24
TOTAL	4.266	456	4.722	10.986.696	2.327	72,96

(*) Considera o conceito de pico e capacidade.

IX - Aposentadoria por Invalidez por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência			Suplementação em R\$		Idade Média em anos
	Masculino	Feminino	Total	Mensal (*)	Média (*)	
PORTOBRAS	16	4	20	15.062	753	76,89
PORTUS	1	3	4	4.106	1.027	59,10
CODOMAR	3	1	4	6.119	1.530	63,17
CDC	7	2	9	7.558	840	74,56
CODERN	35	6	41	53.129	1.296	65,98
CODEBA	66	6	72	91.609	1.272	62,32
CDP	8	1	9	13.828	1.536	64,39
CDRJ	51	14	65	139.790	2.151	61,18
APR	1	1	2	3.439	1.720	66,04
DOCAS-PB	6	-	6	4.675	779	58,54
CODESA	22	4	26	45.674	1.757	61,00
CODESP	153	9	162	296.693	1.831	60,87
SPI	3	-	3	9.962	3.321	62,39
EMAP	-	-	-	-	-	-
SNPH	-	-	-	-	-	-
TOTAL	372	51	423	691.643	1.635	62,80

(*) Considera o conceito de pico e capacidade.

X - Pensionistas por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência	Suplementação em R\$	
		Mensal (*)	Média (*)
PORTOBRAS	336	236.622	704
PORTUS	5	6.215	1.243
CODOMAR	59	41.919	710
CDC	85	63.805	751
CODERN	117	89.241	763
CODEBA	221	153.764	696
CDP	100	74.164	742
CDRJ	682	705.613	1.035
APR	6	4.119	686
DOCAS-PB	7	2.344	335
CODESA	208	174.959	841
CODESP	1463	1.487.439	1.017
SPI	3	4.761	1.587
EMAP	0	-	-
SNPH	6	11.239	1.873
TOTAL	3210	3.056.204	952

(*) Considera o conceito de pico e capacidade.

3. Regime Financeiro, Método de Financiamento, Hipóteses Atuariais e Variáveis de Cálculo

O Regime Financeiro de Capitalização e o Método de Financiamento é o Agregado para avaliação de todos os Benefícios e Institutos cobertos pelo Plano.

As hipóteses atuariais empregadas na Avaliação Atuarial do PBP1 em 31/12/2015 são as seguintes:

Hipóteses Atuariais	Descrição em 31/12/2015	Descrição em 31/12/2014
Tábuas de Mortalidade Geral	AT – 2000 Basic segregada por sexo para as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI e AT-1983 segregada por sexo para as demais	AT – 2000 Basic segregada por sexo para as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI e AT-1983 segregada por sexo para as demais
Tábuas de Mortalidade de Inválidos	Experiência CESAT de 01/01/2000 a 31/12/2004, construída com base na experiência de Sinistros Expostos do INSS desagravada 20%	Experiência CESAT de 01/01/2000 a 31/12/2004, construída com base na experiência de Sinistros Expostos do INSS desagravada 20%
Tábuas de Entrada em Invalidez	Experiência PBP1 de 01/01/2006 a 31/12/2012	Experiência PBP1 de 01/01/2006 a 31/12/2012
Tábuas de Morbidez	Experiência PBP1 de 01/01/2007 a 31/12/2012	Experiência PBP1 de 01/01/2007 a 31/12/2012
Rotatividade Geral	Nula	Nula
Taxa Real de Crescimento Salarial	Portobrás: 0,00% a.a.; Portus: 1,00% a.a.; CODOMAR: 0,00% a.a.; CDC: 0,00% a.a.; CODERN: 2,01% a.a.; CODEBA: 0,00% a.a.; CDP: 0,00% a.a.; CDRJ: 0,00% a.a.; APR: 0,00% a.a.; DOCAS-PB: 0,00% a.a.; CODESA: 2,00% a.a.; CODESP: 2,00% a.a.; SPI: 0,00% a.a.; EMAP: 1,00% a.a.; e SNPH: 0,00% a.a.	Portobrás: 0,00% a.a.; Portus: 1,00% a.a.; CODOMAR: 1,00% a.a.; CDC: 0,00% a.a.; CODERN: 2,00% a.a.; CODEBA: 2,00% a.a.; CDP: 2,00% a.a.; CDRJ: 2,00% a.a.; APR: 1,00% a.a.; DOCAS-PB: 1,70% a.a.; CODESA: 2,00% a.a.; CODESP: 2,00% a.a.; SPI: 1,85% a.a.; EMAP: 1,00% a.a.; e SNPH: 1,00% a.a.
Taxa Real de Juros	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,27%	97,55%
Fator de Capacidade dos Salários	97,27%	97,55%
Fator de Capacidade do INSS	97,27%	97,55%
Indexador do Plano	INPC – IBGE	INPC – IBGE
Composição de Família de Pensionistas	<u>Encargo de Ativo, Autopatrocínado e Remido:</u> Percentual de Casado de 97%, Percentual de Continuidade de 62% e Diferença de idade sendo 5 anos mais velho o	Encargo médio de herdeiros (Hx) apurado com base nos beneficiários dos participantes (Ativos e Assistidos) existentes em 31/12/2012 (futuros)

Hipóteses Atuariais	Descrição em 31/12/2015	Descrição em 31/12/2014
	<p>participante do sexo masculino e 2 anos mais jovem o do feminino.</p> <p><u>Encargo de Assistidos</u> (aposentados e pensionistas): família real.</p>	<p>pensionistas) para mensuração das provisões matemáticas de benefício de pensão a conceder e, a família real para mensuração das provisões matemáticas das pensões concedidas.</p>

Com exceção das hipóteses de Mortalidade Geral, Crescimento Salarial, para patrocinadoras CODOMAR, CODERN, CODEBA, CDP, CDRJ, APR, DOCASPB, SPI e SNPH, Fator de Capacidade e Composição de Família de Pensionistas para participantes ativos, autopatrocínados, remido e aposentados, as hipóteses da presente Avaliação Atuarial são as mesmas utilizadas para determinar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2014 do PBP1.

O exame das hipóteses atuariais do Plano, apresentadas no quadro acima, com exceção das hipóteses de crescimento salarial das patrocinadoras, foi realizado ao longo do exercício de 2015 por essa Consultoria e apresentado para análise e aprovação através do documento Relatório Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1 – PBP1(CNPB: 19.780.005-29), administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL - PORTUS, de 23 de dezembro de 2015, tendo sido aprovado pela EFPC através de Carta Interv Corab nº 006.000284.216.0, de 05 de fevereiro de 2016.

O referido documento encontra-se arquivado no Portus e está à disposição para as patrocinadoras e participantes do PBP1, como também, aos órgãos reguladores e fiscalizadores das patrocinadoras e da entidade.

Em relação as hipóteses que são de responsabilidade das Patrocinadoras, de acordo com o item 1.1 do Anexo a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas posteriores alterações, o Portus esclareceu que foram encaminhadas cartas solicitando estas informações para todas elas, entretanto, somente algumas das Patrocinadoras responderam. Diante disso estamos considerando a hipótese de crescimento salarial valor igual a 0,00%.

Lembramos que o embasamento teórico dos testes de hipóteses apresentados por esta consultoria consideraram o pressuposto na Resolução CGPC nº 18/2006, com sua posteriores alterações, e o previsto na Instrução Normativa nº 7/2013.

Outro ponto a ser destacado são as hipóteses que atualmente apresentam maior risco, consequentemente impactando os encargos atuariais do Plano, sendo elas a Taxa Real de Juros, Tábua de Mortalidade Geral e Crescimento Salarial.

Os valores relativos às variáveis do Regime Geral de Previdência Oficial (INSS), Salário Mínimo e Piso PORTUS foram os seguintes:

- Teto de Contribuição do INSS: R\$ 4.663,75, mas, com a aplicação do conceito de Pico (INPC – IBGE) e Capacidade para 31/12/2015 resultou em R\$ 5.047,97.
- Valor Máximo do Benefício do INSS: R\$ 4.702,52 em 31/12/2015.

- Salário de Benefício do INSS: de acordo com o valor registrado no Portus para cada participante em gozo de benefício pelo PBP1, atualizado de acordo com os índices de reajuste do INSS com a aplicação do conceito de Pico e Capacidade para 31/12/2015.
- Salário Mínimo: R\$ 788,00, mas, com a aplicação do conceito de Pico (INPC – IBGE) e Capacidade para 31/12/2015 resultou em R\$ 852,92.
- Piso PORTUS: R\$ 280,85, mas, com a aplicação do conceito de Pico (INPC – IBGE) e Capacidade para 31/12/2015 resultou em R\$ 303,14.

Para o cálculo do Salário de Benefícios do INSS, em relação a apuração das Suplementações a Conceder, foi aplicada a metodologia presente na Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.

Foi considerado o conceito de Pico e Capacidade para posicionar os valores monetários relativos às Suplementações Portus concedidas e a conceder, como também, para o Salário de Participação.

As Suplementações foram posicionadas com o Indexador do Plano, já, para os Salários de Participação foi considerado a data e índice de correção monetária do último dissídio de cada Patrocinadora.

4. Plano de Custeio

O Plano de Custeio abordará dois aspectos, sejam eles, as receitas para cobertura das despesas com os Benefícios e Institutos do Plano e para cobertura das despesas Administrativas.

Não serão abordadas neste tópico as receitas decorrentes do Fundo de Alteração de Beneficiário e de Antecipação de Aposentadoria Programada, como também para a Contribuição Adicional de Risco do Pensionista. Elas serão apresentadas em conjunto com a forma de cálculo das demais receitas do Plano, abaixo listadas, ou na Nota Técnica Atuarial do Plano.

Os valores de Contribuição Normal de todos os participantes e o percentual médio de Contribuição Normal dos Participantes Ativos e Autopatrocinados, constantes neste capítulo, poderão sofrer variação dependendo do valor da folha de Salário de Participação e de Suplementação dos meses posteriores ao desta avaliação ao qual eles incidirem.

O custeio proposto na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014 pelo atuário responsável pela avaliação do PBP1, para equacionamento do déficit técnico, não foi adotado no exercício de 2015.

Diante desta realidade, a fim de calcular as provisões matemáticas do PBP1, para este estudo foi considerado que para o exercício de 2016 e posteriores seja mantido o Plano de Custeio vigente na avaliação de encerramento do exercício de 31/12/2014, ou seja, sem revisão do custeio do Plano.

Lembramos que o Custeio Normal do PBP1 atualmente praticado teve o início de sua vigência na avaliação atuarial de encerramento do exercício do ano de 2000, ou seja, desde o ano 2000 o Plano de Custeio não mais foi revisto, apesar das avaliações atuariais que sucederam terem apresentado a necessidade de sua revisão. A exceção fica por conta da contribuição instituída na avaliação de encerramento do exercício de 2006 para o pensionista.

I - Contribuição Normal dos Participantes Ativos (Patrocinado):

A partir de 15/12/2000 os participantes devem contribuir mensalmente, inclusive sobre o 13º salário, com valor calculado pela aplicação dos seguintes percentuais sobre o Salário de Participação (SP) com base no Teto do Salário de Contribuição do INSS (TI):

Idade em anos completos na Data da Inscrição	Percentual sobre todo SP	Percentual sobre o excesso do SP em relação à 50% TI	Percentual sobre o excesso do SP em relação ao TI
até 18 anos	1,875%	2,500%	8,750%
19 anos	1,938%	2,500%	8,750%
20 anos	2,000%	2,500%	8,750%
21 anos	2,063%	2,500%	8,750%
22 anos	2,125%	2,500%	8,750%
23 anos	2,188%	2,500%	8,750%
24 anos	2,250%	2,500%	8,750%

Idade em anos completos na Data da Inscrição	Percentual sobre todo SP	Percentual sobre o excesso do SP em relação à 50% TI	Percentual sobre o excesso do SP em relação ao TI
25 anos	2,313%	2,500%	8,750%
26 anos	2,375%	2,500%	8,750%
27 anos	2,438%	2,500%	8,750%
28 anos	2,500%	2,500%	8,750%
29 anos	2,563%	2,500%	8,750%
30 anos	2,625%	2,500%	8,750%
31 anos	2,688%	2,500%	8,750%
32 anos	2,750%	2,500%	8,750%
33 anos	2,813%	2,500%	8,750%
34 anos	2,875%	2,500%	8,750%
35 anos	2,938%	2,500%	8,750%
36 anos	3,000%	2,500%	8,750%
37 anos	3,063%	2,500%	8,750%
38 anos	3,125%	2,500%	8,750%
39 anos	3,188%	2,500%	8,750%
40 anos	3,250%	2,500%	8,750%
41 anos	3,313%	2,500%	8,750%
42 anos	3,375%	2,500%	8,750%
43 anos	3,438%	2,500%	8,750%
44 anos	3,500%	2,500%	8,750%
45 anos	3,563%	2,500%	8,750%
46 anos	3,625%	2,500%	8,750%
47 anos	3,688%	2,500%	8,750%
48 anos ou mais	3,750%	2,500%	8,750%

De acordo com o Regulamento do Plano o Salário de Participação corresponde aos valores que constituem a Remuneração do Participante.

Com base no Salário de Participação de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos salários, no montante de R\$ 18.910.074,41, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 1.697.308,35, equivalente a 8,9757% do Salário de Participação.

Do valor acima apresentado é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 1.570.010,22.

Cabe lembrar que para fins desta avaliação os Participantes em gozo de Auxílio Doença com menos de 24 meses nesta condição estão inclusos nos valores acima descritos, com seus respectivos valores apurados com base nas regras vigentes para os Participantes Ativos, mesmo que para o grupo em tela exista critério próprio para apuração das variáveis inerentes a este cálculo, conforme pode ser observado no item “V.a” deste Capítulo.

II - Contribuição Normal dos Participantes Autopatrocinados:

Devem contribuir mensalmente, inclusive sobre o 13º salário, com valor calculado de igual maneira aos Ativos, entretanto, deverá contribuir em dobro sobre a parcela do Salário de Participação objeto do autopatrocínio.

De acordo com o Regulamento do Plano o Salário de Participação corresponde aos valores que constituem a Remuneração do Participante.

Com base no Salário de Participação de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos salários, no montante de R\$ 86.241,31, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 22.139,92, equivalente a 25,6721% do Salário de Participação.

Do valor acima apresentado é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 20.479,43.

Lembrando que para o Participante Autopatrocinado o Salário de Participação ao qual será objeto do autopatrocínio é apurado com base na média aritmética dos doze últimos Salários de Participação relativos aos meses inteiros, recebidos pelo Participante na condição de patrocinado, corrigidos de acordo com a variação acumulada pelo Índice do Plano entre os meses de competência e o mês da sua apuração.

III - Contribuição Normal dos Participantes Remidos:

Devem contribuir mensalmente, inclusive sobre o 13º salário, com valor calculado de igual maneira aos Participantes Ativos, multiplicado pelo percentual de 7,5%, para fazer frente somente as despesas administrativas.

Lembrando que para o Participante Remido o Salário de Participação é apurado com base na média aritmética dos doze últimos Salários de Participação relativos aos meses inteiros, recebidos pelo Participante na condição de patrocinado, corrigidos de acordo com a variação acumulada pelo Índice do Plano entre os meses de competência e o mês da sua apuração.

IV – Joia:

A Joia não é mais calculada devida ao fechamento do PBP1 a entrada de novos participantes, entretanto, as joias apuradas anteriores a 11/05/2010, deverão ser mantidas, observando a necessidade de cumprimento dos prazos e das carências estipulados quando de sua determinação, para que o participante tenha direito à Aposentadoria Programada.

Em 31/12/2015 o valor mensal da Joia foi apurado em R\$ 42.124,04, que sobre a folha de Salário de Participação de Ativos e Autopatrocinados com conceito de pico e capacidade dos salários, no montante de R\$ 18.996.315,72, resultou em 0,2218%.

Dos valores acima apresentados é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 38.968,44.

V - Contribuição Normal dos Participantes Assistidos:

Devem contribuir mensalmente, inclusive sobre a Suplementação do Abono Anual, com 10% se Aposentados e, 6,0% se Pensionista, sobre a Suplementação Global.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Aposentados por motivo diferente de Invalidez, no montante de R\$ 10.986.696,16, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 1.098.669,61.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Aposentados por Invalidez, no montante de R\$ 691.642,61, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 69.164,26.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Pensionistas, no montante de R\$ 3.056.203,67, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 183.372,22.

Dos valores acima apresentados é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 1.063.593,04, R\$ 63.976,94 e R\$ 169.619,30, respectivamente.

Para o Participante Assistido o Salário de Participação é igual ao valor da Suplementação Global concedida pelo PBP1, ou seja, Suplementação mais Abono, no caso do pensionista, quando do início do benefício o Abono é incorporado à Suplementação.

Cabe lembrar que para fins desta avaliação os Participantes em gozo de Auxílio Doença com 24 ou mais meses nesta condição estão inclusos nos valores acima descritos, com seus respectivos valores apurados com base nas regras vigentes para os Participantes Assistidos, mesmo que para o grupo em tela exista critério próprio para apuração das variáveis inerentes a este cálculo, conforme pode ser observado no item V.a deste Capítulo.

V.a - Contribuição Normal dos Participantes Assistidos em Auxílio-Doença:

Devem contribuir mensalmente, inclusive sobre o 13º salário, com valor calculado de igual maneira aos Ativos.

Sobre o resultado decorrente da operação acima é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas.

Lembrando que para o Participante Assistido em Auxílio Doença o Salário de Participação é calculado com base na Remuneração, relativa a mês completo, que seria devida no mês de competência, caso estivesse em atividade no Patrocinador.

Pela segregação deste grupo, conforme descrito nos itens I e V deste Capítulo, não serão apresentados para fins desta avaliação atuarial os valores de Salário de Participação e de Contribuição. Entretanto, tal critério não exime a área operacional do Instituto de aplicar as regras contributivas de forma correta, conforme previsto no Regulamento do Plano.

VI - Contribuição Normal dos Patrocinadores:

Os Patrocinadores devem contribuir mensalmente com valor igual ao da soma das contribuições realizadas pelos Participantes Ativos e Assistidos a eles vinculados.

Para o Grupo de Participantes Assistidos oriundos da extinta empresa/patrocinadora PORTOBRÁS não haverá Contribuição Normal de Patrocinadora.

Conforme determinação do Tribunal de Contas da União, as Patrocinadoras CODERN/SEDE, CODERN/APMC, CODERN/APC, CODERN/APR, CODEBA/SEDE, CODEBA/AHSFRA, CDRJ, PORTO DO RECIFE, DOCAS PB, CODESA, CODESP/SEDE, CODESP/AHSUL, CODESP/AHRANA, CODESP/AHIPAR, CODESP/APFE e SNPH não vêm contribuindo de forma paritária para com os Pensionistas a elas vinculados. Maiores informações a cerca de cada determinação encontram-se nos documentos arquivados no Portus.

Com base no Salário de Participação de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos salários, no montante de R\$ 18.910.074,41, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 1.697.308,35, equivalente a 8,9757% do Salário de Participação.

Do valor acima apresentado é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 1.570.010,22.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Aposentados por motivo diferente de Invalidez, no montante de R\$ 10.986.696,16, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 1.016.269,39.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Aposentados por Invalidez, no montante de R\$ 691.642,61, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 67.658,08.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Pensionistas, no montante de R\$ 3.056.203,67, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 12.184,25.

Dos valores acima apresentados é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 983.823,56, R\$ 62.583,72 e R\$ 11.270,43, respectivamente.

Cabe lembrar que para fins desta avaliação os Participantes em gozo de Auxílio Doença estão inclusos nos valores acima descritos com base nos critérios de segregação adotados nos itens I e V deste Capítulo, devendo observar as diretrizes quanto a operacionalidade descritas no item V.a deste Capítulo.

Apresentamos no quadro abaixo apresentamos os percentuais médios de contribuição normal, segregados por Patrocinador, para Participantes Ativos e Autopatrocinados e, para os Patrocinadores.

Patrocinador	Salário de Participação mensal em R\$ (*)		Contribuição Normal mensal em R\$ (*)			Contribuição Normal mensal em % sobre o Salário de Participação		
	Ativo	Autop.	Ativo	Autop.	Patroc.	Ativo	Autop.	Patroc.
PORTOBRAS	-	-	-	-	-	0,0000%	0,0000%	0,0000%
PORTUS	109.775	3.674	5.147,66	668,90	5.147,66	4,6893%	18,2077%	4,6893%
CODOMAR	76.532	-	4.887,46	-	4.887,46	6,3862%	0,0000%	6,3862%
CDC	697.498	-	55.305,29	-	55.305,29	7,9291%	0,0000%	7,9291%
CODERN	1.059.699	-	86.979,82	-	86.979,82	8,2080%	0,0000%	8,2080%
CODEBA	1.295.687	-	102.883,71	-	102.883,71	7,9405%	0,0000%	7,9405%
CDP	1.571.537	-	137.888,76	-	137.888,76	8,7741%	0,0000%	8,7741%
CDRJ	4.504.799	54.502	420.126,38	14.857,69	420.126,38	9,3262%	27,2611%	9,3262%
APR	464.008	15.055	29.304,94	3.061,83	29.304,94	6,3156%	20,3379%	6,3156%
DOCAS-PB	23.270	2.730	1.574,48	187,98	1.574,48	6,7662%	6,8847%	6,7662%
CODESA	1.425.736	-	130.455,50	-	130.455,50	9,1500%	0,0000%	9,1500%
CODESP	7.427.058	10.281	701.934,50	3.363,51	701.934,50	9,4510%	32,7166%	9,4510%
SPI	127.738	-	11.329,01	-	11.329,01	8,8689%	0,0000%	8,8689%
EMAP	109.670	-	8.772,72	-	8.772,72	7,9992%	0,0000%	7,9992%
SNPH	17.067	-	718,13	-	718,13	4,2078%	0,0000%	4,2078%
Total	18.910.074	86.241	1.697.308	22.140	1.697.308	8,9757%	25,6721%	8,9757%

(*) Considera o conceito de pico e capacidade. Sendo calculados pela divisão entre o total resultante da aplicação da tabela de contribuição sobre o salário de participação de cada participante e o total de salário de participação de cada participante, relativo a cada patrocinadora. A contribuição da Patrocinadora é igual a do Participante Ativo e o Autopatrocínado paga a contribuição em dobro.

VII - Contribuição Extraordinária dos Patrocinadores:

Além da Contribuição Normal, os Patrocinadores deverão pagar as prestações para a amortização da Reserva de Tempo de Serviço Passado (Provisões Matemáticas a Constituir).

O valor mensal esperado para o próximo exercício é de R\$ 1.523.898,87, o que corresponde a um percentual da Folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos e Autopatrocinados com conceito de pico e capacidade dos salários de 8,06%.

Para fins desta apuração são consideradas somente as contribuições daquelas patrocinadoras que são adimplentes com a contribuição extraordinária, conforme explicado no Capítulo 5 deste relatório.

VIII - Contribuição Administrativa:

A modalidade de receita administrativa adotada pelo PORTUS frente aos compromissos de gestão do PBP1 é a da Taxa de Carregamento através de percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios do Plano.

Neste contexto, a taxa de carregamento, que é de 7,5% ao mês, incide sobre as Contribuições Normais, Joia, conforme descrito acima, e sobre todos os benefícios concedidos pelo Plano, inclusive sobre o Pecúlio por Morte.

A receita administrativa do Portus, relativa ao programa previdencial no exercício de 2015 resultou em um montante de R\$ 23.485.495,94, em contrapartida, a despesa administrativa no mesmo período foi de R\$ 17.593.674,81.

Desta maneira, com base no total arrecadado a título de receita para o programa administrativo, percebemos que os referidos recursos vêm sendo suficiente para pagar as despesas administrativas da EFPC como também gerar evolução positiva no PGA. O Fundo Administrativo cresceu ao longo de 2015 em torno de 17%.

Abaixo apresentamos o quadro na forma da Fonte de Recursos previsto na Demonstração Atuarial, considerando as contribuições anuais e líquidas do percentual para cobrir as Despesas Administrativas, quando for o caso:

Contas	Participantes		Assistidos		Patrocinador		Total em Valores
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Total de	21.182.955,17		16.248.253,19		53.970.628,40		91.401.836,76
Contribuições Previdenciárias	21.182.955,17	8,58	16.248.253,19	8,48	53.970.628,40	23,54	91.401.836,76
Normais	20.676.365,45	8,37	16.248.253,19	8,48	34.159.943,09	15,48	71.084.561,73
Extraordinárias	506.589,72	0,21	0,00	0,0	19.810.685,31	8,06	20.317.275,03
Déficit Equacionado	0	0	0	0	0	0	0,00
Serviço Passado	0	0	0	0	19.810.685,31	8,06	19.810.685,31
Outras Finalidades	506.589,72	0,21	0	0	0	0	506.589,72
Utilização de Fundos	0	0	0	0	0	0	0,00
Exigências Regulamentar	0	0	0	0	0	0	0,00
Destinação de reserva	0	0	0	0	0	0	0,00

Para fins de apuração dos valores contidas no quadro acima: a base de incidência das contribuições dos Participantes Ativos, Autopatrocínados e Assistidos em Auxílio-Doença com menos de 24 meses nessa condição é a soma dos Salários de Participação; a base de incidência das contribuições dos Participantes Aposentados, Pensionistas e Assistidos em Auxílio-Doença com mais de 24 meses nessa condição é a soma das Suplementações Globais; a base de incidência das contribuições das Patrocinadoras em relação aos Participantes Ativos e Assistidos em Auxílio-Doença com menos de 24 meses é a soma dos seus Salários de Participação e para os Participantes Aposentados, Pensionistas e Assistidos em Auxílio-Doença com mais de 24 meses nessa condição é a soma das suas Suplementações Globais, desconsiderando as suplementações referentes à PORTOBRAS e às Patrocinadoras que por determinação do TCU não mais contribuem para os Participantes Pensionistas e, por último, para fins de apuração do Serviço Passado da Patrocinadora é considerada como base de incidência a soma dos Salários de Participação dos Participantes Ativos e Autopatrocínados.

5. Resultados

Para apuração dos Resultados do PBP1, além da Base de Dados, Hipóteses Atuariais, Variáveis de Cálculo, Regime de Capitalização, Método de Financiamento e Plano de Custeio, descritos nos Capítulos acima, foram consideradas as regras vigentes do Regulamento do PBP1 em 31/12/2015; a base contábil e financeira posicionado em 31/12/2015, fornecida pela área contábil e financeira do PORTUS; e a manutenção de Fundo Previdencial, instituído na Avaliação Atuarial de 31/12/2008.

Assim, disponibilizamos no quadro o valor do Patrimônio Social e de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do PBP1 na posição de 31/12/2015, como também, para fins de comparação, na posição em 31/12/2014, em R\$.

Plano de Contas		31/12/2015	31/12/2014
2.3.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	259.354.687,91	257.280.208,93
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	161.344.584,60	172.794.112,02
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.733.744.808,13	3.866.704.373,94
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.072.576.558,43	2.255.913.400,07
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-	-
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	-	-
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	2.072.576.558,43	2.255.913.400,07
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	1.512.477.426,55	1.726.961.158,38
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	560.099.131,88	528.952.241,69
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.722.295.242,25	1.678.341.058,98
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-	-
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	-	-
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	-	-
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	1.699.521.159,45	1.651.560.612,47
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	1.751.894.784,67	1.706.916.268,77
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	25.676.285,96	27.155.064,89
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	26.697.339,26	28.200.591,41
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	22.774.082,80	26.780.446,51
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	23.470.290,17	27.668.493,24
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	347.205,42	442.920,07
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	349.001,95	445.126,66
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	61.126.992,55	67.550.085,11
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	61.126.992,55	67.550.085,11
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	61.126.992,55	67.550.085,11
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	-	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-	-

Plano de Contas		31/12/2015	31/12/2014
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	-	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	-	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	-	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	-	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	-	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBrio TÉCNICO	- 3.572.400.223,53	- 3.693.910.261,92
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	- 3.572.400.223,53	- 3.693.910.261,92
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-	-
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	- 3.572.400.223,53	- 3.693.910.261,92
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-	-
2.3.2.00.00.00	FUNDOS	98.010.103,31	84.486.096,91
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	57.799.386,29	49.606.504,62
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	57.799.386,29	49.606.504,62
2.3.2.1.03.01.00	REVISÃO SUPLEMENTAÇÕES DECORRENTE DA LEI N° 9.876/1999	57.799.386,29	49.606.504,62
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	36.355.121,47	31.192.977,47
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	36.355.121,47	31.192.977,47
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPANTES NO FUNDO ADMINISTRATIVO PG	-	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.855.595,55	3.686.614,82

O resultado acima apresentado indica em 31/12/2015 um **Déficit Técnico para o PBP1 de valor muito elevado, equivalente a 2314% do Patrimônio de Cobertura do Plano**, derivando em um nível de insolvência muito além do aceito. Assim, o nível de solvência atuarial do Plano está em apenas 4,32%.

Para fins de classificação entre Benefícios Programados e Não Programados consideramos os seguintes critérios:

- Benefício Programado Concedido: Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial; Reversão em Pensão por Morte de Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial; e Pecúlio por Morte de Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial.
- Benefício não Programado Concedido: Aposentado por Invalidez; Reversão em Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez; Pensão por Morte em geral; e Pecúlio por Morte de Aposentado por Invalidez.
- Benefício Programado a Conceder: Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial; Reversão em Pensão por Morte de Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial; e Pecúlio por Morte de Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial.

Contribuição, Idade e Especial. Para os Participantes Remidos (optantes pelo Benefício Proporcional Diferido) seus encargos atuariais também são classificados neste grupo.

- Benefício não Programado a Conceder: Aposentado por Invalidez; Reversão em Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez; Pensão por Morte de Participante Ativo e Autopatrocínio; e Pecúlio por Morte de Participante Ativo, Autopatrocínio e de Aposentado por Invalidez. Os encargos atuariais relativos ao benefício de Auxílio Doença são classificados neste grupo.

O Benefício de Auxílio Reclusão não foi avaliado, tendo em vista que nos últimos anos não foram observadas ocorrências. Por outro lado, os Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Resgate e Portabilidade não foram avaliados no presente estudo, pois, a Hipótese Atuarial responsável pela mensuração desses eventos, que é a de Rotatividade, é nula. Entretanto, os encargos relativos a esses Institutos podem ser associados aos encargos atuariais do Benefício Programado a Conceder, já que nele as provisões estão em seu nível mais elevado de valor, ainda mais, que o valor nulo da hipótese de rotatividade não retira ninguém do modelo de forma antecipada.

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos relativos às Aposentadorias Programa e por Invalidez e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte foram calculadas líquidas das contribuições dos atuais Participantes Assistidos e dos futuros Pensionistas.

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos relativos às Pensões por Morte foram calculadas líquidas das contribuições dos atuais Pensionistas.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativos às Aposentadorias Programa e por Invalidez e suas respectivas Reversões por Morte, como também, das Pensões por Morte, foram calculadas líquidas das contribuições dos futuros Participantes Assistidos e Pensionistas.

Os encargos líquidos também consideraram as contribuições das Patrocinadoras, observando o disposto no item VI do Capítulo 4 deste estudo.

As definições dos Benefícios e Institutos do PBP1 são abordadas na Nota Técnica Atuarial do Plano.

De forma sintética seguem as Provisões Matemáticas e o Fundo Previdenciário consolidado por Patrocinadora em R\$ por Mil.

PATROCINADOR	Provisões Matemáticas				Fundo Previdencial	Total de Encargos	% de Encargos
	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	à Constituir	Total			
PORTOBRAS	67.950	-	-	67.950	-	67.950	1,79%
PORTUS	13.544	7.309	-	20.853	569	21.422	0,56%
CODOMAR	30.255	6.165	4.200	32.220	185	32.405	0,85%
CDC	48.735	55.927	8.683	95.979	472	96.451	2,54%
CODERN	70.870	86.333	-	157.203	1.550	158.753	4,19%
CODEBA	103.753	109.090	-	212.843	5.571	218.415	5,76%
CDP	47.040	114.184	-	161.224	1.520	162.744	4,29%
CDRJ	337.993	427.715	-	765.708	9.505	775.213	20,45%
APR	5.868	30.849	-	36.717	937	37.654	0,99%
DOCAS-PB	6.127	1.569	-	7.696	-76	7.619	0,20%
CODESA	129.008	135.625	12.565	252.068	6.740	258.807	6,83%
CODESP	1.176.056	725.496	35.679	1.865.873	29.977	1.895.851	50,00%
SPI	23.409	12.088	-	35.497	1.127	36.623	0,97%
EMAP	1.146	8.685	-	9.831	-	9.831	0,26%
SNPH	10.822	1.261	-	12.083	-275	11.808	0,31%
TOTAL	2.072.576	1.722.296	61.127	3.733.745	57.802	3.791.546	100,00%

O Fundo Previdencial foi constituído em 31/12/2008 com a finalidade de dar cobertura pela elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em razão de possíveis revisões do cálculo das suplementações, tendo em vista que o Portus adotou as alterações introduzidas nos benefícios do INSS pela Lei nº 9.876/1999 para o cálculo da concessão de seus benefícios. Atualmente seu valor está em R\$ 57.799.386,29, e a variação ao longo de 2015 em relação ao valor registrado em 31/12/2014 foi R\$ 8.192.881,67, proveniente da sua atualização pela Meta Atuarial (5% a.a. mais variação do INPC-IBGE) do PBP1.

O Valor Atual dos Salários Futuros dos Participantes Ativos é de R\$ 329.030.661,39 e dos Autopatrocínados é de R\$ 1.775.451,80, resultando num total de R\$ 330.806.113,19.

O Custo Normal do ano, com base nas Contribuições dos Participantes Ativos e Autopatrocínados e das Patrocinadoras em nome dos Participantes Ativos, líquida do percentual para fazer frente as despesas administrativas é de R\$ 41.086.798,31. Neste Custo Normal não está computado o valor relativo a Joia, a Contribuição Extraordinária, aos Participantes Assistidos e a contrapartida das Patrocinadoras.

Entretanto, devemos chamar a atenção que este custo é decorrente do atual custeio do PBP1, não sendo computado nele o custo relativo a insuficiência Patrimonial do Plano para fazer frente aos compromissos com pagamento dos benefícios e institutos cobertos por ele.

6. Parecer Atuarial

A Avaliação Atuarial de encerramento do exercício ano de 2015, do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29), administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL teve como data base dos cálculos 31/12/2015 e considerou os seguintes fatores em seu desenvolvimento:

Base de Dados:

A base de dados foi fornecida pelo PORTUS em relação aos Participantes e seus Beneficiários existentes em 31/12/2015. A esse conjunto de informações foram aplicados testes de consistência para verificar os aspectos qualitativos e quantitativos antes de ser utilizada nos cálculos atuariais. Após receber os ajustes de acordo com as respostas fornecidas pelo PORTUS, a mesma foi julgada própria e adequada para realização desta Avaliação Atuarial. Entretanto, ressalta-se que os testes, os questionamentos, as respostas e os ajustes realizados não garantem a não existência de outras inconsistências, assim, sendo exclusivamente do PORTUS a responsabilidade sobre a veracidade das informações.

Segundo o PORTUS, o recadastramento dos Participantes e Beneficiários do PBP1 previsto para ter início em 2014 foi adiado, tendo sido postergado até a definição de uma nova data para seu início.

Informações Contábeis de Financeiras:

As informações contábeis e financeiras foram fornecidas pelo PORTUS na posição de 31/12/2015, a elas não foi aplicado nenhum teste de consistência, sendo exclusivamente do Portus a responsabilidade sobre a veracidade das mesmas.

Hipóteses Atuariais, Regime de Capitalização e Método de Financiamento:

As hipóteses atuariais, regimes de capitalização e método de financiamento consideradas na avaliação atuarial de 31/12/2015 são aqueles descritos no Capítulo 3 deste Relatório.

Plano de Custeio:

Foi considerado o Plano de Custeio vigente na Avaliação Atuarial do PBP1 de encerramento do exercício 2014, conforme apresentado no Capítulo 4 deste relatório.

Neste Parecer Atuarial serão apresentados os principais resultados do PBP1 acrescidos dos itens analíticos exigidos no Demonstração Atuarial.

Abaixo apresentamos as principais contas patrimoniais do Passivo do PBP1 em 31/12/2015 e 31/12/2014, em R\$ e a variação entre os dois exercícios.

Contas Patrimoniais	31/12/2015	31/12/2014	Variação em R\$	Variação em %
Passivo	353.201.715,57	348.666.608,68	- 4.535.106,89	-1,28%
Exigível Operacional	9.896.297,88	8.913.848,52	- 982.449,36	-9,93%

Contas Patrimoniais	31/12/2015	31/12/2014	Variação em R\$	Variação em %
Gestão Previdencial	9.186.362,74	8.258.277,84	- 928.084,90	-10,10%
Gestão Administrativa	688.120,11	597.553,00	- 90.567,11	-13,16%
Investimentos	21.815,03	58.017,68	36.202,65	165,95%
Exigível Contingencial	83.950.729,78	82.472.551,23	- 1.478.178,55	-1,76%
Provisões Matemáticas	3.733.744.808,13	3.866.704.373,94	132.959.565,81	3,56%
Benefícios Concedidos	2.072.576.558,43	2.255.913.400,07	183.336.841,64	8,85%
Benefícios a Conceder	1.722.295.242,25	1.678.341.058,98	- 43.954.183,27	-2,55%
a Constituir [1]	61.126.992,55	67.550.085,11	6.423.092,56	10,51%
Déficit	-3.572.400.223,53	-3.693.910.261,92	- 121.510.038,39	3,40%
Fundos	98.010.103,31	84.486.096,91	- 13.524.006,40	-13,80%
Previdencial	57.799.386,29	49.606.504,62	- 8.192.881,67	-14,17%
Administrativo	36.355.121,47	31.192.977,47	- 5.162.144,00	-14,20%
Investimentos	3.855.595,55	3.686.614,82	- 168.980,73	-4,38%

(*) Somente são consideradas as RTSA das Patrocinadoras que estão pagando as Contribuições Especiais para a sua amortização.

O Déficit Técnico Acumulado do PBP1 em 31/12/2015 foi avaliado em R\$ 3.572.400.223,53, resultando em 3,40% a menos do que o déficit avaliado em 31/12/2014 no valor R\$ 3.693.910.261,92.

Observa-se em mais um encerramento de exercício resultado técnico negativo do Plano com um enorme grau de insolvência, já que o Patrimônio de Cobertura do Plano (Patrimônio Social menos os Fundos) representa apenas 4,32% das Provisões Matemáticas do Plano, ou seja, os recursos previdenciários não são suficientes nem para cobrir as obrigações com os benefícios concedidos (Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos).

A natureza do Resultado Deficitário do PBP1 provém de diversas fontes ocorridas em diferentes momentos durante a vida do Plano, neste contexto, podemos citar como as principais causas:

- equivocado dimensionamento da Reserva de Tempo de Serviço Passado (RTSA) no ano de 2000, que considerava dentre diversos critérios inconsistentes, hipótese de geração futura, hipótese de mortalidade geral não aderente à época, não dimensionamento real do tempo de serviço anterior dos participantes que ingressavam no plano, não inclusão do custo relativo às Pensões e considerando a RTSA como sendo uma fato novo, ignorando que o mesmo já vinha sendo constituído desde a criação do Plano, mas de forma insuficiente;
- "perdão" de Joia de Participante sem haver contra partida de receita para financiar o custo relativo ao ingresso do participante;
- não cumprimento parcial ou integral do Plano de Custeio aprovado na avaliação do exercício de 2000;
- pagamento das contribuições em atraso sem a devida aplicação de correção necessária;
- má gestão dos recursos garantidores;
- perda de oportunidade de aplicação dos recursos garantidores não ingressados;

- não revisão do Plano de Custeio ao longo dos anos;
- adoção de hipóteses atuariais sem determinação de custeio específico;
- ações judiciais que majoram suplementações dos participantes;
- falta de custeio para implantação das modificações trazidas pela Lei 9.876/99; e
- não pagamento do valor relativo a retirada de patrocínio da extinta PORTOBRÁS.

Para exemplificar, apresentamos alguns dos fatos passados convertidos em valores monetários mensurados na data desta avaliação.

As decisões do TCU quanto a não contribuição das Patrocinadoras de forma paritária aos Pensionistas, o impacto atuarial é de **R\$ 58 milhões** aproximadamente. Neste valor não está mensurado o montante financeiro que deixou de entrar nos cofres do PBP1 e nem a perda pela não disponibilidade para aplicação financeira desses recursos.

A troca da Taxa Real de Juros efetivada na avaliação atuarial de 2011 de 6% ao ano para 5% ao ano, o impacto atuarial em 31/12/2015 para fins de ilustração é de **R\$ 336 milhões**, aproximadamente 9,00% do Passivo Atuarial.

As suplementações que por decisão judicial tiveram seus valores majorados ao longo de 2015 resultaram em um impacto atuarial de **R\$ 2.931.364**. A EFPC estima que no exercício de 2016 ela encerrará o levantamento minucioso das situações análogas relativas aos exercícios anteriores para mensuração do impacto total relativo as provisões matemáticas do Plano.

No exercício de 2015 ainda não foi implementada pela Entidade o provisionamento periódico relativo ao impacto atuarial decorrente das ações que por ventura possam vir a majorar outras suplementações.

A Provisão Matemática à Constituir, considerada nesta avaliação, levou em conta somente as provisões daqueles patrocinadores que vem honrando com seu pagamento. Sendo assim, sua evolução ocorreu conforme o esperado, com base no pagamento das prestações e atualização do saldo devedor, conforme segue:

Patrocinadora		Possui Contrato	Saldo Devedor	Nº de prestações pagas	Nº de prestações faltantes
30	CODOMAR/SEDE	Sim	3.708.462,14	120	120
31	CODOMAR/AHIMOC (*)	Não	491.850,39	-	-
SUB-TOTAL - CODOMAR			4.200.312,53		
40	CDC	Sim	8.683.476,61	105	135
110	CODESA	Sim	12.565.056,03	129	111
130	CODESP/SEDE	Sim	35.047.781,90	147	33
131	CODESP/AHSUL	Sim	216.043,50	147	33
132	CODESP/AHRANA	Sim	101.743,70	147	33
133	CODESP/AHIPAR	Sim	124.355,63	147	33
134	CODESP/APFE	Sim	115.972,37	147	33
135	CODESP/APL	Sim	72.250,28	147	33
SUB-TOTAL - CODESP			35.678.147,38		

Patrocinadora	Possui Contrato	Saldo Devedor	Nº de prestações pagas	Nº de prestações faltantes
Total		61.126.992,55		

(¹) Não assinou acordo, mas vem pagando um valor de 3,933% sobre salário participação.

Observação:

- a) As patrocinadoras que firmaram contrato e não estão honrando: CODERN/SEDE, CODERN/APC, CODEBA/SEDE e CODEBA/AHSFRA. A CDRJ firmou contrato e não vem pagando, entretanto parte de seu débito foi pago através de valores de levantamentos junto ao judicial.
- b) As Patrocinadoras que não firmaram contrato e não vem pagando: PORTO DE RECIFE, DOCAS PB, e SPI.
- c) Os valores relativos à PORTOBRÁS foram assumidos pelas patrocinadoras sucessoras e o PORTUS ainda possui um resíduo a ser pago, aguardando aditivo.
- d) As Patrocinadoras CODERN/APC, CODERN/APR, CODESP/API e EMAP não foram relacionadas para pagamento da RTSA, entretanto, a EMAP vem pagando contribuição para tanto.
- e) As Patrocinadoras CODOMAR/AHINOR, CODOMAR/APM, CDP e SNPH quitaram sua dívida em relação a RTSA, entretanto, a CDP continua pagando contribuição.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos variou – 8,85% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2014.

Já, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder variou 2,55% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2014.

A variação do total das Provisões Matemáticas, excluído a constituir, foi de -10,51% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2014.

As principais causas da variação ao longo do exercício de 2015 foram as que se encontram listadas nas tabelas a seguir apresentadas.

Para Benefícios a Conceder:

Descrição	Valores em R\$
PMBAC 31/12/2014 Portus	1.678.341.058,98
Folha de Contribuição	- 14.784.983,77
Meta Atuarial	274.748.607,51
Saídas de Ativos	- 29.376.301,14
Ativos não considerados nesta condição na avaliação de 31/12/2014	2.670.329,95
Postergação de Aposentadoria	- 74.775.041,23
Salário Esperado	14.325.789,23
Impacto mudança Hipóteses(¹)	-114.301.988,78
PMBAC 31/12/2015 Estimada	1.736.847.470,75
PMBAC 31/12/2015 Reavaliada	1.722.295.242,25
Não explicado	14.552.228,50
Índice de Explicação	99,16%

(¹) Impacto de Hipóteses: CS 2015, Fator de Capacidade 97,27%, Tábua de Mortalidade AT 2000 por sexo e Composição Familiar.

Para Benefícios Concedidos:

Descrição	Rendas em R\$
PMBC 31/12/2014 Portus	2.255.913.400,02
Despesas Rendas/Pecúlios	- 186.728.912,80
Receitas Contribuições	45.000.071,46

Descrição	Rendas em R\$
Meta Atuarial	349.897.108,80
Extinção de Benefícios	- 23.753.911,29
Novos Benefícios	28.441.648,76
Variação Suplementação	- 20.917.101,47
Impacto mudança Hipóteses ^(*)	- 365.275.833,82
PMBC 31/12/2015 Estimada	2.082.576.469,66
PMBC 31/12/2015 Reavaliada	2.072.576.558,39
Não explicado	9.999.911,27
Índice de Explicação	99,52%

^(*) Impacto de Hipóteses: Fator de Capacidade 97,27%, Tábua de Mortalidade AT 2000 por sexo e Composição Familiar.

Os principais riscos atuariais do Plano são os relacionados às hipóteses de mortalidade geral, pelo constante aumento da sobrevida da população; da taxa real de juros, decorrente da descapitalização, falta de recursos para investimentos alinhados a meta atuarial e da insolvência do Plano; da taxa real de crescimento salarial, tendo em vista a enorme volatilidade dos Salários de Participação, principalmente para o grupo de participantes que se encontram aptos a se aposentarem pelo PBP1, os quais não são alcançados pelo modelo de mensuração da referida hipótese; e as possíveis alterações nas regras do Regime Geral da Previdência Oficial do Brasil.

Cumpre salientar, que em relação ao exercício de 2014 o ganho real salarial médio observado em 2015 foi inferior, mas ainda acima da hipótese apontadas pelas Patrocinadoras. Sugerimos que ao longo do exercício de 2016 o Portus realize um estudo a respeito desta hipótese independente dos valores fornecidos pelas patrocinadoras.

Ainda neste contexto, pode ser citado como risco do Plano o judicial, decorrente do enorme volume de ações existentes contra o Portus, onde os participantes pleiteiam aumento no valor das suas suplementações pagas pelo PBP1, e na maioria das sentenças o PBP1 é acionado a custeá-los sozinho. Por este motivo, além da medida apontada anteriormente em relação às ações judiciais que já resultaram em alteração nos valores das suplementações do PBP1, é indicado que o Portus passe a provisionar os impactos futuros nas Provisões Matemáticas do Plano das possíveis perdas com ações judiciais, vislumbrando repassar a responsabilidade a cada integrante do Plano, através da criação de um Fundo Previdencial para tanto, pois atualmente, o Portus somente provisiona no Exigível Contingencial relativo as perdas prováveis relativas aos valores pretéritos.

Para ilustrar a referida engenharia, abaixo segue de forma sintética, o mapa de perdas decorrente de ações judiciais:

a) Perda Patrimonial: ocorre quando existe a necessidade de contingenciar os valores de possíveis resultados desfavoráveis ao Plano, esses valores são apurados com base em valores arbitrados pelos autores da ação, por cálculos desenvolvidos pelo Portus ou por calculistas do juízo, mas todos tendo o objetivo de mensurarem o passado, ou seja, o que seria devido caso, a partir de uma determinada data, o PBP1 tivesse pago suplementação de valor $x + y$ ao invés de x . Inclusive, nesse valor ainda podem ser incluídos multas, juros, correção, honorários advocatícios e outros custos inerentes à ação.

b) Realização da Perda: ocorre quando a ação de fato é transitada em julgado e o Portus/PBP1 é obrigado a pagar o valor relativo ao passado, em certos casos, dependendo do custo final, o valor contingenciado tem de ser complementado, dificilmente existe uma reversão de valores para o Plano. Este item ainda pode ser acrescido da situação em que o juízo determina o bloqueio de recursos do Plano, com ou sem o levante dos mesmos, criando um fator agravante, já que nesta determinação, que configura na realização do ativo, não é observado se naquele momento sua cotação geraria perdas para o Plano.

c) ocorre quando a ação de fato é transitada em julgado e o Portus/PBP1 é obrigado a pagar o valor relativo ao passado, em certos casos, dependendo do custo final, o valor contingenciado tem de ser complementado, dificilmente existe uma reversão de valores para o Plano. Este item ainda pode ser acrescido da situação em que o juízo determina o bloqueio de recursos do Plano, com ou sem o levante dos mesmos, criando um fator agravante, já que esta operação configura a realização do ativo não observando a possibilidade de haver perdas financeiras com base na cotação do mesmo no dia da efetivação da determinação judicial.

Portanto, este tipo de acontecimento, compromete o nível de solvência do Plano, pois consome patrimônio e majora os encargos atuariais, assim, agravando ainda mais sua situação Patrimonial/Deficitária.

Salientamos que o custo relativo as ações judiciais em algum momento será cobrado dos participantes e patrocinadoras do Plano, pois, considerando que os pleitos não estão previstos na estrutura de benefícios do Plano, também não são previstos no sua estrutura de custeio e, ao serem implementados judicialmente causam perdas para o Plano e, não havendo sobra de recursos para ser utilizada para a cobertura desses eventos, resulta em déficit para o Plano, que segundo a legislação previdenciária deverá ser coberto através do aporte de contribuições extraordinárias vertidas ao Plano pelas partes acima relacionadas.

O Patrimônio Social obteve uma evolução positiva em relação ao exercício de 2015, resultando em valor na ordem de R\$ 2 milhões a maior do que o valor de 2014.

Por outro lado, o Plano continua sendo prejudicado pelo não cumprimento do Plano de Custeio decorrente do não pagamento das contribuições devidas por algumas Patrocinadoras, neste item, não está sendo incluída as revisões sugeridas nas Avaliações Atuariais anteriores, para manutenção do Plano e equacionamento do Déficit Técnico do PBP1.

Tal fato é confirmado pela observação dos registros contábeis, onde resulta em elevado valor de dívidas de contribuições em atraso, destacando-se que, com base em informações prestadas pelo PORTUS, o Plano de Custeio adotado para o exercício de 2015 não foi seguido na íntegra pelas Patrocinadoras CODOMAR, CODERN, CODEBA, CDP CDRJ, PORTO DE RECIFE S/A, DOCAS PB, CODESA, CODESP, SPI e SNPH.

Devemos esclarecer que parte dos descumprimentos contabilizados pelo Portus se deve as decisões e orientações do TCU para com determinadas patrocinadoras quanto a não existência de paridade contributiva entre as patrocinadoras e os Participantes Assistidos na condição de pensionistas.

Entretanto, cumpre esclarecer que segundo o Portus, este não é seu entendimento, portanto, a não consideração da contribuição patrocinadora para pensionistas nos presente estudo, no que se refere aos valores aqui apresentados (contribuições, custeio e provisões matemáticas), tem por objetivo adotar o **critério da prudência**, até porque essa discussão já está acontecendo na esfera judicial.

A Meta Atuarial de rentabilidade do PBP1 ao longo de 2015 resultou em 16,52% (5% a.a. mais a variação acumulada do INPC-IBGE entre dez/14 a nov/15, apurado em 10,97%).

A Taxa Nominal de Rentabilidade dos recursos garantidores do Plano ao longo de 2015 resultou em 4,35%, isto significa que o resultado da aplicação dos recursos garantidores do Plano não foram suficiente nem para cobrir a inflação componente da Meta Atuarial.

Em termos monetários, apesar da rentabilidade obtida pelo Plano em termos percentuais estar deslocada da Meta Atuarial, pelo motivo do Patrimônio de Cobertura ser **2314%** inferior as Provisões Matemáticas do Plano, seu valor é muito aquém daquele caso o Plano hoje possuísse resultado técnico de equilíbrio.

A respeito da aderência do valor atual da taxa real de juros, segundo os estudos realizadas pela Risk Office, a taxa real de juros do Plano com base na rentabilidade esperada dos recursos garantidores do Plano poderia estar no máximo em 5,96% a.a..

Ainda neste contexto, se formo observar o intervalo relativo a taxa real de juros, conforme Resolução CNPC nº 15/2014 e Portaria nº 197/2015, onde a PREVIC divulgou a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média para o exercício de 2015, com base na duração do passivo apurado conforme planilha PREVIC constante da Portaria nº 708/2015, que resultou em 11,28 anos, a taxa real de juros do Plano deve estar ente o seguinte intervalo: 3,71% a.a. a 5,70% a.a..

Desta maneira, observamos que o PBP1 é um Plano em que sua Taxa Real de Juros está dentro do limite determinado pela legislação, mas pelo motivo do reduzido valor de seus ativos garantidores as receitas financeiras não são suficientes em termos monetários para gerar a rentabilidade necessária e não possuem a força para acompanhar a longevidade das obrigações com pagamento dos benefícios garantidos pelo Plano.

Neste sentido, o Portus não irá adotar taxa de juros diferente da considerada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014.

Portanto, neste momento, para comprovar ou não a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de Custeio torna-se necessário **conhecer como será estruturado o Plano para equacionamento da situação deficitária do PBP1**, para aí sim conhecer como ocorrerá o ingresso de recursos no Plano e realizar o estudo necessário para identificar se o atual nível da Taxa Real de Juros terá ou não respaldo frente ao mercado e em relação ao fluxo futuro de receitas e despesas.

O Fundo Previdencial teve sua variação ao longo de 2015, conforme segue:

Descrição	Em R\$
Saldo em 31/12/2014	49.606.504,62

DD

Recursos Recebidos no Exercício	8.192.881,67
Recursos Utilizados no Exercício	0,00
Saldo em 31/12/2015	57.799.386,29

A constituição do Fundo Previdencial iniciou com a avaliação atuarial de 31/12/2008 com a finalidade de formar recursos para dar cobertura pela elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em razão de possíveis revisões no cálculo das suplementações, tendo em vista que o Portus até aquele momento não havia adotado as alterações introduzidas nos benefícios do INSS pela Lei nº 9.876/1999, assim, considerando o método da Lei nº 8.213/1991, para o cálculo da concessão de seus benefícios. A adoção pelo método da Lei nº 9.876/1999 ocorreu somente a partir de janeiro de 2012. Portanto, o fundo tem por objetivo custear o impacto futuro de todas as revisões administrativas e judiciais que por ventura vierem ocorrer entre a data da promulgação da referida Lei até a data em que o Portus passou efetivamente a considerar a mesma nas concessões das suplementações do PBP1.

Naquela época foi realizado um estudo onde foi constatada a necessidade de um valor de R\$ 7.067.353,34 para fazer frente às possíveis revisões pretéritas e que o mesmo iria crescer ao longo dos anos pela Meta Atuarial de rentabilidade.

Alguns pontos que devem ser destacados acerca do referido Fundo:

- a) Desde sua criação o Fundo foi reavaliado em 31/12/2011, data em que o Portus passou a conceder as suplementações do PBP1 com base na Lei nº 9.876/1999, assim, ao Fundo foi incorporado as concessões de benefícios ocorridas entre 31/08/2008 a 31/12/2011.
- b) O Fundo foi formado sem haver fonte de custeio específica, já que naquela época o Plano já se encontrava deficitário e a revisão do Custeio do Plano, com base na proposta do atuário, não foi adotado pelo Portus, ou seja, foi provisionado um Fundo que reduziu o Patrimônio de Cobertura do Plano, assim, aumentando o seu Déficit Técnico acumulado. Entretanto, este não é um custo apresentado de forma oportuna já que quando da avaliação do benefício a conceder, pelo menos a partir do exercício de 2003, o impacto pela adoção da Lei nº 9.876/1999 estava sendo considerada em seus cálculos, portanto, a criação do Fundo foi a forma encontrada para refletir o efeito da redução nas provisões matemáticas do Plano quando da concessão da suplementação com base na Lei nº 8.213/1991.
- c) Por último deve ser observada a necessidade do Portus ao longo do exercício de 2016 identificar todas as revisões nos valores das suplementações decorrentes de decisão judicial, cuja matéria é a revisão pelo método da Lei nº 9.876/1999, apurar o custo atuarial e verificar a possibilidade de reversão de recursos do Fundo para o Patrimônio a fim de equalizar tal impacto.

O Custo apurado para o PBP1 em 31/12/2015:

Custo Normal (Somente Participante Ativo com base na folha de salários)	17,9514%
Futuras Suplementações de Auxílio-Doença	0,0234%

Futuras Supl. de Aposent. Invalidez + Rev. Pensão + Peculio	0,1224%
Futuras Supl. de Aposent. Programadas + Rev. Pensão + Peculio	16,3834%
Futuros Pecúlios por Morte	0,0078%
Futuras Pensões de Ativos	0,0679%
Administração	1,3464%
Custo Especial (Percentual com base no VAS Ativo e Autopatrocínado)	1098,39%
RTSA das Patrocinadoras	18,48%
Cobertura do Déficit	1079,91%
Custo Total (Normal + Especial)	1116,34%

O Custo Normal do Plano tende a se estabilizar anualmente conforme a maturidade do grupo de participantes vai ocorrendo, assim, o PBP1 já possui um contingente significante de participantes que possuem as condições plenas para se aposentarem de forma integral pelo benefício de Aposentadoria Programada, aproximadamente de 62%, portanto, o custo irá crescer de forma muito mais próxima a variação da meta atuarial de rentabilidade.

Em conjunto com esta característica este grupo remanescente possui um benefício estimado médio mensal bruto de aproximadamente R\$ 5.560. A combinação destas características cria um cenário de agravamento do custo do Plano por aproximadamente mais uns 5 anos, pois, além, desta situação, existe o fato de que a hipótese de crescimento salarial informada pelas patrocinadoras não refletem a variação real média encontrada nos estudos em relação ao crescimento dos salários de participação considerados no cálculo do benefício projetado.

Abaixo segue quadro contendo a distribuição dos Participantes Ativos e Autopatrocínados por faixa de tempo faltante para a aposentadoria programada.

Número de meses faltantes para Suplementação de Aposentadoria Programada – PBP1			Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Custo mensal previsto com pagamento de benefícios em R\$ (*)
		0	1.104	62,02%	5.559.788
1	a	12	106	5,96%	550.092
13	a	24	95	5,34%	508.421
25	a	36	86	4,83%	483.815
37	a	48	96	5,39%	583.345
49	a	60	65	3,65%	392.153
61	a	72	59	3,31%	357.261
73	a	84	32	1,80%	163.440
85	a	96	15	0,84%	66.819
97	a	108	8	0,45%	17.714
109	a	120	3	0,17%	9.867
121	ou	mais	111	6,24%	446.407
TOTAL			1.780	100,00%	9.139.122

(*) Valor Líquido da Contribuição Normal de 10%.

Por outro lado, existe o fator que resulta em ganho para os resultados do Plano, este, é relacionado aos participantes que já tem condições plenas de se aposentar, mas, vem postergando seu direito; conforme tabela acima pode ser observado que 1.104 participantes se encontram nessa situação.

O equacionamento imediato do Déficit Técnico do PBP1 torne-se inevitável, por ser de valor muito expressivo, mas, o principal fato que deve orientar o seu equacionamento está relacionado **ao alto grau de insolvência em que se encontra**.

Considerando o que preconiza a legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar no que diz respeito ao equacionamento de Déficit Técnico, o resultado deficitário do Plano deverá ser equacionando entre participantes e patrocinadoras observando a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que foi apurado o resultado.

A proporção contributiva com base no Plano de Custeio vigente em 31/12/2015 está assim constituída:

Folha de Contribuição Atuarial em 31/12/2015		
Categorias	Participantes	Patrocinadoras
Ativos	1.697.308,35	1.697.308,35
Autopatrocínados	22.139,92	-
Aposentados Programados	1.098.669,61	1.063.593,04
Aposentados por Invalidez	69.164,26	67.658,08
Pensionistas	178.543,18	10.865,49
Total	3.065.825,32	2.839.424,96
Proporção Contributiva	52,00%	48,00%

Para efeitos do estudo acima foi considerado o conceito de Pico e de Capacidade para os Salários e Benefícios.

Assim, antes de apresentar o valor do déficit técnico atribuível aos grupos do Plano, torna-se necessário observar o que preceitua a Resolução nº 22/2015, onde o déficit a ser equacionado, observada a situação econômica, financeira e atual do Plano, deverá ser aquele que ultrapassar o limite apurado pela seguinte formulação: $1\% \times (\text{duração do passivo em anos} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ cujos benefícios estejam estruturados na modalidade de benéfico definido.

Para o Plano em tela, este limite equivale a R\$ 276.266.667,09 = $(1\% \times 11,28 - 4) \times R\$ 3.794.871.800,68$. Portanto, observando a legislação, o déficit a ser equacionado em 31/12/2015 é de R\$ 3.296.133.556,44, ou seja, a diferença entre os seguintes valores, R\$ 3.572.400.223,53 e R\$ 276.266.667,09.

Ainda neste contexto, segundo a Instrução PREVIC nº 19/2015, para fins de equacionamento de déficit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios, sendo este ajuste positivo ou negativo.

Entretanto, a Entidade informou que não tem como garantir que os atuais títulos públicos que se enquadrem na referida resolução possam ser mantidos até o vencimento, por conta do alto índice de insolvência do Plano. Portanto, o ajuste não foi calculado.

Com base na explicação acima, podemos observar o valor do Déficit Técnico atribuível a cada categoria ficou distribuído da seguinte maneira:

Categorias	Déficit Técnico 31/12/2015
Participantes	1.713.989.449,35
Patrocinadoras	1.582.144.107,09
Total	3.296.133.556,44

Considerando a atual legislação a Entidade deverá montar plano para equacionamento do referido déficit ainda no exercício de 2016, utilizando para tanto a atualização deste valor com base na evolução por recorrência das provisões matemáticas ou, através da realização de uma nova avaliação atuarial do Plano

Par afins de ilustração iremos apresentar o equacionamento do Plano considerando o critério pelo **pagamento de Contribuição Extraordinária/Adicional** pelos Participantes e Patrocinadoras, conforme segue.

Com base na resolução CNPC nº 22/2015, iremos considerar com prazo para o equacionamento o valor da duração do passivo arredondada em meses vezes 1,5 (203 meses), uma taxa real de juros de 5% a.a. e sua equivalente mensal, o sistema “price” de amortização com pagamentos mensais e postecipados.

Assim, o valor da parcela mensal a título de contribuição extraordinária a ser atribuída ao Plano é o seguinte, segregado por categoria: Patrocinadora R\$ 11.471.000,46 e participante R\$ 12.426.917,16. Tais percentuais equivalem a 34,01% para patrocinadora e 36,84 para participante, percentuais apurados sobre a folha total de salários e benefícios em 31/12/2015.

Salientamos, que o percentual sobre a folha é uma mera informação para apresentar esse impacto em termos percentuais sobre a folha em 31/12/2015, pois, como a folha tende a variar mensalmente, inclusive quando existe a concessão de um benefício, onde a folha de salário de participação é substituída pelo valor da suplementação, deve-se ter claro que esse percentual irá variar, tendo em vista que o valor da parcela para financiamento do déficit é “congelada”, pelo conceito do modelo de financiamento “price” de amortização, mas, assim mesmo, ela é mensalmente atualizada pelo índice do Plano.

Cabe ressaltar ainda que existem valores relativos a dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS, que estão sendo discutidos na esfera federal e judicial. A realização de parte ou do total desses recursos, de forma positiva ao PBP1, faria com que a atual situação deficitária do Plano fosse parcialmente coberta ou integralmente coberta, respectivamente, desta maneira, reduzindo ou zerando a necessidade de revisão do Custeio do Plano acima proposto. Esses assuntos são tratados com mais detalhe no item 7 do Relatório de Avaliação Atuarial de 31/12/2015 do PBP1.

Por fim, cumpre esclarecer que a taxa de carregamento administrativo de 7,5% incidente sobre as contribuições normais e benefício do Plano encontra-se acima do nível das atuais despesas administrativas do PBP1. Entretanto, chamamos a atenção que antes de decisão por reduzir a referida taxa, é necessária a realização de estudo para conhecer se esse nível de carregamento em cenário futuro, de somente pagamento de benefícios atrelado ao restabelecimento de estrutura sem Intervenção Federal, será suficiente para arcar com as despesas administrativas.

O Plano de Custeio do PBP1 sem a implantação de Contribuição Extraordinária/Adicional vigorará a partir de 1º de abril de 2016.

A proposta de equacionamento do déficit técnico do Plano para ser efetivada deverá ser aprovada pelo Conselho Deliberativo do Portus, hoje na figura do Interventor, por todas as Patrocinadoras do PBP1 e pelo órgão oficial que fiscaliza as atividades das Patrocinadoras.

Lembramos que é de responsabilidade de cada patrocinadora buscar a manifestação relativa à do seu respectivo órgão fiscalizador.

Assim, finalizamos o nosso parecer atuarial a respeito do Plano PBP1 em 31/12/2015.

7. Fatos Importantes

Conforme comentado no Capítulo 6 deste relatório existem valores relativos a determinadas dívidas que estão sendo analisadas e discutidas em âmbito federal, a abrangência do fórum provém de que a União é a principal acionista das Patrocinadoras do PBP1 e, assim corresponsável por todos os assuntos relativos ao PBP1.

Atualmente o escopo de discussão está em torno de três tipos de dívida sejam elas:

Dívidas decorrentes do não pagamento das contribuições ou pagamento com atraso das contribuições, previstas no Regulamento e no Plano de Custeio do PBP1, por parte das Patrocinadoras em 31/12/2015. O referido valor está sob controle do Portus, com base nas ações efetivamente adotadas pela referida EFPC.

Dívida decorrente da Retirada de Patrocínio da extinta Patrocinadora Portobrás com base sentença de mérito: R\$ 1.200.731.746,57. O valor não foi atualizado para 31/12/2015, pois, por se tratar de valor em discussão na espera judicial, o mesmo deverá ser atualizado de acordo com os critérios desse órgão. Salientamos que o Portus obteve decisão favorável em primeira instância acerca do referido processo (cobrança ajuizada em 1999, em face da União, Processo nº 000.8839-79.1999.4.02.5101). Atualmente essa decisão encontra-se sob Recurso de Apelação junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Montante decorrente da reavaliação atuarial do valor da Reserva de Tempo de Serviço Anterior, conforme metodologia apresentada no Relatório de Avaliação Atuarial do PBP1 de 31/12/2008, elaborado pela Cesat – Consultoria Estatístico – Atuarial (CT.0020/PR/09, de 18 de março de 2009), ratificado em auditoria contratada pelos patrocinadores através de Relatório de Auditoria/Consultoria Mercer, de 08 de março de 2010, que validou o valor da RTSA apresentada na referida avaliação do PBP1, indicando que a metodologia deve ser complementada com base em informações sobre as despesas com benefícios encerrados; de acordo com o Contrato de Integralização de Reserva de 14 de dezembro de 2000, com a devida anuência do Ministério dos Transportes e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Ofício DEST/CGS nº 306/2000, de 04/12/2000) e; o Memorando de Entendimentos, de 16 de janeiro de 2002, observando o fato de que a RTSA foi subdimensionada em sua primeira avaliação atuarial (STEA DT/286/2001/130, de 19 de fevereiro de 2001), bem como levando-se em conta a situação atuarial do PBP1, no valor de R\$ 2.927.067.776,97.

Salientamos que nas avaliações atuariais de encerramento de exercício dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 foram apresentados em seus textos os valores referentes a metodologia em tela que mensura o valor da RTSA, atualmente ela está disposta na Nota Técnica Atuarial do Plano.

Seguindo a prática adota nos relatórios destacados apresentamos abaixo o valor da RTSA distribuído por Patrocinadora:

Liability - Serviços Técnicos em Atuária

Patrocinadora	RTSA dos Atuais Participantes	Valor Atual das Despesas Realizadas	Valor Atual das Receitas Realizadas	RTSA em 31/12/2015
PORTUS	951.113,70	7.934.121,81	8.202.562,96	682.672,55
CODOMAR/SEDE	4.276.195,33	14.481.548,98	6.565.285,28	12.192.459,03
CODOMAR/AHIMOC	232.212,21	845.991,97	186.424,35	891.779,83
CODOMAR/AHINOR	918.708,69	1.727.496,75	886.887,67	1.759.317,77
CODOMAR/APM	6.474.485,70	19.689.684,05	0,00	26.164.169,75
CDC	22.767.987,98	61.937.897,53	12.740.118,82	71.965.766,69
CODERN/SEDE	7.584.857,00	26.476.926,43	2.196.469,11	31.865.314,32
CODERN/APMC	6.515.774,77	20.381.585,22	6.301.370,82	20.595.989,17
CODERN/APC	273.332,42	4.441.289,89	0,00	4.714.622,31
CODERN/APR	837.945,29	25.590.647,71	2.264.660,49	24.163.932,51
CODEBA/SEDE	38.547.882,51	120.508.661,25	12.238.902,58	146.817.641,18
CODEBA/AHSFRA	146.444,70	1.133.633,77	343.734,47	936.344,00
CDP/SEDE	18.877.158,68	49.280.758,40	21.627.419,61	46.530.497,47
CDP/AHIMOR	429.251,41	687.179,68	816.544,72	299.886,37
CDP/AHITAR	1.410.351,66	2.902.386,47	1.549.945,40	2.762.792,73
CDRJ	18.644.317,34	503.514.107,61	587.521,93	521.570.903,02
PR	630.204,22	3.534.695,42	0,00	4.164.899,64
DOCAS PB	849.497,84	2.506.162,90	547.053,45	2.808.607,29
CODESA	37.349.091,99	161.222.791,76	28.327.943,67	170.243.940,08
CODESP/SEDE	594.720.828,25	1.444.083.817,89	233.953.311,51	1.804.851.334,63
CODESP/AHSUL	3.290.116,76	5.967.304,03	1.485.459,59	7.771.961,20
CODESP/AHARANA	88.616,45	277.609,04	700.809,59	-334.584,10
CODESP/AHIPAR	920.612,42	2.369.542,09	1.185.632,37	2.104.522,14
CODESP/APFE	781.293,60	1.690.641,79	816.291,91	1.655.643,48
CODESP/APL	60.057,49	231.165,28	512.288,69	-221.065,92
CODESP/API	1.568.719,93	5.134.344,91	0,00	6.703.064,84
SPI	1.531.183,47	7.921.200,87	0,00	9.452.384,34
EMAP	59.033,57	13.783,95	766.195,81	-693.378,29
SNPH	4.334.114,52	9.838.520,54	9.526.276,13	4.646.358,93
TOTAL	775.071.389,91	2.506.325.497,99	354.329.110,93	2.927.067.776,97

8. Considerações Finais

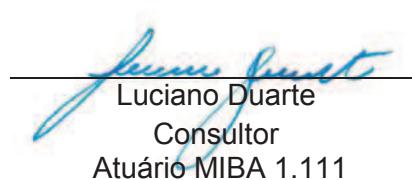
Na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29) administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL – PORTUS, certifico que o Plano está **deficitário, com alto nível de insolvência**, dependendo do **seu imediato equacionamento**, seja pela revisão do seu Plano de Custo e/ou pelo ingresso de recursos decorrentes das dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custo, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS e, da manutenção das contribuições previstas no Plano de Custo vigente e da concretização das hipóteses atuariais para a manutenção desta situação.

Cumpre esclarecer que o Plano atualmente se encontra em situação de descumprimento quanto as normas técnicas atuariais adequadas e o disposto na Legislação quanto à obrigatoriedade de imediata regularização de insuficiências atuariais, assim, reforçando a necessidade imediata de seu saneamento financeiro e atuarial.

E por último salientamos a necessidade da Entidade ao longo de 2016 junto com o atuário do Plano desenvolver plano para equacionamento do referido déficit técnico. Além do mais o Portus deverá estipular prazo para as Patrocinadoras se manifestarem pela aprovação do referido plano de equacionamento do déficit técnico. A aprovação da proposta de revisão do Plano de Custo é de extrema importância para iniciar a busca pelo reequilíbrio frente a situação deficitária em que o PBP1 se encontra, mas para tanto, o Portus precisa obter autorização de **todas as Patrocinadoras sem exceção**, observando ainda, a necessidade das mesmas obterem resposta positiva junto quanto a revisão junto ao órgão que as fiscaliza, conforme previsto no artigo 4º da Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 e parágrafo segundo do artigo 29 do Regulamento do Plano PBP1.

O Plano de Custo sem a revisão apresentada no Capítulo 6 deste documento, assim, como as hipóteses atuariais passarão a vigorar automaticamente a partir de 01/04/2016.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2016.



Luciano Duarte
Consultor
Atuário MIBA 1.111

ANEXO I – Distribuição do Valor da Contribuição Extraordinária Mensal por Patrocinadora em 31/12/2015
– Sistema Price

Patrocinadora	Percentual de Rateio	Valor da Contribuição Extraordinária Inicial
PORTOBRAS	0,0000%	-
PORTUS	0,5689%	65.258,52
CODOMAR	0,8789%	100.818,62
CDC	2,6182%	300.333,73
CODERN	4,2884%	491.922,38
CODEBA	5,8062%	666.029,23
CDP	4,3981%	504.506,07
CDRJ	20,8879%	2.396.051,12
PR	1,0016%	114.893,54
DOCAS-PB	0,2099%	24.077,63
CODESA	6,8762%	788.768,93
CODESP	50,8996%	5.838.693,35
SPI	0,9683%	111.073,70
EMAP	0,2682%	30.765,22
SNPH	0,3296%	37.808,42
TOTAL	100,00%	11.471.000,46